UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ-UNIFEI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

LETÍCIA DE ALCÂNTARA MOREIRA

Unidades de Conservação: Análise dos Conflitos e das Potencialidades Socioambientais

Fevereiro de 2018

Itajubá

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ-UNIFEI

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

LETÍCIA DE ALCÂNTARA MOREIRA

Unidades de Conservação: Análise dos Conflitos e das Potencialidades Socioambientais

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Itajubá-Câmpus Itajubá, sendo este um dos pré-requisitos para obtenção do título de Mestre em Meio Ambiente e recursos hídricos.

Área de Concentração: Diagnóstico, monitoramento e gestão ambiental.

Orientadora: Professora Dra. Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa - UNIFEI

Coorientadora: Professora Dra. Luciana Botezelli - UNIFAL

Fevereiro de 2018

Itajubá

Dedico este trabalho aos meus heróis:
Tereza Rosa Moreira e Leonardo de
Alcântara Moreira.

Agradecimentos

Provavelmente este será o maior agradecimento que já fiz, mas não poderia ser diferente, pois fui imensamente abençoada neste período de minha vida.

Agradeço ao nosso ser superior primeiramente, pelo dom da vida!

Agradeço a minha fonte inesgotável de amor e confiança, meu exemplo e meu porto seguro, meu irmão Leonardo de Alcântara Moreira.

A minha avó Tereza, minha fonte infinita de amor e sabedoria, por cada oração, por cada "vai com Deus" e pela tamanha admiração e valorização da carreira que escolhi e ao meu avô João pelo amor me dado e por cada palavra de carinho que me disse ao longo da minha existência.

Aos meus pais, João Batista Moreira e Ana Maria de Alcântara Moreira pelo amor me ofertado, pelo orgulho nas entrelinhas e por cuidarem de mim. A minha irmã Laísa Daniela A. Moreira por ser minha cúmplice e por todo amor que me dá!

A toda a minha família (irmãos, tios, tias, primos e primas), por tudo que me proporcionam.

Ao meu companheiro, que em diversos momentos deste trabalho esteve ao meu lado, com imensurável admiração, obrigada João Victor Pistelli, parafraseando Caetano "Meu amor, você me dá sorte, na vida!".

A minha cunhada-irmã Denyse Alvarenga por estar presente em diversos momentos desta trajetória e por ser companheira para tudo!

Agradeço a meu primo Fernando Moreira, por ter me ouvido nos primeiros momentos de dificuldades, e também por torcer sempre por mim, da forma mais sincera que existe.

Não tenho palavras para agradecer a quem fez este trabalho comigo, que mudou toda minha perspectiva profissional, que me deu inúmeros conselhos, que me fez dar inúmeras gargalhadas, que me incentivou, soube ser paciente nas minhas dificuldades, só cheguei até aqui porque tive a melhor orientação! Daniela R. T. Riondet-Costa, agradeço todos os dias ao universo por ter me dado chance de trabalhar com você, e peço para que um dia consiga ver o mundo da mesma ótica e tendo a mesma força que você tem! Mil vezes: obrigada Dani!

Agradeço também a minha coorientadora Luciana Botezelli por aceitar o convite e por ajudar de diversas formas na construção deste trabalho.

A Sheila G. Soares Pistelli que me incluiu como família e me ajudou em diversos momentos desta caminhada, contrariando o que Drummond dizia, ela tem o coração maior que o mundo!

Aos meus sobrinhos Gabriel, João Paulo, Pedro e Vicente, pela esperança que me passam!

A Valéria Pimentel Barbosa que sempre esteve ao meu lado, mesmo que longe. A ela, leonina guerreira, que é início e fim de meu percurso na faculdade: meu amor, meu agradecimento e minha admiração perenes.

Agradeço imensamente a Maristela Rezende e ao Francisco Livino do Parque Nacional da Serra da Bocaina, por toda a atenção me dada, mesmo ante aos inúmeros desafios pelo qual eles passavam enquanto equipe da UC.

Aos entrevistados e as entrevistadas, que nos receberam e receberam nossa pesquisa de forma acolhedora, contribuindo não só para os resultados, mas para o entendimento de toda a dinâmica do território estudado. Em especial aos grandes líderes sociais que nos ensinaram muito com sua experiência em lutas.

Aos membros do conselho gestor do parque que se dispuseram a responder o questionário enviado a eles e contribuíram muito para esta pesquisa.

A minha grande amiga Tayrine Parreira Brito, companheira de diversas lutas e caminhadas, meu porto seguro e grande exemplo de mulher, obrigada amiga por tudo que você significa!

A Thais Costa companheira de viagens, uma pessoa maravilhosa a quem tive o privilégio de conhecer!

A Stephannie Palma Minami por ser uma grande amiga, por me ajudar e acolher em diversos momentos desta caminhada, e por ajudar a torná-la mais divertida e proveitosa.

A Jaíne Anselmo, que não só compartilha um lar comigo, mas diversos bons momentos.

As minhas amigas de longa data, que mesmo com a distância a nosso desfavor, continuam sendo uma grande fonte de afeto e amor, obrigada Lívia e Laís Faria.

Aos professores do IFSULDEMINAS- Câmpus Inconfidentes que sempre serão minha grande fonte de admiração e que contribuíram muito para minha formação, em especial agradeço: ao Prof. Éder Clementino, ao Prof. Luiz Carlos D. Rocha, a Prof^{a}. Lilian Vilela e ao Prof. Luiz Flávio Reis Fernandes.

Aos grandes amigos do IFSULDEMINAS-Câmpus Inconfidentes, que agora também fazem parte do MEMARH: João Edson Ferreira, Natália Goulart, Ligia Gilioli e Gabriela Santos.

Aos sempre amigos: Luciana Gonçalves, Juliana Costa, Isabela Marinello, Luciana Ferreira, Joseph Fraga, Luiz Tasca, Phillip Damasceno, Cristiano Domiciano, Barbara Monteiro, Raul Garcia, Lívia Garcia, Eduardo Sarapu, Gabriel Guidi, Marina Dantas, Matheus Lima, Lucas Godoi (*in memorian*) e Monique Lopes. Em especial, ao Caio Guerreiro que no inicio desta trajetória me deu abrigo e compartilhou toda a experiência que tinha sobre o mestrado comigo, muito obrigada!

Aos amigos e amigas, colegas, professores e professoras do MEMARH-UNIFEI e da Pós em Gestão Ambiental- IFSULDEMINAS por toda a experiência e conhecimento compartilhado.

A FAPEMIG pelo financiamento da nossa pesquisa!

Por fim, agradeço aos membros da banca, Luiz Felipe Silva e Adriana Imperador, pelo aceite ao convite e pelas contribuições que trarão ao nosso trabalho!

“A utopia está lá no horizonte. Aproximo-me dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.”

Fernando Birri

“A música acontece no silêncio. A alma é uma catedral submersa. No fundo do mar – quem faz mergulho sabe – a boca fica fechada, somos todos olhos e ouvidos. Aí, livres dos ruídos do falatório e dos saberes da filosofia, ouvimos a melodia que não havia, que de tão linda nos faz chorar. Para mim, Deus é isto: a beleza que se ouve no silêncio. Daí a importância de saber ouvir os outros: a beleza mora lá também. Comunhão é quando a beleza do outro e a beleza da gente se juntam num **contraponto."**

Rubem Alves

RESUMO

A proteção dos recursos ambientais torna-se cada vez mais necessária, considerando os atuais padrões de consumo e produção da sociedade. Logo, os recursos naturais estão cada vez mais escassos, no que se refere à disponibilidade, qualidade e quantidade. Tal escassez pressiona entidades para elaboração de políticas públicas especificas de conservação. Neste contexto, as Unidades de Conservação (UCs) são áreas destinadas à conservação dos recursos com limites estabelecidos por lei e sob gestão das três esferas de poder (municipal, estadual e federal). Criar uma UC traz incontáveis benefícios para a sociedade, os quais são chamados de serviços ambientais ou serviços ecossistêmicos. Com base no contexto apresentado o presente trabalho teve como objetivo analisar os conflitos e as potencialidades socioambientais existentes na Sub Sede Sul do Parque Nacional da Serra da Bocaina, Vila de Trindade, no município de Paraty/RJ, visando ao fortalecimento da gestão participativa. Para tanto, foram utilizadas três metodologias distintas, as quais: observação participante/ não participante (adaptação de métodos), envio de questionários e aplicação de entrevistas semiestruturadas. Os principais conflitos identificados foram de subsistência, culturais e territoriais. As principais potencialidades foram: o entendimento do porquê da criação do parque e sua necessidade, o conhecimento sobre educação ambiental, a possibilidade de parceria com o parque, iniciativas de turismo de base comunitária, assim como, há organização social na comunidade estudada. Conclui-se que apesar conflitos existentes na área estudada, existem também potencialidades, havendo a necessidade de fortalecimento de diversos aspectos e implantação de outros. No entanto, é possível perceber a disponibilidade da comunidade em ser parceira do PNSB, e quanto a mesma conhece e luta pela justiça ambiental, além de, fato observado em diversas falas, possuir um ponto de vista crítico sobre o assunto.

Palavras-chave: Gestão Participativa. Educação Ambiental. Participação Social.

ABSTRACT

The protection of environmental resources becomes more and more necessary, considering the current consumption and production patterns of society. Therefore, natural resources are increasingly scarce in terms of availability, quality and quantity. Such scarcity pressures entities to elaborate specific public conservation policies. In this context, Conservation Units (UCs) are areas for the conservation of resources with limits established by law and under the management of the three spheres of power (municipal, state and federal). Creating a CU brings countless benefits to society, which are called ecosystem services or ecosystem services. Based on the context presented, the present study had the objective of analyzing the conflicts and socioenvironmental potential that exist in the South Branch of Serra da Bocaina National Park, Vila de Trindade, in the city of Paraty, Brazil, aiming at strengthening participatory management. For that, three different methodologies were used: participant / non-participant observation (adaptation of methods), sending of questionnaires and application of semi-structured interviews. The main identified conflicts were subsistence, cultural and territorial. The main potentialities were: the understanding of why the creation of the park and its need, knowledge about environmental education, the possibility of partnership with the park, community-based tourism initiatives, as well as social organization. It is concluded that despite existing conflicts in the area studied, there are also potentialities, and there is a need to strengthen several aspects and implement others. However, it is possible to perceive the community's willingness to be a partner of the PNSB, and how much it knows and fights for environmental justice, besides, fact observed in several lines, to have a critical point of view on the subject.

Keywords: Participatory Management. Environmental education. Social Participation.

LISTA DE ABREVIAÇÕES

ABAT - Associação de Barqueiros e Pescadores Tradicionais de Trindade

AMOCQ – Associação dos Moradores do Quilombo Campinho da Independência

AMOT – Associação dos Moradores de Trindade

IBAMA- Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

EA- Educação Ambiental

EIA- Estudo de Impacto Ambiental

ETE- Estação de Tratamento de Esgoto

GP- Gestão Participativa

ICMBio- Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

LA- Licenciamento Ambiental

MMA- Ministério do Meio Ambiente

MTUR- Ministério do Turismo

PARNA- Parque Nacional

PNEA- Política Nacional de Educação Ambiental

PNSB- Parque Nacional da Serra da Bocaina

RIMA- Relatório de Impacto Ambiental

SISBIO- Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TIES- The International Ecoturism Society

UC- Unidades de Conservação

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Área de Estudo: Parque Nacional da Serra da Bocaina

Figura 2 - Área de Estudo-Parque Nacional da Serra da Bocaina

Figura 3 - Trilha do Ouro PNSB

Figura 4 - Cachoeira do Santo Izidro

Figura 5 - Cachoeira do Veado

Figura 6 - Pedra do Frade- PNSB

Figura 7 - Praia do Caixa d'aço

Figura 8 - Situação da Estrada Paraty- Cunha

Figura 9 - Estrada Paraty- Cunha- PNSB

Figura 10 - Vista do Mirante- Paraty/Cunha- PNSB

Figura 11 - Caminho Real - Paraty/Cunha- PNSB

Figura 12 - Sinalização- Paraty/Cunha- PNSB

Figura 13 - Cerca de Proteção- Paraty/Cunha- PNSB

Figura 14 - Passagem Suspensa/ Paraty/Cunha- PNSB

Figura 15 - Horário permitido/ Paraty/Cunha- PNSB

Figura 16 - Horário permitido (2) - Paraty/Cunha- PNSB

Figura 17 - PNSB- Vila de Trindade.

Figura 18 - Lutas por território na Vila de Trindade.

Figura 19 - Assassinato em Trindade por luta territorial

Figura 20 - Pedido de ajuda dos trindadeiros ao Presidente

Figura 21 - Cartas enviadas às autoridades do litoral norte

Figura 22 - Carta enviada com manifestação poética sobre o contexto de luta

Figura 23 - Registros das lutas por território em Trindade, aspectos culturais

Figura 24 - Jornal com registro da derrota dos trindadeiros em 1979

Figura 25 - ETE embargada- Trindade

Figura 26 - ETE embargada sendo utilizada como abrigo

Figura 27 - Placa PNSB em Trindade/ Acesso ao parque

Figura 28 - Placa PNSB em Trindade/ Acesso às praias locais

Figura 29 - Placa PNSB em Trindade/ Restrições no acesso às praias

Figura 30 - Placa PNSB em Trindade/ Identificação do PNSB

Figura 31 - Placa PNSB em Trindade/ Acesso à praia e piscina natural do Caixa d'aço

Figura 32 - Placa PNSB em Trindade- Informações e recomendações

Figura 33 - Matriz de Análise Estratégica

Figura 34 - Reunião Do Conselho Consultivo- PNSB

Tabelas 1 - Tentativas de envio dos questionários aos membros do conselho gestor do PNSB

Figura 35 - Taxa de retorno dos questionários enviados aos membros do Conselho Gestor do PNSB.

Figura 36 - Cumprimento dos objetivos do Conselho Gestor do PNSB.

Figura 37 - Projetos de EA em fase de execução no PNSB

Figura 38 - Participação social nos projetos de EA desenvolvidos no PNSB

Figura 39 - Dificuldades na execução de projetos de EA no PNSB.

Figura 40 - Dificuldades na execução de projetos de turismo ecológico no PNSB

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA 14
2. OBJETIVOS 19
2.1 Objetivo geral 19
3.1 Objetivos Específicos 19
3. REFERENCIAL TEÓRICO 20
3.1 Conflitos socioambientais 20
3.2 Unidades de Conservação 25
3.2.1 Gestão participativa em Unidades de Conservação 30
3.3 Instrumentos de gestão participativa em UCs 32
3.3.1 Educação ambiental 32
3.3.2 Turismo ecológico 36
4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO 39
4.1 Parque Nacional da Serra da Bocaina 39
4.2 Vila de Trindade 49
5. METÓDOS DE PESQUISA 66
5.1 Classificação da pesquisa 66
5.2 Procedimentos de coleta de dados 67
5.3 Procedimentos de análise de dados 70
6. RESULTADOS E DISCUSSÕES 72
6.1 A observação participante e não participante 72
6.2 Resultados questionários: membros do conselho gestor 77
6.3 As entrevistas semi-estruturada 87
6.3.1 Análise dos questionamentos relacionados às oportunidades 87
6.3.1 Análise dos questionamentos relacionados às ameaças externas 91
6.3.2 Análise dos questionamentos relacionados às potencialidades e aos problemas 96
6.3.3 Análise dos questionamentos relacionados ao futuro desejado 100
6.3.4 Matriz de análise estratégica 101
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS 104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 108
APÊNDICES 121

Nota sobre a redação desta dissertação

No decorrer desta pesquisa foi utilizada a escrita inclusiva, onde houve a diferenciação entre “autor/ autora”, “pesquisadora/ pesquisador”, “entrevistada/ entrevistado”, “entrevistadora/ entrevistador”.

O enfoque do trabalho não vem a ser a questão de gênero, entretanto, a intenção foi não utilizar o masculino como neutro, como forma de reconhecer o papel das mulheres no campo da pesquisa e nas lutas sociais.

Essa forma de escrita visou ao reconhecimento das diversas mulheres que contribuíram para execução deste trabalho e de tantos outros aqui citados.

O meio acadêmico e a produções cientificas são repletos de machismo e estereótipos, desta forma, utilizar a linguagem inclusiva se torna necessária para dar visibilidade aos trabalhos feitos por mulheres, assim como, destacar a atuação das mesmas nos diversos campos e lutas.

1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Tem-se que a necessidade de proteção do meio ambiente torna-se cada vez mais necessária, tendo como pressuposto que a natureza não responde de forma positiva ao atual sistema de consumo e produção. Logo, a proteção ambiental se torna essencial para sobrevivência humana, evidenciando a importância do equilíbrio ecológico, partindo-se do principio de que o homem não é dono dos recursos naturais, e sim, parte dele, e que esta relação exploratória e degradante vem trazendo sérios impactos à condição humana na Terra. Nesse contexto, vale ressaltar que um dos mais importantes instrumentos de proteção à diversidade biológica é a criação de Unidades de Conservação (UCs).

No ano de 2000 foi promulgada a Lei Federal nº 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este sistema representa o conjunto de UCs sob gestão das três esferas de governo: municipal, estadual e federal. Quando aplicado de maneira correta e com harmonia entre os envolvidos, é possível com este instrumento legal (e demais cabíveis ao tema) gerenciar de forma eficaz as áreas passíveis de proteção de acordo com suas características especiais (BRASIL, 2000).

Sabe-se que a criação de uma UC pode gerar conflitos de diferentes naturezas, devido às restrições de uso que podem contrariar alguns pontos da economia ou do interesse local de uma parcela da população. Tais relações são caracterizadas por disputas distintas, nas quais sempre existe a parcela que involuntariamente é mais atingida, principalmente devido às desigualdades sociais e cultura patriarcal do país, que atribuí ao Estado o poder de decisão, e este na maioria não atende a estas expectativas. Neste trabalho, usou-se o termo “conflitos socioambientais” para designar o contexto descrito. Para Vivacqua e Vieira (2005), “o termo conflito socioambiental designa as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural e cultural”.

De acordo com Malagodi (2014), nos anos 2000, cresceu o número de pesquisas, publicações e sítios eletrônicos dedicados a listar, discutir e mapear casos de conflitos socioambientais no Brasil e no mundo e, ao final da década, vê-se ressurgir a polêmica da gestão ambiental envolvendo os licenciamentos ambientais de grandes empreendimentos, o qual é marcado por relações conflituosas e injustas. Diante desse contexto, o autor ressalta a importância da educação ambiental e sua relação com o tema, no qual a mesma surge como uma perspectiva com forte impacto nas políticas

públicas e nas relações de poder entre os grupos sociais que se situam em territórios, nos quais os conflitos são evidenciados.

No Brasil as UCs possuem conflitos variados, devido principalmente ao modelo de criação destas áreas, antes da Constituição Federal e SNUC. Sendo assim, acredita-se que estabelecendo uma ligação da população com as unidades, via educação ambiental, possa se aumentar a participação daquelas e melhorar este relacionamento.

Tendo como pressuposto o artigo 225 da Constituição Federal, que atribui à coletividade e ao poder público o dever de preservar o meio ambiente (BRASIL, 1988), a gestão participativa deveria surgir como um instrumento no processo de preservação ambiental, entretanto há algumas falhas. Quando se fala de conflitos socioambientais, é comum fazer-se referência a grupos, que de alguma forma são mantidos distantes das decisões, isso advindo de uma cultura enraizada que perdura até os dias atuais, na qual a participação popular é deixada de lado, seja por falta de vontade por parte dos governantes ou falta de informação da sociedade civil, principalmente por não acreditarem que serão ouvidos efetivamente. Para tanto, a educação ambiental pode surgir como uma ferramenta mitigadora dos conflitos socioambientais, pois a mesma tem caráter informativo e mobilizador.

Conforme Loureiro (2004), a educação ambiental não tem finalidade de reproduzir e dar sentido a modos de vida, nem a valores de grupos dominantes, e também não impõe condutas. Seu sentido é de estabelecer reflexões que levam a consolidação de valores que possam ser entendidos e aceitos, mantendo a sustentabilidade, justiça e preservação da vida. Neste sentido, é possível afirmar que os cidadãos ambientalmente educados contribuem de forma significativa para a preservação ambiental, sendo estes peças fundamentais para que se consiga um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, equilibrando os três pilares da sustentabilidade, e efetivando a justiça ambiental.

Loureiro e Cunha (2008) afirmam que uma ação de educação ambiental em UCs é necessária a transparência nas relações e nos processos entre os grupos sociais envolvidos, tendo-se a gestão e o fortalecimento do estado sob a perspectiva do controle social. Dessa forma, afirma o autor, ser possível: a) que se reverta os processos onde o meio ambiente é visto como algo privado e que dá lucro a poucos; b) garantir o empoderamento popular; e c) garantir a visão histórica do problema, visão social e a participação da sociedade.

Para a identificação de algumas potencialidades e conflitos socioambientais tais como os supracitados, escolheu-se uma unidade conservação situada nos estados de São

Paulo e Rio de Janeiro como objeto de estudo do presente trabalho, sendo ela: Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB). Cabe destacar que tal objeto possui grande extensão e é considerada uma UC não consolidada[1].

O Parque Nacional da Serra da Bocaina foi criado em 04 de fevereiro de 1971, por meio do Decreto Estadual nº 68.172/1971, sendo posteriormente modificado pelo Decreto Federal n° 70.694, de 08 de junho de 1972, ambos utilizaram como base os princípios da Lei nº 4.771/65 (Antigo Código Florestal), que atualmente foi revogada pela Lei nº 12.651/2012 (Novo Código Florestal), tal UC esta situada entre os estados do RJ e SP, abrangendo núcleos populacionais importantes, sendo eles: Angra dos Reis, Mambucaba, Paraty, Ubatuba, Cunha, Areias, São José do Barreiro e Bananal (BRASIL, 1972).

Dentre os núcleos populacionais que integram o PNSB, está Paraty no estado do Rio de Janeiro, uma cidade com diversos atrativos turísticos, os quais são explorados de forma intensiva. Em Paraty, está localizado a Vila de Trindade, popularmente chamada de Trindade. Tal território possui uma história de lutas intensas por territórios, desde a ditadura militar (1964-1985) e que perdura até os dias atuais.

Sendo assim, para esta pesquisa escolheu-se estudar os conflitos e potencialidades socioambientais existentes no território de Paraty - Vila de Trindade, tal escolha se baseou na história de luta do território citada anteriormente, em que as pessoas sempre viram a UC como mais um inimigo iminente.

Cabe ressaltar a importância das UCs para a sociedade, tendo em vista os benefícios que as mesmas trazem na preservação dos recursos naturais essenciais à vida, como água, ar e solo. Criar uma UC traz incontáveis vantagens à população local, sendo necessário haver equilíbrio entre desenvolvimento e preservação para sua eficácia, não havendo motivo de se enxergar estas áreas como um entrave ao desenvolvimento. Nesse sentido, estudar os conflitos e destacar as potencialidades torna-se de suma importância, visto que os conflitos são cada vez mais inerentes na sociedade e, no contexto apresentado, as potencialidades não são destacadas. Desta forma, a educação ambiental tem se mostrado um instrumento extremamente eficaz na preservação ambiental, tornando os cidadãos educados ambientalmente, e, se bem desenvolvida, torna-se então uma das potencialidades.

[1] Termo usado para se referir uma UC que não cumpre seus objetivos principais de conservação contidos no SNUC, quando se fala em consolidar uma UC usa-se o significado real da palavra que é “tornar sólido ou concreto”.

Tendo por base os conceitos introdutórios, esta pesquisa busca responder a seguinte questão: os projetos de educação ambiental e turismo desenvolvidos na Sub-Sede Sul da UC em Paraty-RJ visam ao fortalecimento da gestão participativa e, consequentemente, auxiliam na diminuição dos conflitos socioambientais na Vila de Trindade?

Como hipótese inicial acredita-se que os projetos não visam à gestão participativa e acabam por não auxiliar na resolução dos conflitos, nem divulgam e desenvolvem as potencialidades.

Por fim, para corroborar traz-se uma colocação de Gurgel et al. (2009), onde é admitido que todas as categorias de UCs contribuem para o desenvolvimento do país, o que demonstra por meio de dados quantitativos e é apontando que o problema é fazer com que todos entendam que as UCs beneficiam as ações antrópicas melhorando as condições do solo, aumentando a qualidade dos recursos hídricos e geração de renda, e para tal estas áreas precisam ser bem geridas.

A presente dissertação está divida em oito capítulos, sendo o primeiro esta introdução e justificativa, a qual traz a contextualização do trabalho, a delimitação temática, a justificativa da pesquisa, a pergunta problematizadora, a hipótese inicial e a estrutura geral da dissertação com a síntese dos capítulos.

No segundo capítulo são trazidos os objetivos, os quais foram elaborados conforme a Taxonomia de Bloom (BLOOM et al., 1956).

O terceiro capítulo trata do referencial teórico, no qual a leitora/ o leitor é situado sobre qual desenvolvimento é discutido, assim como são apresentados autores e autoras que corroboram e contribuem para o entendimento e desenvolvimento da pesquisa. Sendo dividido em: 3.1, 3.2, e 3.3. O subcapítulo 3.1 traz o histórico e os fatores que geram os conflitos socioambientais e os conflitos em Unidades de Conservação; no subcapítulo 3.2 são apresentadas detalhadamente as UCs e também a gestão participativa em tais áreas e no subcapítulo 3.3 são apresentados os instrumentos de gestão participativa em UCs, sendo eles: Educação Ambiental e Turismo Ecológico.

O quarto capítulo trata das áreas de estudo, sendo este subdividido em 4.1. Caracterização do Parque Nacional da Serra da Bocaina e o 4.2 que caracteriza a Vila de Trindade, localizada no interior do PNSB.

O quinto capítulo traz os métodos da pesquisa, sendo subdividido em 5.1, 5.2. e 5.3. O subcapítulo 5.1 se refere à classificação da pesquisa, seguindo as metodologias de autores e autoras sobre o tema, o 5.2 trata da abordagem utilizada para a coleta dos dados da pesquisa e o 5.3 como tais dados serão analisados.

No capítulo 6 está apresentado o cronograma da pesquisa, o qual descreve as etapas realizadas durante o desenvolvimento deste trabalho. Já nos capítulos 7 e 8 são apresentados os resultados e as discussões e as considerações finais da pesquisa, respectivamente.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Analisar os conflitos e as potencialidades socioambientais existentes na Sub Sede Sul do Parque Nacional da Serra da Bocaina, Vila de Trindade, no município de Paraty/RJ, visando a criação de estratégias para o fortalecimento da gestão participativa.

2.2 Objetivos específicos

a) Listar os projetos de educação ambiental e turismo executados na UC estudada desde a criação de seu Conselho Gestor;

b) Identificar as ferramentas utilizadas nos projetos que tenham ou não relação com a gestão participativa;

c) Identificar os conflitos e potencialidades socioambientais na Vila de Trindade, Paraty/RJ.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS

A palavra conflito é empregada para caracterizar relações como: desavença entre pessoas, discussão, discórdia, oposição, luta. Desse modo, o conflito carrega em si uma conotação negativa, algo indesejável, que pode ser evitado, sendo o oposto da paz, que é almejada pela sociedade desde o inicio dos tempos (TORRES, 2006). Conforme afirmam Souza e Milanez (2015), os conflitos ambientais sempre fizeram parte da história do homem na Terra, ou seja, estiveram presentes desde o inicio da civilização e perduram até os dias atuais, para tanto, há diversos exemplos históricos destas relações, tais como as Guerras Mundiais, que retratam os extremos dos conflitos e das relações humanas de disputa.

De acordo com Ferreira (2004), o debate sobre o tema tem sido polarizado por duas abordagens: a primeira é que os conflitos são inevitáveis e inerentes a qualquer formação social, não havendo solução definitiva para qualquer conflito, sendo que o consenso é visto apenas como algo temporário, enquanto que a segunda abordagem vê os conflitos como distúrbios na formação dos sistemas sociais, os quais necessitam de esforços para que sejam transformados e/ou mitigados. Neste trabalho escolheu-se a segunda abordagem, acreditando ser possível que os conflitos podem ser transformados, caso haja esforços entre os envolvidos.

Para Brito et al. (2011), os conflitos envolvendo os pilares: crescimento econômico, desenvolvimento social e sustentabilidade dos recursos naturais começaram a ser vistos de forma mais efetiva somente na segunda metade do século XX, tendo como referência os grandes eventos ambientais que começavam a serem realizados, os quais despertaram o inicio da propagação dos problemas ambientais à sociedade civil. O autor cita os seguintes eventos: a criação do Clube de Roma (1968) e a realização da I Conferência da Organização das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano-Conferencia de Estocolmo (1972), em que, a partir desses eventos houve a inserção definitiva das análises dos conflitos socioambientais na agenda mundial. Contrastando com a visão de Brito et al. (2011), para Zhouri e Laschefski (2010), o discurso sobre o desenvolvimento sustentável foi sendo, deste então, deslocado daquele sentido pretendido para a luta dos “povos da floresta” e dos ambientalistas. De acordo com o

trabalho a difusão da temática foi feita com alguns estereótipos. O posicionamento de Zhouri e Laschefski (2010) demonstra a vertente política que a temática ambiental ganhou com a difusão de informação feita de forma errônea pela mídia convencional, resultando no enfraquecimento da causa e em uma visão de que a temática ambiental é uma bandeira a ser levantada, quando na verdade é uma necessidade urgente para sobrevivência, inclusive humana.

Ainda conforme Zhouri e Laschefski (2010) "a década de 1980 representa um importante marco histórico e simbólico para as lutas ambientais". Para a autora e o autor, após a morte de Chico Mendes[2], em 1988, "as ideias de uso sustentável da natureza e da existência dos povos da floresta se consolidaram" e foi após este marco que a mídia se apropriou de informações e a temática foi difundida à sociedade civil, negativamente e positivamente.

Os conflitos podem ser de vários tipos e provocados por diferentes fatores. Os conflitos classificados como socioambientais estão relacionados a diferentes aspectos, incluindo: moradia, uso da terra, interesses divergentes, perspectivas culturais, acesso a um recurso natural. Pode-se dizer que os "conflitos modernos", sobretudo os socioambientais, são inerentes à própria formação do modelo da sociedade, que propõe eixos de desenvolvimento injustos, baseados em uma tentativa de organizar as relações sociais criando-se as desigualdades, violência, disputas e demais problemas sociais, os quais estiveram presentes desde o início da civilização e perduram até os dias atuais (THEODORO; CORDEIRO; BEKE, 2004; SOUZA; MILANEZ, 2015; ROSSEAU,1754).

Os conflitos socioambientais estão associados às disputas pelo acesso e uso dos recursos naturais, assim como, ao processo de degradação ambiental. Normalmente, a disputa envolve mais de uma esfera de conflito e existem disputas que envolvem as três esferas de conflitos, ou seja, envolvem direitos, interesses e poder envolvendo a sociedade civil e o Estado (TORRES, 2006; SOUZA; MILANEZ, 2015).

Para Martinez-Alier (2007), grande parte dos conflitos socioambientais pode ser vista a partir das contradições existentes no comércio desigual e injusto entre países do atual sistema econômico, o capitalismo globalizado. O que não implica que somente o capitalismo gera conflitos, mas refere-se a este, pois nele o Brasil está inserido.

[2] Chico Mendes foi um dos maiores ambientalistas e ativista político do Brasil, lutou principalmente pela defesa dos seringueiros da Bacia Amazônica, teve reconhecimento internacional e foi morto por fazendeiros contrários a seu ideal e as suas lutas.

Entretanto, é inegável a presença de problemas e desigualdades que o capitalismo provoca, as pesquisas estudadas corroboram tal afirmação.

No Brasil, de acordo com Camenietzki (2013), ao se estudar as sociodinâmicas de uso e acesso aos recursos naturais nos últimos anos, pode-se observar, uma reprodução da desigualdade de acesso aos territórios que consagra uma característica do país desde seu período colonial. O autor ressalta a década de 1960 como marco inicial, quando são inseridos no país os princípios da modernização conservadora. Logo, a coletividade que possuía estratégias de vida diretamente ligadas aos recursos naturais passaram a sofrer impactos por essas dinâmicas de reformulação de territórios, logo, se iniciou a partir de então, uma economia voltada a maximação dos lucros, que preconizava o grande capital e o agronegócio, provocando forte impacto ambiental, social e econômico. Como consequência, teve-se um mapa de conflitos socioambientais no país, que tem transformado os modos de vida de muitos povos, em função do modelo hegemônico de desenvolvimento adotado pelo Estado e que tem colocado estes grupos em um grau cada vez mais explícito de vulnerabilidade socioeconômica e cultural.

Alonso e Costa (2002) trazem que somente a partir da metade dos anos de 1980 pode-se falar em um interesse sistemático das ciências sociais pela questão ambiental no Brasil, ou seja, muito tempo depois dos conflitos explicitados por Camenietzi (2003) que a temática começou a ganhar visibilidade, o país passou também por um período de valorização social e reformulação de Políticas Públicas, que atualmente (em 2017) vem sendo desmontada, principalmente nas questões sociais e ambientais.

Conforme Acselrad (2010) é recorrente no Brasil, assim como é comum em países subdesenvolvidos, que as decisões de localização dos projetos de transformação socioecológica, associados à implantação de infraestruturas requeridas pelos processos de desenvolvimento - fato que é extremamente visível nos processos dos grandes projetos de licenciamento ambiental -, priorizarem áreas ocupadas pelos grupos de baixa renda, comunidades tradicionais, indígenas e extrativistas, gerando injustiça ambiental (distribuição desigual dos recursos ou das punições previstas em lei) e racismo ambiental (quando uma minoria étnica é exposta a poluentes, ou quando é negado o acesso aos recursos naturais).

Para Porto e Milanez (2009), no Brasil, as discussões teóricas e as experiências empíricas apontam para a existência de eixos de desenvolvimento econômicos ambientalmente injustos, que como consequência, intensificam os conflitos socioambientais. Conforme os autores, a emergência e intensificação dos conflitos no

atual contexto brasileiro, decorrem de uma visão economicista restrita de desenvolvimento, como mencionado por Camenietzki (2013), em que os autores ressaltam que:

> Esta visão é pautada por critérios de crescimento econômico – visto como alternativa única de progresso – de natureza produtivista e consumista. Tal visão desrespeita a vida humana e dos ecossistemas, bem como a cultura e os valores dos povos nos territórios onde os investimentos e as cadeias produtivas se realizam. A apropriação dos recursos naturais e espaços públicos para fins específicos que geram exclusão e expropriação produzem reações por parte de movimentos sociais, grupos e populações que se sentem atingidos em seus direitos fundamentais, envolvendo questões como saúde, trabalho, cultura, preservação ambiental e uso de espaços, bens e serviços públicos.

Conforme Lucio (2013), para atingir o desenvolvimento deve haver a superação das desigualdades sociais. No entanto, na realidade brasileira, as desigualdades sociais e ambientais são crescentes, e a mitigação destas relações conflituosas não é prioridade do Estado.

Theodoro, Cordeiro e Beke (2014) apontam que no Brasil alguns conflitos vêm sendo tratados em fóruns em diferentes instâncias, porém, é inexistente uma diretriz especifica de quem deve proceder à busca de soluções negociadas. Os autores apontam que alternativas como a conciliação (negociação, transação), a mediação e a arbitragem está se tornando uma prática extrajudicial dos conflitos. Tais meios são considerados vantajosos e eficientes na pacificação social, pois, inovam na celeridade e no caráter sigiloso. Brito et al. (2011) apontam os conflitos socioambientais como uma ramificação dos conflitos sociais, afirmando que se trata de uma temática complexa, visto que envolve: utilização dos recursos naturais, qualidade de vida dos agentes sociais e crescimento econômico do espaço analisado. Os autores citam que estes conflitos não devem ser avaliados apenas como algo negativo, pois o mesmo representa uma luta contínua à definição e ao significado do problema ambiental. Estes autores consideram desta forma, pois veem efetividades na militância social, sendo que a não pacificação/resolução dos conflitos (como ocorre em maior parte), tem efeitos sociais extremamente negativos.

Para Porto e Milanez (2009), os conflitos socioambientais podem estar ligados a diversas atividades e setores, como produção agrícola, extração de minerais, poluição causada por atividades produtivas, entre outros. Trentin e Pires (2012) expõem de forma clara os fatores que geram os conflitos socioambientais, os quais: disputa de recursos

naturais, desequilíbrio ecológico, dificuldade de se pensar no coletivo, e questões culturais.

Cunha e Agostin (2014) ressaltam que com o aumento da necessidade por energia e a diminuição de novos locais no planeta onde existam potencialidades de exploração dos recursos naturais, a tendência é o acirramento dos conflitos com grupos étnicos e populações tradicionais, especialmente em razão de normalmente habitarem regiões ricas em recursos naturais, reflexo de suas concepções de desenvolvimento e da relação que estabelecem com seus territórios (concepção abrangente da terra e recursos naturais). Este estudo remete ao contexto das UCs, haja vista que na maioria das vezes, os atores sociais inseridos no contexto supracitado não são valorizados por preservarem, além de, serem excluídos do processo. Esta situação é agravada principalmente pelos problemas fundiários do país, fragmentação da cultura e sofrimento causado pelo abandono do local, onde os sujeitos possuem raízes.

Alencar (2004) estudou os conflitos envolvendo a gestão e o manejo dos recursos naturais em terras indígenas do alto Solimões (AM), onde essas populações começam controlar um vasto território e também tiveram a função de proteger os recursos naturais, porém, a autora ressalta que o órgão indigenista (FUNAI) foi incapaz de desenvolver medidas de proteção das terras indígenas e propor alternativas de renda capazes de alterar a dependência econômica destas populações, onde a principal fonte é a exploração dos recursos naturais. Neste caso, a autora verifica um cenário de escassez cultural e de recursos naturais, causadas pelas mudanças impostas às comunidades indígenas (além da escassez dos recursos a autora aponta que essas comunidades começaram a ter maior dependência de produtos industrializados e houve uma mudança na identidade das comunidades). Aponta ainda a necessidade de elaboração de uma política pública que retrate todos os aspectos culturais dessas comunidades, de forma a diminuir os conflitos ressaltados em seu trabalho.

Maia (2008) analisou os conflitos socioambientais decorrentes de uma monocultura de eucalipto na comunidade de Cana Brava, situada no norte de MG. A autora aponta que os conflitos socioambientais são cada vez mais inerentes e têm ocorrido em diferentes escalas, podendo ser causado por fatores internos e externos. Em seu trabalho é analisado principalmente a base do direito ambiental, pelo qual é garantido o pensar coletivo, e a garantia de um ambiente equilibrado para a atual e as futuras gerações. Porém, para a autora, esse princípio não tem se efetivado com a expansão das monoculturas sobre o bioma cerrado, comprometendo a sustentabilidade e equilíbrio

socioambiental, com as graves consequências ambientais e sociais que proporciona. Como forma de mediação dos conflitos apresentados a autora propõe o fortalecimento de projetos distintos, como agricultura familiar[3] com princípios agroecológicos[4].

3.2 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

De acordo com Barbosa (2008) as unidades de conservação em si são espaços territoriais especialmente protegidos, um espaço geográfico definido que, por suas características biofísicas e suas potencialidades socioambientais relevantes, é de responsabilidade do Estado à destinação, administração, proteção efetiva e permanente para alcançar objetivos específicos de conservação.

Já o SNUC (BRASIL, 2000), entende como sendo UC:

> Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob-regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção (Art. 2, §1).

Schenini, Costa e Casarin (2004) entendem como UC, todas as áreas protegidas que possuem regras próprias de uso e de manejo, com a finalidade própria de preservação e proteção de espécies vegetais ou animais, de tradições culturais, de belezas paisagísticas, ou de fontes científicas, dependendo da categoria de manejo em que a mesma se enquadra.

As áreas protegidas existem desde as primeiras civilizações, como na região da Ásia e próximas, onde os recursos naturais já eram protegidos. Pode ser citada como exemplo, a proteção da floresta sagrada na Índia (250 a. C.). Entretanto, é unânime nas pesquisas sobre o histórico das UCs no mundo, encontrar que o marco histórico foi a criação do Parque Yellowstone em 1872, nos Estados Unidos (THEULEN, 2003; SCHENINI; COSTA; CASARIN, 2004; FERREIRA, 2004).

---

[3] Agricultura familiar é entendida como a produção agrícola por pequenos proprietários rurais, sendo a mão de obra disponível o próprio núcleo familiar.

[4] A agroecologia considera uma perspectiva ecológica da produção, visando a maximização da produção em harmonia com o agroecossitema total, que inclui os componentes socioculturais, técnicos, ecológicos e econômicos.

> Em 1 de março de 1872, o presidente Ulysses Grant assinou o primeiro parque nacional do mundo, Yellowstone National Park. Os 2,2 milhões de acres (8980 Km²) foi "designado como um parque público ou terreno que traz prazer para o benefício e gozo do povo." Nathaniel Langford, um dos defensores mais veementes da ideia do parque nacional, foi nomeado o primeiro superintendente do Parque . Ele foi imediatamente atribuída a tarefa de fazer uma "exploração exaustiva" do Parque, e decidiu fazer a sua investigação como um convidado da festa de Inquérito Hayden, que estava voltando para Yellowstone para futuras pesquisas. Langford, assim, passou um verão memorável, no recém criado Parque de Yellowstone (EUA, 2016- tradução nossa).

No Brasil, foi somente no ano de 1937 no governo de Getulio Vargas, que foi criado o primeiro parque nacional, o Parque Nacional de Itatiaia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, sendo que este parque foi criado com base nos preceitos legais contidos Código Florestal de 1934 (SCHENINI; COSTA; CASARIN, 2004; MENIS; CUNHA, 2011). Porém, para Medeiros (2005) os registros históricos indicam que tanto a coroa portuguesa quanto o governo Imperial empreenderam algumas iniciativas destinadas à proteção, à gestão ou ao controle de determinados recursos naturais no Brasil.

A criação do Parque Nacional de Itatiaia em 1937 se deu por sugestão do Engenheiro André Rebouças em 1876, que também propôs a criação de dois parques, sendo eles: Parque Nacional da Ilha do Bananal e Parque Nacional das sete quedas, ambas as propostas não foram concretizadas, mas deve-se ressaltar a suma importância deste fato quando analisado o histórico das UCs no Brasil, pois abriu precedentes para uma ampla discussão e mobilização nos anos seguintes (MEDEIROS, 2005; THEULEN, 2003; HASSLER, 2005).

A iniciativa de criação de parques nacionais se espalhou por vários países, diversificando-se com o passar do tempo, passando desse modo a receber a denominação genérica de unidades de conservação no Brasil, mas internacionalmente, estes espaços territoriais são chamados de Áreas Protegidas (SCHENINI; COSTA; CASARIN, 2004).

Enquanto em todo o mundo novas unidades de conservação eram criadas, paralelamente, fóruns de discussão foram organizados para se discutir especificamente sobre conservação da natureza e via-se na criação destas áreas uma alternativa para conservação da quantidade e qualidade dos recursos naturais (THEULEN, 2003).

No ano de 2000 no Brasil, finalmente foi concretizada a ambição surgida no final dos anos de 1970 de estabelecer um sistema único para gestão das UCs no país– o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) – que definiria

critérios mais objetivos para a criação e gestão de algumas tipologias e categorias de áreas protegidas, que antes se encontravam dispersas em diferentes instrumentos legais (MEDEIROS, 2005).

> A fragilidade dos instrumentos e das instituições da recém-estabelecida República brasileira, ainda dominada pelas elites rurais, não eram suficientes para garantir a manutenção de tão ambicioso projeto de criação de áreas com regimes especiais de proteção em função dos seus recursos naturais. Foram necessários que mais de 20 anos se passassem até que um instrumento robusto fosse enfim editado e, finalmente, criasse plenas condições para garantir a existência do primeiro Parque Nacional brasileiro em 1937 (MEDEIROS 2005, p.5).

Para Barbosa (2008), depois de identificada a importância socioambiental dessas áreas, para as atuais e futuras gerações, sendo verdadeiras reservas de conhecimento, material biológico e genético, além de serem prestadoras de serviços ambientais, surge a necessidade de criação de uma UC, bem como a administração racional e que trouxesse todos os conceitos atuais a tona, trazendo todas as inter-relações com órgãos específicos e medidas de gestão ambiental, para que houvesse a proteção efetiva do bem ambiental e cumprisse os objetivos para qual foi criada. As unidades de conservação são instrumentos fundamentais em qualquer estratégia de conservação da biodiversidade, contribuem e fortalecem a relação homem- natureza, partindo do entendimento do contexto em que está inserido, sem esquecer o passado, presente e futuro (ARAUJO, 2007; BUENO; RIBEIRO, 2007).

Hauff (2004) aponta que para eficácia das UCs, as mesmas precisam estar integradas com a região do entorno, tanto pela necessidade biológica ou pela necessidade de inserção humana, visto que a comunidade precisa conhecer a importância da preservação ambiental para melhoria da qualidade de vida local. Em seu estudo, foi possível verificar que mesmo após a implantação das UCs estudadas as atividades de subsistência ainda se baseavam em cultivos realizados com base em práticas primitivas ou no extrativismo ilegal. A autora traz que a percepção ambiental que a comunidade tem em relação às UCs é bastante falha, além de os mesmos não verem outra forma de sustento, fato associado com a dificuldade da administração dessas áreas em manter um diálogo saudável com a comunidade de entorno e também pela falta de opção de renda dos moradores, é proposto no seu estudo a criação de programas e ações que visem à integração da comunidade com os objetivos das UCs.

Já para Thuelen (2003), que estudou as UCs sob a percepção dos chefes, conclui que os principais problemas enfrentados pelas UCs se relacionam com: falta de recursos

financeiros, humanos e de capacitação. Segundo a autora, para o sucesso de uma UC são necessários a preparação profissional e o conhecimento dos chefes das mesmas, e conclui que o aumento do número de áreas protegidas não significa, necessariamente, o aumento da conservação. Sendo assim, o Estado deveria mover recursos para fortalecer a gestão das UCs existentes prioritariamente.

As UCs são organizadas e definidas em categorias de manejo, cada qual atendendo prioritariamente a determinados objetivos, que poderão ter maior ou menor significado para a preservação dos ecossistemas naturais (SCHENINI; COSTA; CASARIN, 2004).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei n. 9.985/2000, estabelece critérios para criação, implantação e gestão das unidades de conservação. (BRASIL, 2000). O SNUC é regulamentado pelo Decreto Federal nº 4.340 de agosto de 2002 (BRASIL, 2002).

Para Barbosa (2008), é possível verificar o cuidado com que a legislação trata das unidades de conservação, dada a quantidade de dispositivos que compreende sua estrutura. Conforme o autor, a lei disciplina a exploração das unidades, estabelecendo duas formas, sendo um de uso direto e o outro de uso apenas indireto.

Cabe destacar que o SNUC está baseado no artigo 225 da Constituição Federal, o qual determina que todos devem ter acesso ao ambiente ecologicamente equilibrado, bem como o dever de protegê-lo. Além disso, traz que é dever do Estado estabelecer áreas a serem protegidas com a intenção de manter esse equilíbrio ecológico (BRASIL, 1988).

Cumprindo com o que determina a Constituição Federal, a lei do SNUC apresenta como objetivos:

> I - contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;
> II - proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
> III - contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
> IV - promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
> V - promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
> VI - proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
> VII - proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
> VIII - proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
> IX - recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
> X - proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
> XI - valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;

> XII - favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
> XIII - proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente (Art. 4).

De acordo com o Art. 6° da referida lei, o SNUC é gerido pelos seguintes órgãos (BRASIL, 2000):

> I - Órgão consultivo e deliberativo: o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, com as atribuições de acompanhar a implementação do Sistema;
> II - Órgão central: o Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de coordenar o Sistema;
> III - Órgãos executores: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, os órgãos estaduais e municipais, com a função de implementar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais, nas respectivas esferas de atuação (Art. 6).

A partir de 2007 com a Lei Federal nº 11.516, as atribuições do IBAMA em relação às UCs federais passam a ser da autarquia Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (BRASIL, 2007).

De acordo com o SNUC (BRASIL, 2000) as UCs se dividem em dois grupos, denominados "categorias de manejo": Unidades de Conservação de Proteção Integral e Unidades de Conservação de Uso Sustentável, cada qual com seus objetivos e limites determinados em lei.

O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é a preservação ambiental, onde é admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, salvo algumas exceções previstas em lei. E objetivo das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar o uso sustentável de parcela da área com a proteção da natureza (BRASIL, 2000). Sendo assim, as UCs são dividas da seguinte forma (QUADRO 1):

Quadro 1- Categorias de manejo das UCs

Proteção Integral	**Uso Sustentável**
Estação Ecológica	Área de Proteção Ambiental
Reserva Biológica	Área de Relevante Interesse Ecológico
Parque Nacional/Estadual/Municipal	Floresta Nacional
Monumento Natural	Reserva Extrativista
Refúgio de Vida Silvestre	Reserva de Fauna
	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
	Reserva do Patrimônio Natural

	Reserva do Patrimônio Particular

Fonte: Brasil, 2000.

3.2.1 Gestão Participativa em Unidades de Conservação

A gestão participativa é um mecanismo relativamente novo no Brasil, haja vista que foi preconizada pela Constituição Federal de 1988 e reafirmada por instrumentos legais posteriormente, dentre estes o SNUC (BRASIL, 1988; BRASIL, 2000).

De acordo com Vivacquara e Vieira (2005), um resgate da trajetória da evolução do IBAMA confirma a premissa de que a criação, administração e avaliação das UCs dependem da complexidade embutida na problemática socioambiental. A autora e o autor citam que o IBAMA, que era responsável pela gestão das UCs (quando o trabalho foi escrito), não estava se mostrando a altura dos desafios envolvidos na gestão dessas áreas, pois adotavam uma postura autoritária com viés conservacionista e avessa à participação popular nos processos de gestão. Conforme Thuelen (2004), em meio às muitas atribuições do IBAMA, o órgão não conseguiu priorizar as UCs, dentro do enorme espectro de ações que deveriam ser cumpridas, principalmente no que tange a inserção da gestão participativa no contexto.

Para Ferreira (2004):

> As UCs brasileiras foram sendo implantadas em um contexto onde a ação cotidiana das instituições públicas colocou seus agentes em situação de confronto com os moradores das áreas colocadas sob proteção legal. Propostas de conservação formuladas em gabinetes, debatidas e referendadas muitas vezes em fóruns internacionais, no momento de serem implementadas acabaram se tornando altamente politizadas, mobilizando diversos atores em torno de diversas arenas; outros tiveram que rever posições e conceitos e, principalmente os moradores, em sua maioria sem uma prévia experiência importante de participação política, foram repentina e inusitadamente investidos na condição de atores.

Conforme Benatti (1999), as populações humanas em UC são as populações tradicionais e as não tradicionais. O autor ressalta “O principal litígio jurídico existente deve-se ao fato de o atual conceito de UC de uso indireto excluir a presença humana dentro de sua área, inclusive as populações tradicionais”. Além disto, não oferecem alternativas de subsistência para essas pessoas, nem tampouco se resolve o problema fundiário do país.

Se o manejo das UCs tem por objetivo garantir a conservação em longo prazo, sem se esquecer da preocupação pela redução das desigualdades sociais, seria

necessário abrir gradualmente espaços para um tipo de participação capaz de permitir o exercício da cidadania plena, a chamada Gestão Participativa (GP). Há pesquisas sobre gestão participativa de UCs, como mecanismo preferencial de mediação de conflitos. Somente com a interação dos diversos atores políticos e sociais, assegurando processos mútuos de aprendizagem, parece viável a reversão das tendências dominantes de degradação socioecológica em escala global, além da garantia do exercício pleno da cidadania (VIVACQUARA; VIEIRA, 2005; FERREIRA, 2004).

Seja como for, constata-se atualmente que a formação de parcerias entre os diversos atores envolvidos – ONGs, órgãos governamentais federais e estaduais, empresários, pesquisadores e populações locais – tende a superar as disputas, possibilitando assim o fortalecimento de um padrão de gestão mais integrada e participativa dos recursos de uso comum (VIVACQUARA; VIEIRA, 2005).

A gestão participativa surgiu ao longo dos últimos trinta anos (a partir de 88) como importante instrumento de gestão de áreas protegidas, tanto no Brasil como no mundo. A GP faz parte da mudança de paradigma da noção de "natureza intocada" (LUCIO, 2013; FERREIRA, 2004).

De acordo com Lucio (2013), há poucos trabalhos que entendam as instituições locais e que discutam a gestão participativa com a população local, apesar da sua suma importância.

Para Henry-Silva (2005), "Um aspecto de grande relevância para o sucesso das unidades de conservação, diz respeito à participação da sociedade na criação e manutenção dessas áreas de preservação".

Segundo Barbosa (2008),

> Além dos entes da administração direta, pelo artigo 30 da Lei do SNUC, as unidades de conservação podem ser geridas por organizações da sociedade civil de interesse público, desde que suas atividades apresentem uma pertinência temática com os objetivos da unidade. Para que a gestão da unidade seja feita pela sociedade civil de interesse público é preciso que seja firmado instrumento (contrato de gestão) junto ao órgão originariamente responsável por sua administração.

Pádua (2012) ressalta que, todavia, o incentivo à participação comunitária deve ser conduzido com qualidade e de maneira continuada, o que nem sempre é possível, em razão das mudanças dos profissionais envolvidos na coordenação das áreas protegidas. Conforme Fadini et al. (2010) a gestão participativa é um instrumento de suma importância para minimizar os conflitos em áreas protegidas, podendo também contribuir na agilização dos processos burocráticos.

Além dos aspectos supracitados a gestão participativa deve ser vista como um processo contínuo, partindo da vivência política social dos indivíduos e o diálogo deve vir a ser priorizado, lembrando que a gestão participativa possui variáveis em função dos objetivos da causa em questão. Há nas UCs canais diretos de participação, como é o caso dos conselhos gestores, entretanto, há falhas neste mecanismo. Dentre as principais falhas apontadas por Tatagiba (2005), trabalho em que a autora traça um perfil dos conselheiros e das conselheiras, sendo este marcado por características acima da media nacional, no que tange a escolaridade, renda e engajamento político. Conforme a mesma autora isso tem consequências marcantes no processo de participação, primeiro porque isso remete a uma elitização da participação e segundo porque estes podem não representar os interesses da minoria. A obrigatoriedade de uma UC ter conselho vem dos seguintes instrumentos legais: SNUC, Decreto nº4340 e Instrução Normativa ICMBio nº9 (BRASIL, 2000; BRASIL, 2002; ICMBIO, 2014). Sendo assim, a participação social, seja na sua vertente individual ou coletiva, é um importante instrumento de fortalecimento da sociedade e do exercício pleno da cidadania, porém, para que cumpra esta função é necessária a uma relação sólida e de troca de conhecimento mútuo entre os agentes públicos e privados, pois somente desta forma é possível romper a predominância cultural da relação clientelista e utilitarista existente (DIEGUES, 2012).

Cabe neste momento ressaltar que a participação está diretamente ligada à educação (MARTINS-JUNIOR; DANTAS, 2004). E a educação ambiental aqui assumida é sua a vertente crítica, emancipatória e promotora da cidadania, e esta educação pode ser feita de diversas maneiras, utilizando inclusive mecanismos midiáticos, entretanto, deve ser o oposto da mídia convencional.

3.3 INSTRUMENTOS DE GESTÃO PARTICIPATIVA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

3.3.1 Educação Ambiental

De acordo com a Cartilha “Identidades da Educação Ambiental Brasileira” (MMA, 2004), olhando-se para a morfologia do termo Educação Ambiental (EA), o

qual é formado por um substantivo e um adjetivo, trata-se do campo da educação e o campo ambiental, dois “campos” complexos e multidisciplinares, onde:

> Enquanto o substantivo Educação confere a essência do vocábulo “Educação Ambiental”, definindo os próprios fazeres pedagógicos necessários a esta prática educativa, o adjetivo Ambiental anuncia o contexto desta prática educativa, ou seja, o enquadramento motivador da ação pedagógica (MMA, 2004).

Assim, “Educação Ambiental” designa uma qualidade especial que define uma classe de características que juntas, permitem o reconhecimento de sua identidade, diante de uma educação que antes não era ambiental (MMA, 2004).

No Brasil, as discussões sobre EA adquirem caráter público em meados da década de 1980, com a realização dos primeiros encontros nacionais, a atuação crescente das organizações ambientalistas e a ampliação da produção acadêmica relacionada à chamada "questão ambiental". A EA é múltipla em conceitos e abordagens e criativa no seu fazer pelo país (LOUREIRO, 2004).

Para Cuba (2010), é consenso planetário a necessidade de conservação assim como a defesa do meio ambiente, dessa forma, não há outro caminho, os indivíduos precisam ser conscientizados e, para que esta tomada de consciência se multiplique a partir das gerações presentes e passe para as futuras, se faz vital o trabalho da educação ambiental.

O Brasil é um país que tem efetuado um papel protagônico nesse debate. Tem sido um país inclusive com grande fertilidade de ideias, por ter atribuído ou incorporado novos nomes para designar especificidades identitárias deste fazer educativo (MMA, 2004).

Conforme Medina (2008) existem acontecimentos históricos que influenciaram a Educação Ambiental mundial, que se iniciou na década de 1960 com a publicação do livro Primavera Silenciosa de Rachel Carlson, seguida pela formação do Clube de Roma e demais eventos internacionais com a temática ambiental. De acordo com a autora, a fim de buscar respostas a muitas das questões ambientais, realiza-se, em 1972, a Conferência de Estocolmo. Desde então, a Educação Ambiental passa a ser considerada como campo da ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacionais. Já a década de 1980 foi marcada por uma profunda crise econômica que afetou o conjunto dos países no mundo, assim como o agravamento dos problemas ambientais.

> No Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente, definida por meio da Lei nº 6.983/81, situa a Educação Ambiental como um dos princípios que garantem "a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana". Estabelece, ainda, que a Educação Ambiental deve ser oferecida em todos os níveis de ensino e em programas específicos direcionados para a comunidade. Visa, assim, à preparação de todo cidadão para uma participação na defesa do meio ambiente (MEDINA, 2008, p. 5).

Ainda conforme Medina (2008), a década de 1990 foi marcada pela Conferência Rio - 92, a qual tinha como grande preocupação nos problemas ambientais globais e nas questões de desenvolvimento sustentável.

A EA no Brasil ganhou maior destaque com a promulgação da Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu uma Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e, por meio dela, foi estabelecida a obrigatoriedade da EA em todos os níveis do ensino formal da educação brasileira. A Lei 9.765/99 pode ser mencionada como um marco importante da história da educação ambiental no Brasil, porque resultou de um longo processo de interlocução entre ambientalistas, educadores e governos (BRASIL, 1999).

A PNEA dispõe sobre a educação ambiental no Brasil e dá outras providencias. Conforme a referida Lei a EA é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não formal (BRASIL, 1999).

> Durante muito tempo, a educação ambiental foi a estratégia desenvolvida para suprir a demanda de juntar gente e natureza, integrando o racional e o intuitivo e desenvolvendo atividades que usam todos os sentidos. Se, no início, a educação ambiental ocorria de forma ingênua e, até certo ponto, intuitiva, aos poucos foi desenvolvendo meios para responder às complexidades que são comuns às questões socioambientais (PADUA, 2012).

Para Loureiro (2004), entre os diferentes espaços pedagógicos em que se concretizam as práticas e experiências metodológicas em EA, existem dois cenários, além da instituição escolar, que se destacam, sendo eles: as Unidades de Conservação e a atuação direta em comunidades específicas. Para o autor, em relação às UCs, não só estas são objeto direto de atenção dos projetos realizados por órgãos governamentais de meio ambiente das três esferas de poder, como também a ação educativa e participativa em seus espaços privilegiados de gestão. Nesse momento o autor faz referência à obrigatoriedade da formação dos conselhos gestores, imposta pela Lei 9.985/2000.

Sorrentino (2005) traz que o nascimento da EA como um processo educativo é conduzido por um saber ambiental materializado em valores éticos e nas regras políticas

de convívio social e de mercado, que resulta em uma distribuição entre os benefícios e prejuízos da apropriação e do uso dos recursos naturais. Desta forma, a EA deve ser direcionada para a cidadania ativa, envolvendo pertencimento e responsabilidade, e que por meio de ações coletivas busca compreensão e superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais.

Conforme Pádua (2012), grande parte dos problemas que as unidades de conservação enfrentam está relacionada à convivência desarmônica entre homem e natureza. As comunidades que entornam as áreas das UCs, vistas, em geral, como fontes de impactos negativos às áreas naturais, podem se tornar aliadas da conservação, se inseridas adequadamente por meio de educação ambiental e participação em iniciativas de sustentabilidade. Dentre os benefícios da educação ambiental em UCs a autora ressalta que:

> Os benefícios que advém do envolvimento das comunidades locais com as UCs podem ocorrer de diversas maneiras, como com a cumplicidade na proteção da natureza que se evidencia, por exemplo, quando as pessoas deflagram delitos como caça, extração de recursos naturais ou invasão de alguma porção da área, e até na oferta de ajuda em mutirões de limpeza, plantio e recuperação de habitats degradados. Exemplos como esses indicam a importância de se dedicar tempo e energia no estreitamento de relações com as pessoas que vivem próximas das áreas protegidas, pois essas podem ser, de fato, aliadas e não vilãs à conservação,

Ainda segundo a autora, não existe uma receita pronta para a implantação de programas de EA em UCs. No entanto, um passo importante é divulgar conhecimentos e curiosidades sobre a biodiversidade, ou sobre espécies endêmicas, de modo a propiciar razões para as pessoas se sentirem conectadas e orgulhosas das áreas naturais de sua região.

Para Pedrini (2006) que estuda a EA intimamente atrelada à conservação da biodiversidade, têm-se duas possibilidades para preservação ambiental (ambas previstas em lei), sendo elas: a punição do homem que está causando tal impacto ou a aplicação da educação ambiental. De acordo com seu trabalho é notório que para o autor a Educação Ambiental é mais eficaz do que a aplicação de punições, e que se tem uma urgência na efetivação de tal instrumento para que o Brasil cumpra seus objetivos de preservação. Conforme o mesmo autor, a maioria das UCs, como os parques nacionais no Brasil, possuem comunidades humanas dentro de seus limites, contendo inúmeras moradias de diferentes níveis culturais e econômicos, muitas vezes atuando negativamente, dessa forma, a educação ambiental pode ser vista como um excelente instrumento para conservação dessas áreas.

Assim como qualquer campo educativo a EA não é neutra, ela possui vertentes distintas. Neste estudo é assumida a vertente crítica e emancipatória, onde se vê a EA como instrumento propulsor da cidadania. Como bem exposto pelas autoras Lindoso e Silva (2007), tem-se a seguinte percepção de EA: "Entendemos a EA em sua vertente crítica, que se opõe às modalidades prescritivas, ingênuas e conservadoras, fundamentadas numa visão pragmática, segundo a qual se cada cidadão fizer sua parte, os problemas ambientais estarão resolvidos."

No que tange a não neutralidade da EA, cabe trazer uma das falas de Paulo Freire (1992), a qual: “a educação é uma prática política tanto quanto qualquer prática política é pedagógica. Não há educação neutra. Toda educação é um ato político”. Por fim, a EA assumida neste trabalho dialoga com a visão e as práticas “Freirianas”, pois se acredita que a prática educativa não se restringe somente ao repasse de conteúdo.

3.3.2 Turismo Ecológico

O turismo ecológico é um dos segmentos do turismo com ligação direta à natureza, que estimula atividades como: caminhadas e trilhas ecológicas (a pé, sob tração animal ou veículos específicos), com intuito de aproximar as relações entre homem e natureza (SANTAELLA et al., 2011). De acordo com a Sociedade Internacional do Ecoturismo (TIES - The International Ecotourism Society), ecoturismo é definido como: “passeio responsável a áreas naturais que conserva o meio ambiente, garante o bem estar da população local e envolve sensibilização e educação” (TIES, 2016- tradução nossa).

Joaquim (1997) ressalta que o modelo de turismo tradicional trouxe inúmeros conflitos, visto que se deu na desordenada ocupação, principalmente do litoral na década de 1960. A autora traz um conceito de capacidade de carga que em tese ordena o turismo, levando em consideração fatores sociais (carga social), fatores ambientais (carga ambiental) resultando na capacidade de carga turística.

Pires (1998) corrobora que o conceito de ecoturismo é tomado de uma nova dimensão de (re) valorização dos recursos naturais e culturais como fonte de sua própria sobrevivência e, quem sabe, de seu progresso material.

O ecoturismo surgiu no Brasil na década de 1980, como uma forma de contemplação e conservação do meio ambiente, devido a sua ampla diversidade

biológica, o Brasil é um dos países mais completos para atividades ligadas a esse setor. Os debates sobre a necessidade de conservação do meio ambiente por meio de técnicas sustentáveis atingem a atividade turística e inserem uma nova maneira de contemplar a natureza, trazendo um modelo de turismo mais responsável (SANTAELLA et al., 2011; MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

Conforme Ruschmann (2000) o turismo ecológico, chamado pelo autor de turismo contemporâneo, é visto como grande consumidor da natureza, sua evolução ocorreu devido ao fato das pessoas estarem fugindo de grandes aglomerados urbanos e até mesmo pela busca do equilíbrio psicofísico em contato com a natureza. Para o autor, o turismo ambiental apresenta oportunidades e limitações, as quais o autor define como "carga turística", corroborando a autora Joaquim (1997).

Pires (1998) traz que a prática do ecoturismo ou turismo ecológico, deve conter os seguintes pontos fundamentais: ênfase na natureza, na história natural e na cultura local; preocupação com os impactos ambientais e sociais que a atividade pode gerar; prioridade de geração de benefícios à comunidade local; apoio e engajamento nas ações de desenvolvimento sustentável; e ações que proporcionem o desfrute, conhecimento e educação sobre os ambientes visitados.

Já Felizardo e Crispim (2011) ressaltam a importância do planejamento nas atividades de ecoturismo, de modo a organizar e facilitar desenvolvimento da atividade e também minimizar os impactos socioambientais. Para os autores há uma separação de homem e natureza, ou seja, o ecoturismo é visto como uma fuga do espaço urbano, o que seria um equívoco, pois o ambiente urbano é parte do meio ambiente. Isso acontece, pois a sociedade vive o sistema econômico capitalista, pelo qual é visto somente a sobrevivência da sociedade humana. O trabalho enfoca-se nas atividades de ecoturismo em áreas protegidas e ressaltam a importância da educação ambiental e participação social como sendo instrumentos de sensibilização humana, social, política e econômica.

O Ministério do Turismo (2008) vê o turismo ecológico como uma rede de negócios, o que de fato não é equívoco. E recomendam que a cadeia produtiva do ecoturismo esteja interligada e capacitada, sempre adequando as peculiaridades da região, e que seja pensado em processos como: transporte, hospedagem, alimentação, infraestrutura, condução e receptividade.

Campos (2005) aponta o turismo ecológico como uma ferramenta de extrema importância para o desenvolvimento local sustentável, tendo em vista sua ligação com os setores econômicos, sociais, ambientais e culturais. Para comprovação de sua

hipótese, o autor utilizou dois exemplos de atividades ecoturísticas: o projeto Mamirauá (situado em Tefé, AM) e Associação de Silves pela preservação ambiental e cultural (Situado em Silves, AM), em ambos os projetos analisados pelo autor, foi possível verificar a contribuição do ecoturismo para o desenvolvimento sustentável da região.

Para Fadini et al. (2010), tem sido cada vez mais comum o turismo ecológico em áreas protegidas, ao mesmo tempo em que se tem posturas divergentes em relação ao tema, pois há uma grande dificuldade em se conciliar as práticas do turismo com as de gestão ambiental da UC. Conforme o autor uma alternativa que pode viabilizar o processo é a participação da sociedade civil organizada na elaboração de políticas públicas, que conciliem os pilares, desenvolvimento econômico e preservação ambiental, tal assunto é de suma importância, pois o turismo em uma UC pode auxiliar no desenvolvimento de uma consciência ambiental, gerar renda e auxiliar também na manutenção da cultura em que se está inserido, porém, pode gerar impactos se mal gerido.

Corroborando com Fadini (2010), Suarez et al. (2010) também trazem a importância da participação efetiva dos moradores locais nos processos decisórios, pois quando se almeja a inserção do turismo ecológico em UCs deve-se pensar em ações e praticas sustentáveis, as quais protejam o meio ambiente e garantam a qualidade de vida dos moradores e dos turistas que lá visitam.

4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

4.1. Parque Nacional da Serra da Bocaina

O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) localiza-se em trecho da Serra do Mar, na divisa dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (Figura 1 e 2), foi criado em 4 de fevereiro de 1971, pelo Decreto Federal nº 68.172-1971 e possui área estimada de 130.000 hectares distribuídos em seis municípios, sendo eles: Paraty e Angra dos Reis, no Rio de Janeiro; São José do Barreiro, Areias, Cunha e Ubatuba em São Paulo (BRASIL, 1971; ICMBio, 2016).

Figura 1 - Área de Estudo: Parque Nacional da Serra da Bocaina
Fonte: Google Earth, 2016.

Figura 2 - Área de Estudo- PNSB

Fonte: Própria Autora, 2016.

De acordo com o sítio eletrônico do município de Cunha, a princípio o PNSB foi criado com o intuito de proteger a população local de acidentes nucleares das Usinas de Angra I e II, sendo essa a finalidade das autoridades do governo militar em demarcar o parque. Após esse período, a área passou a representar uma rica amostra preservada, porém, devido a sua localização que é próxima a grandes centros urbanos, o PNSR sofre constante interferência humana, inclusive coleta ilegal de palmito e caça, além de invasões (PORTAL DE CUNHA, 2006).

Tal UC é administrada pelo ICMBio (órgão federal), categoria de manejo proteção integral, bioma declarado Mata Atlântica e tem como objetivo básico a

preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica; realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (ICMBio, 2016; BRASIL, 2000).

Conforme o ICMBio (2016) de 2007 a 2016, cerca de 350 projetos de pesquisa foram cadastrados no SISBIO no PNSB, entre projetos concluídos e em andamento, das mais diversas áreas do conhecimento.

Por se estender desde altitudes superiores a 2.000 m, na região serrana, até o nível do mar, no litoral, o PNSB apresenta paisagens diversificadas e grande riqueza de fauna e flora, incluindo espécies endêmicas e ameaçadas de extinção. Dentre seus principais atrativos turísticos destacam-se o Caminho de Mambucaba que é mais conhecido como Trilha do Ouro (Figura 3), as cachoeiras de Santo Isidro (Figura 4), das Posses e do Veado (Figura 5), a Pedra do Frade (Figura 6), e a Praia do Caixa d'aço (Figura 7) (ICMBio, 2016).

Figura 3 - Trilha do Ouro PNSB
Fonte: Google Imagens, 2016.

Figura 4 - Cachoeira do Santo Izidro
Fonte: ICMBio, 2016.

Figura 5 - Cachoeira do Veado
Fonte: Trilha do Ouro- Site de Ecoturismo, 2016.

Figura 6 - Pedra do Frade- PNSB
Fonte: ICMBio, 2016.

Figura 7 - Praia do Caixa d'aço

Fonte: ICMBio, 2015.

Atualmente o acesso ao PNSB pelas cidades de Cunha SP e Paraty RJ foi melhorado devido à construção da estrada que leva o nome das cidades supracitadas, localizada no KM RJ-165 (Figura 8).

Figura 8 - Situação da Estrada Paraty- Cunha
Fonte: Própria Autora, 2016.

A construção de tal obra passou por inúmeros processos, sendo também embargada mais de uma vez, a primeira em 1986. A justificativa para suspensão das obras foi a ausência de EIA/RIMA e indícios de supressão de mata nativa. A construção de tal via é considerada positiva para fortalecimento do turismo na região (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014; FOLHA DE SÃO PAULO, 2016).

A estrada possui vista privilegiada (Figura 9), pois literalmente corta o PNSB, sendo o principal atrativo a paisagem vista do “Mirante” (Figura 10), além de fazer parte do roteiro do Caminho Real (Figura 11). Existem algumas sinalizações que mencionam a preocupação com a biodiversidade local (Figura 12), e também cercas de proteção (Figura 13), assim como passagens suspensas para animais (Figura 14). Outro ponto de suma importância é o horário de funcionamento da estrada, que é das 5 h até às 17 h. Tal horário foi estabelecido para que não seja perturbado o deslocamento de animais no crepúsculo e no período noturno, com velocidade máxima permitida de 20

km/h. Porém, a sinalização que informa tais horários encontra-se sem manutenção (Figura 15), dificultando a leitura da mesma (Figura 16).

Figura 9 - Estrada Paraty- Cunha- PNSB
Fonte: Própria Autora, 2016.

Figura 10 - Vista do Mirante- Paraty/Cunha- PNSB
Fonte: Própria Autora, 2016.

Figura 11 - Caminho Real - Paraty/Cunha- PNSB
Fonte: Própria Autora, 2016.

Figura 12 - Sinalização- Paraty/Cunha- PNSB
Fonte: Própria Autora, 2016.

Figura 13 - Cerca de Proteção- Paraty/Cunha- PNSB
Fonte: Própria Autora, 2016.

Figura 14 - Passagem Suspensa/ Paraty/Cunha- PNSB.
Fonte: Própria Autora, 2016.

Figura 15 - Horário permitido/ Paraty/Cunha- PNSB
Fonte: Própria Autora, 2016.

Figura 16 - Horário permitido (2) - Paraty/Cunha- PNSB
Fonte: Própria Autora, 2016.

4.2. Vila de Trindade

A Vila de Trindade (Figura 17), localizada no município de Paraty-RJ, conta com inúmeros atributos turísticos, e recebe diariamente turistas de todos os lugares do mundo. É formada, em maioria, pela comunidade caiçara local, e possui um histórico de lutas intensas por território que vão desde a ditadura militar até os dias atuais (Figura 18). Em 2016, um jovem caiçara foi assassinado, de acordo com informações da "Comissão Pastoral da Terra". A família havia sido ameaçada por funcionários de uma multinacional ali existente (CPT, 2017) (Figura 19).

Como pode ser observada nas figuras 18 e 19, a AMOT (Associação dos Moradores de Trindade) se manifesta em relação à morte do jovem, assim como destaca os 50 anos de lutas do povo de Trindade em relação à especulação imobiliária. Na maioria das entrevistas foi relatada a indignação ante ao ocorrido, e foi possível perceber a união da comunidade no apoio à família do jovem.

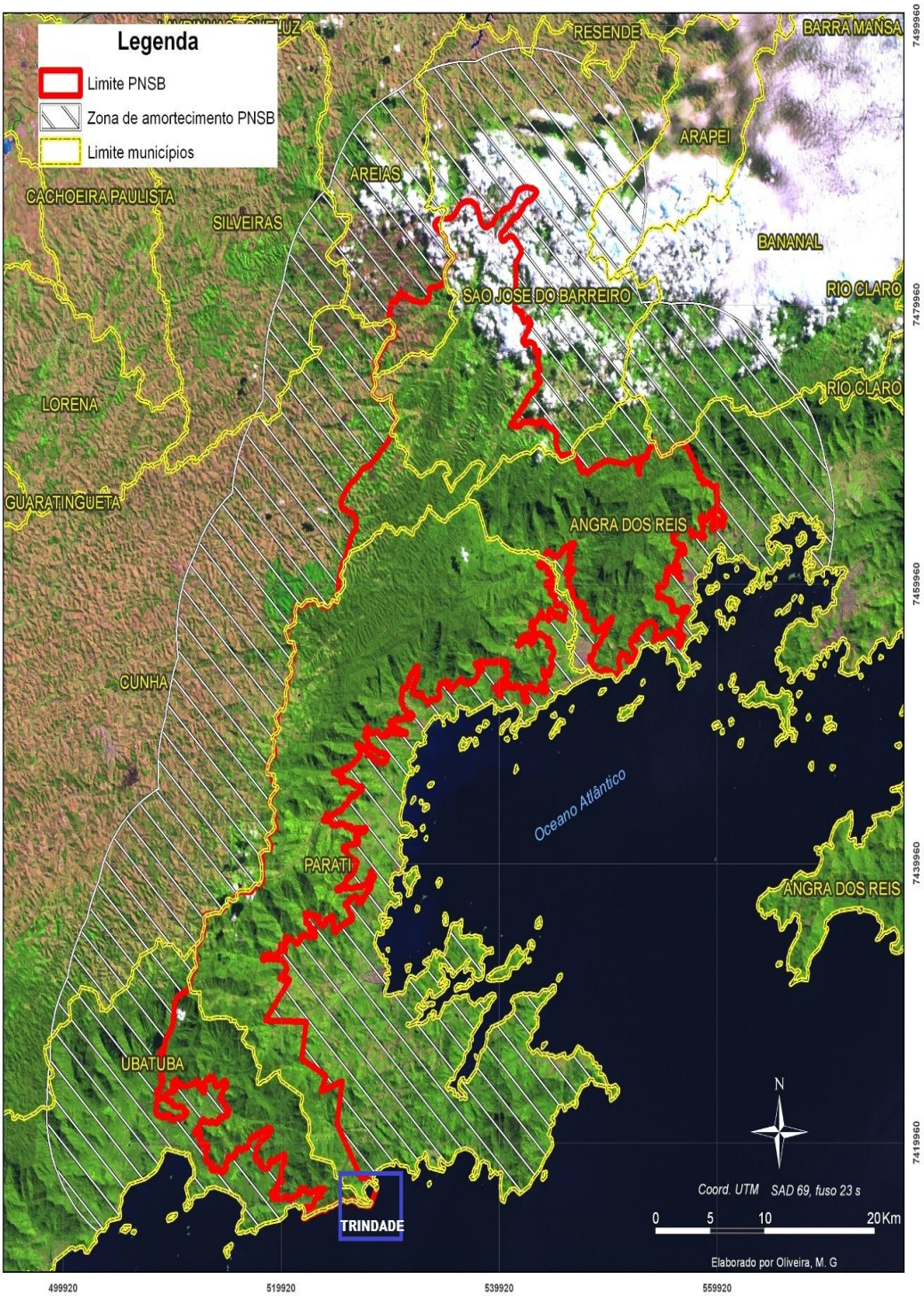
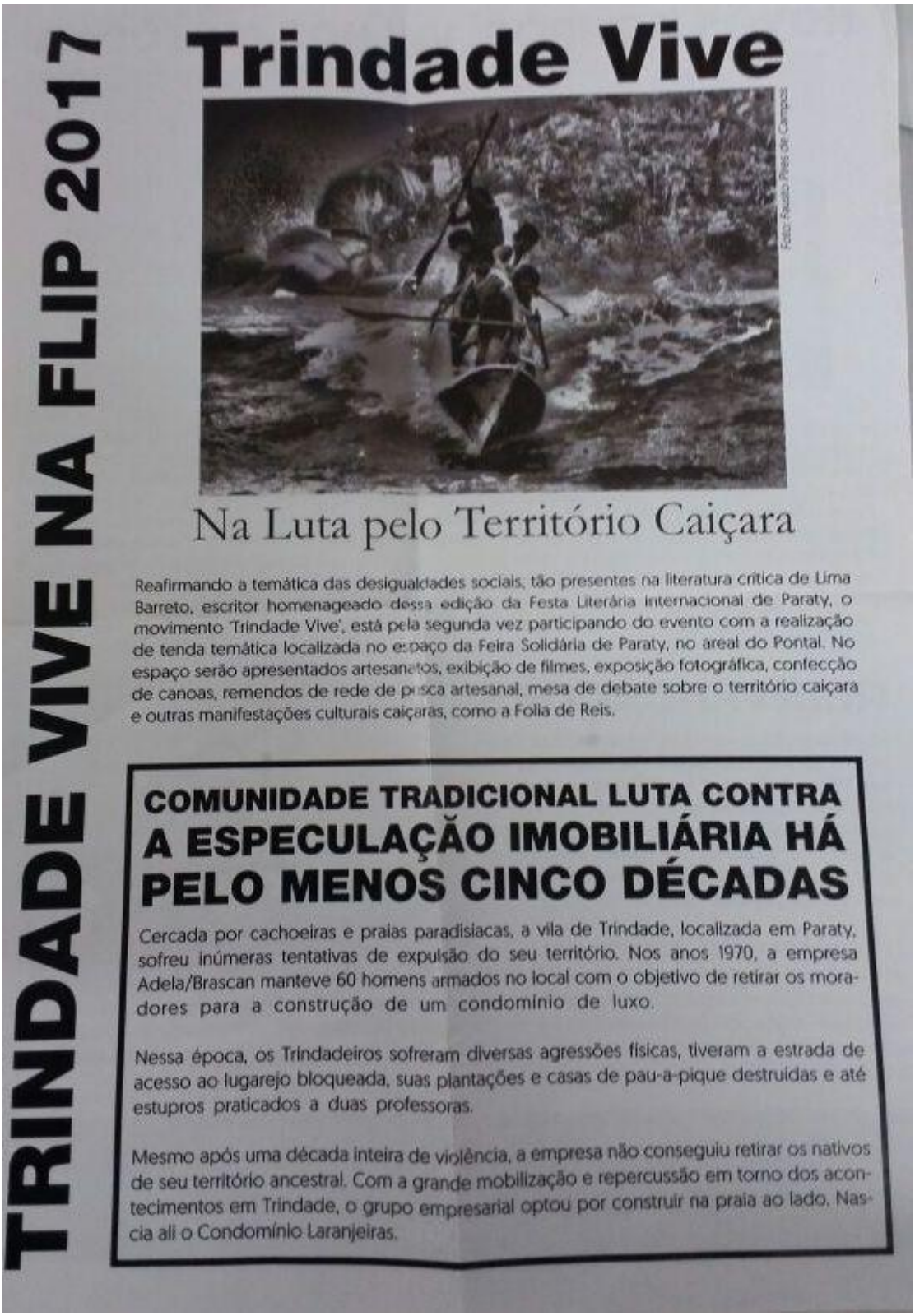


Figura 17 - PNSB- Vila de Trindade.
Fonte: ICMBio, 2016.



TRINDADE VIVE NA FLIP 2017

Trindade Vive

Foto: Fausto Pires de Campos

Na Luta pelo Território Caiçara

Reafirmando a temática das desigualdades sociais, tão presentes na literatura crítica de Lima Barreto, escritor homenageado dessa edição da Festa Literária Internacional de Paraty, o movimento 'Trindade Vive', está pela segunda vez participando do evento com a realização de tenda temática localizada no espaço da Feira Solidária de Paraty, no areal do Pontal. No espaço serão apresentados artesanatos, exibição de filmes, exposição fotográfica, confecção de canoas, remendos de rede de pesca artesanal, mesa de debate sobre o território caiçara e outras manifestações culturais caiçaras, como a Folia de Reis.

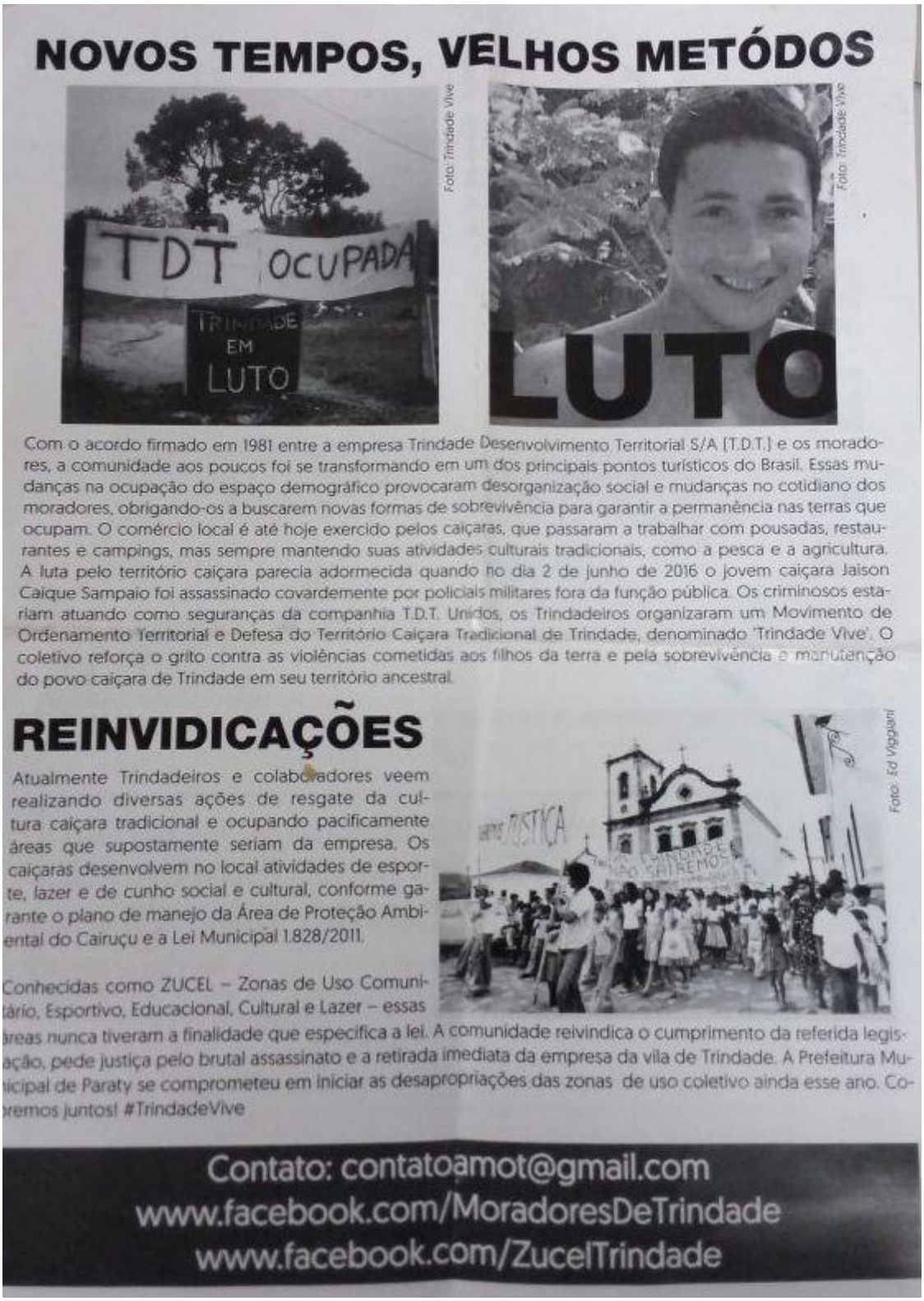
COMUNIDADE TRADICIONAL LUTA CONTRA A ESPECULAÇÃO IMOBILIÁRIA HÁ PELO MENOS CINCO DÉCADAS

Cercada por cachoeiras e praias paradisíacas, a vila de Trindade, localizada em Paraty, sofreu inúmeras tentativas de expulsão do seu território. Nos anos 1970, a empresa Adela/Brascan manteve 60 homens armados no local com o objetivo de retirar os moradores para a construção de um condomínio de luxo.

Nessa época, os Trindadeiros sofreram diversas agressões físicas, tiveram a estrada de acesso ao lugarejo bloqueada, suas plantações e casas de pau-a-pique destruídas e até estupros praticados a duas professoras.

Mesmo após uma década inteira de violência, a empresa não conseguiu retirar os nativos de seu território ancestral. Com a grande mobilização e repercussão em torno dos acontecimentos em Trindade, o grupo empresarial optou por construir na praia ao lado. Nascia ali o Condomínio Laranjeiras.

Figura 18 - Lutas por território na Vila de Trindade.
Fonte: Arquivo AMOT, 2017.



NOVOS TEMPOS, VELHOS METÓDOS

Com o acordo firmado em 1981 entre a empresa Trindade Desenvolvimento Territorial S/A (T.D.T.) e os moradores, a comunidade aos poucos foi se transformando em um dos principais pontos turísticos do Brasil. Essas mudanças na ocupação do espaço demográfico provocaram desorganização social e mudanças no cotidiano dos moradores, obrigando-os a buscarem novas formas de sobrevivência para garantir a permanência nas terras que ocupam. O comércio local é até hoje exercido pelos caiçaras, que passaram a trabalhar com pousadas, restaurantes e campings, mas sempre mantendo suas atividades culturais tradicionais, como a pesca e a agricultura. A luta pelo território caiçara parecia adormecida quando no dia 2 de junho de 2016 o jovem caiçara Jaison Caique Sampaio foi assassinado covardemente por policiais militares fora da função pública. Os criminosos estariam atuando como seguranças da companhia T.D.T. Unidos, os Trindadeiros organizaram um Movimento de Ordenamento Territorial e Defesa do Território Caiçara Tradicional de Trindade, denominado 'Trindade Vive'. O coletivo reforça o grito contra as violências cometidas aos filhos da terra e pela sobrevivência e manutenção do povo caiçara de Trindade em seu território ancestral.

REINVIDICAÇÕES

Atualmente Trindadeiros e colaboradores veem realizando diversas ações de resgate da cultura caiçara tradicional e ocupando pacificamente áreas que supostamente seriam da empresa. Os caiçaras desenvolvem no local atividades de esporte, lazer e de cunho social e cultural, conforme garante o plano de manejo da Área de Proteção Ambiental do Cairuçu e a Lei Municipal 1.828/2011.

Foto: Ed Viggiani

Conhecidas como ZUCEL – Zonas de Uso Comunitário, Esportivo, Educacional, Cultural e Lazer – essas áreas nunca tiveram a finalidade que especifica a lei. A comunidade reivindica o cumprimento da referida legislação, pede justiça pelo brutal assassinato e a retirada imediata da empresa da vila de Trindade. A Prefeitura Municipal de Paraty se comprometeu em iniciar as desapropriações das zonas de uso coletivo ainda esse ano. Coremos juntos! #TrindadeVive

Contato: contatoamot@gmail.com
www.facebook.com/MoradoresDeTrindade
www.facebook.com/ZucelTrindade

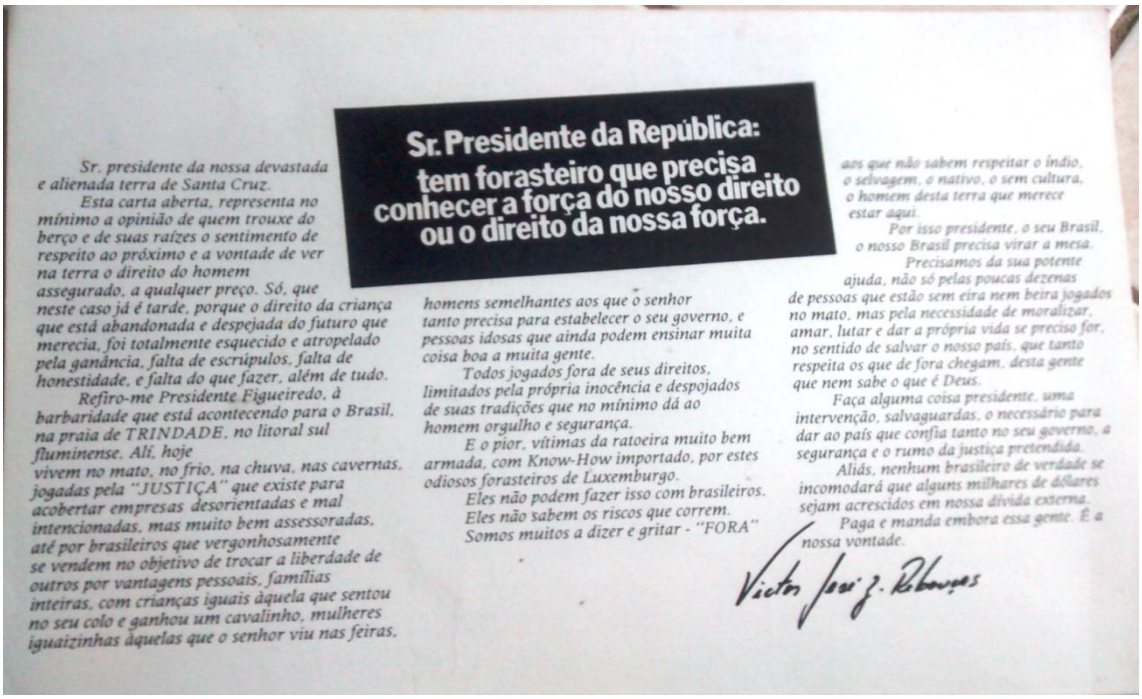
Figura 19 – Notícias sobre o assassinato em Trindade por luta territorial.
Fonte: Arquivo AMOT, 2017.

A luta de Trindade começou há muito tempo, e conforme relatado nas entrevistas, os motivos eram variados, entre os principais estão: especulação imobiliária,

conflitos com a construção de vias de acesso (estrada Rio-Santos), conflitos com empresas, e posteriormente vieram as questões da instituição do PNSB. As imagens mostram tanto indignação, quanto pedidos de apoio.

Na imagem 20 tem-se um pedido de atenção vindo dos trindadeiros para o Presidente Figueiredo (1979-1985), onde dizia "*Sr. Presidente, tem forasteiro que precisa conhecer a força do nosso direito ou o direito da nossa força"*. O texto mostra o empoderamento que a população tem desde o inicio das lutas por território.

Há também outros registros, também da década de 1980, que demonstram a luta deste povo como mostra as imagens 21, 22 e 23. A imagem 21 trata-se das cartas enviadas às autoridades de Paraty e para o litoral de São Paulo, as quais muitas vezes continha poesias sobre o contexto vivido (Figura 22) e que envolvia aspectos culturais marcantes (Figura 23). Por fim, o registro de uma derrota da comunidade de Trindade publicada em um jornal de São Paulo no ano de 1979 (Figura 24). Os registros históricos aqui mostrados foram gentilmente cedidos pela AMOT, a qual autorizou a divulgação das mesmas neste trabalho. Foram tomados os cuidados éticos necessários.



Sr. Presidente da República:
tem forasteiro que precisa conhecer a força do nosso direito ou o direito da nossa força.

Sr. presidente da nossa devastada e alienada terra de Santa Cruz.

Esta carta aberta, representa no mínimo a opinião de quem trouxe do berço e de suas raízes o sentimento de respeito ao próximo e a vontade de ver na terra o direito do homem assegurado, a qualquer preço. Só, que neste caso já é tarde, porque o direito da criança que está abandonada e despejada do futuro que merecia, foi totalmente esquecido e atropelado pela ganância, falta de escrúpulos, falta de honestidade, e falta do que fazer, além de tudo.

Refiro-me Presidente Figueiredo, à barbaridade que está acontecendo para o Brasil, na praia de TRINDADE, no litoral sul fluminense. Ali, hoje vivem no mato, no frio, na chuva, nas cavernas, jogadas pela "JUSTIÇA" que existe para acobertar empresas desorientadas e mal intencionadas, mas muito bem assessoradas, até por brasileiros que vergonhosamente se vendem no objetivo de trocar a liberdade de outros por vantagens pessoais, famílias inteiras, com crianças iguais àquela que sentou no seu colo e ganhou um cavalinho, mulheres iguaizinhas àquelas que o senhor viu nas feiras, homens semelhantes aos que o senhor tanto precisa para estabelecer o seu governo, e pessoas idosas que ainda podem ensinar muita coisa boa a muita gente.

Todos jogados fora de seus direitos, limitados pela própria inocência e despojados de suas tradições que no mínimo dá ao homem orgulho e segurança.

E o pior, vítimas da ratoeira muito bem armada, com Know-How importado, por estes odiosos forasteiros de Luxemburgo.

Eles não podem fazer isso com brasileiros.
Eles não sabem os riscos que correm.
Somos muitos a dizer e gritar - "FORA" aos que não sabem respeitar o índio, o selvagem, o nativo, o sem cultura, o homem desta terra que merece estar aqui.

Por isso presidente, o seu Brasil, o nosso Brasil precisa virar a mesa.

Precisamos da sua potente ajuda, não só pelas poucas dezenas de pessoas que estão sem eira nem beira jogados no mato, mas pela necessidade de moralizar, amar, lutar e dar a própria vida se preciso for, no sentido de salvar o nosso país, que tanto respeita os que de fora chegam, desta gente que nem sabe o que é Deus.

Faça alguma coisa presidente, uma intervenção, salvaguardas, o necessário para dar ao país que confia tanto no seu governo, a segurança e o rumo da justiça pretendida.

Aliás, nenhum brasileiro de verdade se incomodará que alguns milhares de dólares sejam acrescidos em nossa dívida externa.

Paga e manda embora essa gente. É a nossa vontade.

Victor José Z. Rebouças

Figura 20 - Pedido de ajuda dos trindadeiros ao Presidente.
Fonte: Arquivo AMOT, 2017.

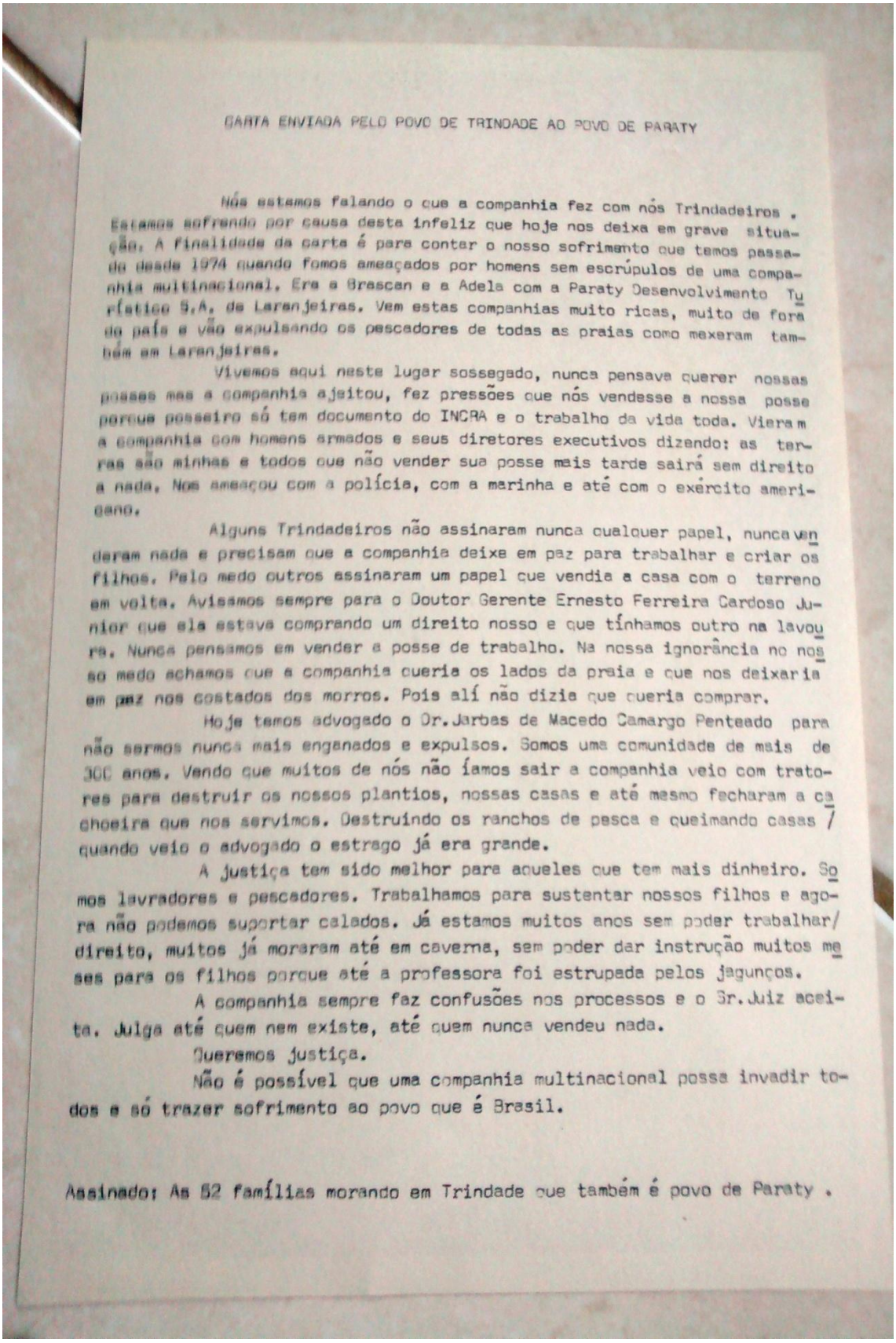
Figura 21 - Cartas enviadas às autoridades do litoral norte.
Fonte: Arquivo AMOT, 2017.

Durante séculos lutaram pela sobrevivência
Hoje lutam contra a violência
Do capitalismo selvagem
Que quer varrer do litoral
Os caiçaras e sua cultura autêntica
Construindo avenidas na beira das praias
Onde só chega quem é dono.

Mas ninguém é dono
Nem das praias
Nem das águas
Nem das matas
Porque isto é Natureza
E pertence ao Universo
Que está muito além do homem
E da sua compreensão.

Adriana Mattoso

Figura 22 - Carta enviada com manifestação poética sobre o contexto de luta.
Fonte: Arquivo AMOT, 2017.



CARTA ENVIADA PELO POVO DE TRINDADE AO POVO DE PARATY

Nós estamos falando o que a companhia fez com nós Trindadeiros . Estamos sofrendo por causa desta infeliz que hoje nos deixa em grave situação. A finalidade da carta é para contar o nosso sofrimento que temos passado desde 1974 quando fomos ameaçados por homens sem escrúpulos de uma companhia multinacional. Era a Brascan e a Adela com a Paraty Desenvolvimento Turístico S.A. de Laranjeiras. Vem estas companhias muito ricas, muito de fora do país e vão expulsando os pescadores de todas as praias como mexeram também em Laranjeiras.

Vivemos aqui neste lugar sossegado, nunca pensava querer nossas posses mas a companhia ajeitou, fez pressões que nós vendesse a nossa posse porque posseiro só tem documento do INCRA e o trabalho da vida toda. Vieram a companhia com homens armados e seus diretores executivos dizendo: as terras são minhas e todos que não vender sua posse mais tarde sairá sem direito a nada. Nos ameaçou com a polícia, com a marinha e até com o exército americano.

Alguns Trindadeiros não assinaram nunca qualquer papel, nunca venderam nada e precisam que a companhia deixe em paz para trabalhar e criar os filhos. Pelo medo outros assinaram um papel que vendia a casa com o terreno em volta. Avisamos sempre para o Doutor Gerente Ernesto Ferreira Cardoso Junior que ela estava comprando um direito nosso e que tínhamos outro na lavoura. Nunca pensamos em vender a posse de trabalho. Na nossa ignorância no nosso medo achamos que a companhia queria os lados da praia e que nos deixaria em paz nos costados dos morros. Pois alí não dizia que queria comprar.

Hoje temos advogado o Dr.Jarbas de Macedo Camargo Penteado para não sermos nunca mais enganados e expulsos. Somos uma comunidade de mais de 300 anos. Vendo que muitos de nós não íamos sair a companhia veio com tratores para destruir os nossos plantios, nossas casas e até mesmo fecharam a cachoeira que nos servimos. Destruindo os ranchos de pesca e queimando casas / quando veio o advogado o estrago já era grande.

A justiça tem sido melhor para aqueles que tem mais dinheiro. Somos lavradores e pescadores. Trabalhamos para sustentar nossos filhos e agora não podemos suportar calados. Já estamos muitos anos sem poder trabalhar/ direito, muitos já moraram até em caverna, sem poder dar instrução muitos meses para os filhos porque até a professora foi estrupada pelos jagunços.

A companhia sempre faz confusões nos processos e o Dr.Juiz aceita. Julga até quem nem existe, até quem nunca vendeu nada.

Queremos justiça.

Não é possível que uma companhia multinacional possa invadir todos e só trazer sofrimento ao povo que é Brasil.

Assinado: As 52 famílias morando em Trindade que também é povo de Paraty .

Figura 23 - Registros das lutas por território em Trindade, aspectos culturais.
Fonte: Arquivo AMOT, 2017.

6 — JORNAL DA TARDE

Quarta-feira 26-7-79 — O ESTADO DE S. PAULO

O povo de Trindade, derrotado.

Os posseiros perderam ontem na Justiça. Agora as esperanças são pequenas.

A luta pode ter terminado ontem. Depois de mais de cinco anos de intimações, protestos, despejos, passeatas e muita violência, os posseiros de Trindade, uma pequena comunidade no município de Paraty, sofreram ontem a sua maior derrota: o juiz da 1ª Câmara Cível do Rio de Janeiro, Rangel de Abreu, indeferiu o mandato de segurança com o qual pretendiam evitar a perda das terras onde vivem, em várias gerações, há mais de 200 anos. Essas terras agora estão muito perto de passar definitivamente para a propriedade da empresa Trindade Desenvolvimento Territorial, que ali quer construir um grande complexo turístico.

A Companhia — o nome pelo qual a empresa ficou conhecida entre os cada vez mais assustados moradores da comunidade —, no entanto, não poderá tomar posse imediata das terras que reivindica como suas: ainda corre na Justiça uma ação de usucapião sobre uma superfície de 3 milhões, 456 mil e 485 metros quadrados, dos quais 83 mil e 325 metros quadrados pertencem à Marinha.

Sobral Pinto, nervoso.

O juiz indeferiu o mandato de segurança em um clima de forte tensão, tão forte que levou o responsável pela defesa dos posseiros — o advogado Heráclito Sobral Pinto — a atirar longe a sua pasta assim que soube da decisão. O juiz Rangel Reis fingiu que não viu. Sobral Pinto acabara de chamar a atenção do juiz justamente para o fato de já existir na Justiça uma ação de usucapião, o que, por si só, invalidaria a pretensão da empresa de se apossar das terras. Antes, o advogado havia feito um pequeno balanço de todos os problemas que a empresa teve aos posseiros desde 1974. A defesa da empresa alegava a compra legal das terras e seus poderes imediatos sobre elas.

Os posseiros entraram com a ação de usucapião no dia 20 de novembro de 1974, juntando, como prova de posse há mais de dez anos, várias certidões de nascimento. A ação, na época, ainda era contra a Paraty Desenvolvimento Turístico, que se transformaria depois na Trindade Desenvolvimento Territorial.

Uma praia bonita, calma, só de pescadores. Mas que há anos está nos planos de um grande empreendimento turístico.

Os moradores estão sendo expulsos desde 1973. E de nada adiantou até agora o protesto sempre repetido: "Trindade é para os trindadeiros."

Figura 24 - Jornal com registro da derrota dos trindadeiros em 1979.

Fonte: Arquivo AMOT, 2017.

O PNSB tem grande presença na Vila de Trindade, e segundo relatos houve alterações no tamanho da área do Parque que foram contra ao desenvolvimento local. Os instrumentos legais de criação do PNSB corroboram a alteração mencionada. Um dos grandes problemas da vila é o tratamento de esgoto, o qual é feito em maioria por fossas sépticas instaladas nas residências, entretanto, o refugo destas são despejados sem nenhum tipo de tratamento prévio, prejudicando o ambiente local. A comunidade propôs iniciativas de tratamento de esgoto (também de acordo com relatos dos moradores locais), onde a mesma construiu uma estação de tratamento de efluentes (ETE), mas a obra foi embargada e atualmente encontra-se em estado de deterioração (Figura 25), inclusive, vem sendo utilizada como abrigo por moradores de rua (Figura 26). Entretanto, não há documentos e estudos que comprovem a viabilidade técnica de instalação da referida ETE, motivo o qual pode justificar o embargo da obra.

Figura 25 - ETE embargada- Trindade
Fonte: Própria Autora, 2017.

Figura 26 - ETE embargada sendo utilizada como abrigo
Fonte: Própria Autora, 2017.

Há na Vila de Trindade diversas placas que sinalizam a presença do PNSB (Figura 27, 28, 29, 30, 31, 32) no território, fator o qual foi identificado como uma potencialidade, visto que informa os visitantes que estão em uma UC, assim como propõe o cuidado com a área, portanto, trata-se uma forma de EA na área, mesmo que de forma singela.

Figura 27 - Placa PNSB em Trindade/ Acessos ao parque
Fonte: Própria Autora, 2017.

Figura 28 - Placa PNSB em Trindade/ Acesso às praias locais

Fonte: Própria Autora, 2017.

.

Figura 29 - Placa PNSB em Trindade/ Restrições no acesso às praias
Fonte: Própria Autora, 2017.

Figura 30 - Placa PNSB em Trindade/ Identificação do PNSB
Fonte: Própria Autora, 2017.

.

Figura 31- Placa PNSB em Trindade/ Acesso à praia e piscina natural do Caixa d'aço
Fonte: Própria Autora, 2017.

Figura 32 - Placa PNSB em Trindade- Informações e recomendações
Fonte: Própria Autora, 2017.

De acordo com Oliveira (2004) que realizou um estudo sobre as alterações no estilo de vida na vila de Trindade, o aumento do fluxo turístico teve diversas consequências ao estilo de vida local, tais como: especulação imobiliária, fragmentação

da cultura, mudanças demográficas e no estilo das construções, além de inúmeros conflitos.

Ferraz e Lobão (2013) que também realizaram pesquisa no PNSB sobre os caiçaras de Trindade sob a perspectiva da justiça social, trazem um levantamento sobre as críticas existentes nos modelos de criação e gestão das UCs no Brasil. Para os autores, seria de suma importância uma consulta pública antes da criação de UCs, principalmente as de proteção integral, devido às restrições de uso. Conforme os mesmos autores, o primeiro contato que foi feito do órgão gestor à comunidade local, na época ainda o IBAMA, foi autoritária e impositiva, onde o órgão supracitado utilizou-se de ordem judicial de reintegração de posse e despejo da comunidade. Os moradores buscaram, judicialmente, garantir seus direitos por meio de ação de usucapião[5]. Conforme os mesmos autores, em uma segunda fase do processo demarcatório, marcado pela chegada do ICMBio, o cenário marcado por conflitos foi amenizado. Para tal, foram utilizados instrumentos de mediação, como reuniões com lideranças comunitárias e audiências públicas locais. Segundo os autores, estas informações foram levantadas por meio de conversas com os caiçaras.

Conti e Irving (2014) apontam que os conflitos tidos entre a gestão do PNSB e a comunidade local se dão, principalmente, pelo fato da gestão do Parque ter sido ausente durante mais de 40 anos, sendo em 2008 que a atual gestão (modificada no final do ano de 2017) do parque começou a implantar iniciativas de gestão que minimizassem os impactos ambientais da ocupação desordenada do território supracitado.

Cabe trazer também, uma colocação de Conti e Antunes (2012), que também estudaram alguns conflitos no território de Vila de Trindade, os autores apontam que a administração do Parque tem dado enfoque nas ações corretivas nesta área devido à visibilidade que a mesma possui e afirmam: “As restrições de uso e sua imposição aos grupos locais costumam ocorrer sem explicações e/ ou compensações, o que gera inúmeras frustrações”.

[5] Instrumento de concessão de terras garantido pelo Art. 183 da Constituição Federal, o qual é um modo de aquisição da propriedade que se dá pela posse prolongada, deve seguir requisitos legais, sendo também denominada de prescrição aquisitiva.

5. MÉTODOS DE PESQUISA

5.1. Classificação da pesquisa

De acordo com a forma de abordagem, a presente pesquisa pode ser classificada como qualitativa, quanto ao objetivo a mesma se classifica como exploratória, conforme seu local é classificada como pesquisa de campo, também chamada de pesquisa *in situ* (SOUZA et al., 2013; LAKATOS; MARCONI, 1991).

A pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento, além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega métodos estatísticos para análise de dados, sendo seu foco de interesse amplo (NEVES, 1996).

As pesquisas exploratórias são investigações de pesquisa empírica cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com finalidade tripla, as quais: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, modificar ou clarificar conceitos (LAKATOS; MARCONI, 1991).

Conforme Gil (2008), a pesquisa exploratória proporciona maior familiaridade com o problema. Podendo envolver levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas experientes no tema pesquisado. Geralmente, assume a forma de pesquisa bibliográfica e estudo de caso.

A pesquisa de campo é composta por duas fases, sendo a primeira a pesquisa bibliográfica, que servirá para conhecer em que estado se encontra o problema estudado, que trabalhos já foram realizados a respeito e quais são as opiniões em trabalhos científicos sobre o tema. O segundo passo permite que se estabeleça um modelo teórico inicial de referência, da mesma forma que auxilia na determinação das variáveis e elaboração do plano geral da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 1991). A pesquisa de campo (*in situ)* ocorre no próprio local onde o problema se manifesta, podendo encontrar variáveis. O pesquisador não modifica o local, nem as condições e composição de nada, apenas relata as condições que encontra e verifica os efeitos que se manifestam em relação ao problema estudado (SOUZA et al., 2013).

5.2 Procedimentos de coleta de dados

Em primeiro momento, é importante ressaltar que para garantir a legitimidade de todo o processo, a presente pesquisa foi registrada e autorizada pelo seguinte órgão: SISBIO (Sistema de Autorização e Informação em Biodiversidade) - registro nº 52.361

com validade até 06/2017, o qual foi posteriormente renovado, com validade até 06/2018.

Para realização da coleta de dados relacionados aos projetos, ferramentas, conflitos e potencialidades socioambientais e atendimento dos objetivos específicos, escolheu-se realizar um diagnóstico socioambiental da área a ser estudada, sendo este dividido em duas etapas: Diagnóstico Histórico e Diagnóstico Participativo. Buarque (2008) afirma que no diagnóstico deve ser combinado com o levantamento de dados secundários com a visão e experiência da sociedade, para que o trabalho reflita de forma eficaz a realidade estudada e, por este motivo optou-se pela divisão apresentada. Conforme Martins (2004), um diagnóstico socioambiental pode ser definido como um instrumento capaz de conhecer o patrimônio ambiental de uma comunidade no que se refere a atributos materiais e imateriais, possuindo caráter qualitativo ou quantitativo. De acordo com Buarque (2008), deve-se evitar no Diagnóstico a dispersão e excesso de dados. Segundo o mesmo autor, o diagnóstico deve ser seletivo na definição das informações mais relevantes, de modo que seja possível a explicação da situação atual e a determinação do futuro, identificando os principais fatores determinantes da realidade da comunidade a ser estudada. Para o autor, toda análise e reflexão devem convergir para a identificação dos principais problemas e potencialidades locais.

I) Diagnóstico Histórico - Esta etapa consistiu no levantamento das informações já existentes da área de estudo, resultando em sua caracterização detalhada, a qual foi demonstrada no capítulo anterior (Capítulo 4). Tal etapa se fez importante, pois com esta foi possível conhecer as peculiaridades da área estudada, ou seja, seus aspectos socioambientais. Tal etapa foi realizada de forma *ex situ*[6]

II) Diagnóstico Participativo - Etapa onde a determinação dos conflitos e potencialidades socioambientais foram realizadas com a participação de pessoas envolvidas na área de estudo da pesquisa. Nesta etapa, utilizaram-se três metodologias distintas, que foram realizadas de forma *in loco*[7].

As metodologias supracitadas foram:

1) Adaptação de métodos: observação participante e não participante, utilizando a metodologia de Whyte (2005) e Rudio (1985), que buscou atender ao objetivo "c" desta dissertação (pag. 19).

[6] Modalidade de pesquisa realizada fora do ambiente estudado.
[7] Modalidade de pesquisa realizada no ambiente estudado.

A metodologia foi aplicada por meio de participação (como ouvinte) em uma reunião do Conselho Consultivo do Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB), na qual foi possível perceber a tensa relação que a comunidade de entorno tem com o PNSB. Tal etapa fortaleceu o entendimento da dinâmica do problema estudado, assim como possibilitou a listagem de alguns conflitos existentes no entorno e interior do parque. A observação participante: proposta por Whyte com a obra *Street Corner Society* em 1940, o planejamento prévio e negociação de entrada no local, sem o qual não seria possível alcançar o pretendido. Rudio (1985) que traz os métodos da observação simples ou assistemática, dentre os quais foram utilizados neste trabalho: a não interação do observante com os observados, ou seja, não foram feitas arguições por parte dos observadores na reunião supracitada. A observação realizada foi feita com o intuito de identificar a relação entre a comunidade de entorno com a Gestão do PNSB, para que se pudesse conhecer melhor a área de estudo, assim como contribuir para a elaboração das entrevistas e prévio levantamento de conflitos e potencialidades.

2) Questionários aos membros do conselho gestor.

Seguindo o proposto por Lakatos e Marconi (1991), o questionário é composto por questões abertas e fechadas, as quais puderam ser respondidas sem a presença do entrevistador. O envio desta ferramenta fica a critério do entrevistador e o entrevistado a reenvia da mesma forma. Conforme os mesmos autores, tal método possui muitas vantagens como economia de tempo e maior abrangência e como desvantagem, a principal, é o retorno que pode chegar a aproximadamente 25%. O método de envio escolhido foi via correio eletrônico. Juntamente com os questionários foi enviada, uma carta justificando a finalidade do questionário, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 1), assim como as autorizações do órgão legitimador (SISBIO). Ambos os documentos foram enviados simultaneamente.

Os questionários tiveram o intuito de atender aos objetivos “a” e “b” da presente dissertação.

3) Entrevistas semiestruturadas

O público alvo das entrevistas foi constituído por moradores do entorno, interior e proximidades do PNSB, principalmente, os mais próximos à Vila de Trindade. Além destes, foram entrevistados representantes de organizações sociais (associações) existentes na região de Trindade, sendo elas: Associação dos Moradores do Quilombo do Campinho (AMOCQ), Associação dos Moradores de Trindade (AMOT) e Turismo

de Base Comunitária do Quilombo do Campinho. Tais pessoas foram escolhidas pela proximidade com o problema estudado (conflitos). Não foi possível entrevistar o presidente da Associação dos Barqueiros e Pescadores de Trindade (ABAT), devido à sua agenda no período de entrevistas, entretanto, o mesmo respondeu ao questionário e contribuiu de forma significativa para o trabalho, pois algumas considerações foram feitas por ele, as quais contribuíram principalmente para interpretação dos dados obtidos nesta pesquisa.

Faz-se importante dizer que os entrevistados e as entrevistadas foram nomeados por letras, e que foi feita uma diferenciação entre entrevistado e entrevistada, dada à redação utilizada neste trabalho, a ideia foi reconhecer também o papel das mulheres nas lutas retratadas. Além disso, as entrevistadas foram subdividas em tópicos para melhor entendimento dos aspectos identificados, facilitando assim a leitura.

As entrevistas semiestruturadas permitem que o entrevistado argumente sobre sua opinião, dessa maneira, evita-se a padronização das respostas. Para Buarque (2008), esse método constitui-se uma forma simples e, normalmente bastante eficaz e interessante de levantamento e identificação da percepção da comunidade. Conforme Manzini (2004), geralmente esse tipo de entrevista é indicada para buscar informações sobre opinião, concepções, expectativas, percepções sobre objetos ou fatos ou ainda para complementar informação sobre fatos ocorridos que não puderam ser observados pelo pesquisador, como acontecimentos históricos ou em pesquisa sobre história de vida, sempre lembrando que as informações coletadas são versões sobre fatos ou acontecimentos. Para Marconi e Lakatos (1991), nas entrevistas semiestruturadas, o entrevistador possui liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada, sendo uma forma de explorar mais amplamente uma questão. De acordo com as mesmas autoras, em geral essas entrevistas são compostas por questões abertas e podem ser respondidas por meio de uma conversa informal. Um dos objetivos da entrevista semiestruturada é identificar as informações necessárias, além de estabelecer a interação entre entrevistador e entrevistado, na busca da aceitação mútua, confiança, respeito à cultura e valores, de forma a deixar o entrevistado seguro e livre para expor suas ideias (CUNHA; LEITE, 2009).

A finalidade das entrevistas foi a identificação dos conflitos e potencialidades socioambientais na área estudada, de forma a atender ao objetivo específico “c” da presente dissertação.

Por fim, os cuidados éticos considerados nos questionários foram também tomados para as entrevistas.

5.3 Procedimentos de análise de dados

Os resultados da presente pesquisa foram apresentados em forma de gráficos e tabelas.

De modo a sintetizar os dados obtidos, bem como facilitar a leitura e interpretação dos conflitos e potencialidades (objetivo específico 3), optou-se pela adaptação da Matriz de Análise Estratégica (Figura 33).

		Ambiente externo		
		Oportunidades	**Ameaças**	**Futuro desejado**
Ambiente interno	**Potencialidades**			
	Problemas			

Figura 33 - Matriz de Análise Estratégica
Fonte: Adaptado de Buarque, 2008.

Sendo assim, as entrevistas foram elaboradas com o objetivo de identificar as oportunidades, ameaças, potencialidades e problemas, além de conter uma visão de futuro desejado. A análise das mesmas foi feita conforme o proposto pelas autoras Alves e Silva (1992) visando à sistematização das falas dos entrevistados e das entrevistadas, pela qual se buscou a apreensão do significado das falas obtidas, com o objetivo de se obter uma redação precisa e garantindo o enfoque teórico da presente pesquisa.

A Matriz de Análise Estratégica compreende um instrumento técnico para auxiliar na definição das opções estratégicas por meio de uma discussão, que permite organizar a reflexão e a negociação de atores sociais com suas percepções e visões diferenciadas

da realidade, construindo uma proposta coletiva de iniciativas estratégicas para o desenvolvimento local (BUARQUE, 2008).

A matriz de análise estratégica possui a visão do futuro desejado e é representada no formato de quadro, onde é possível o cruzamento das potencialidades e problemas com as oportunidades e ameaças da área de estudo. Esta visão de futuro é importante em uma UC, tendo em vista os conflitos socioambientais que podem ser ocasionados desde o momento de sua instituição. O uso desta matriz no trabalho se justifica por ser uma forma de sintetizar os dados obtidos, fato o qual facilita o entendimento do leitor e contribui na análise da efetividade da Lei nº 9.985 de 2000.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Cabe destacar que, os resultados e as discussões foram estruturados de acordo com as metodologias do diagnóstico participativo, utilizadas para atingir os objetivos propostos.

6.1 A observação participante e não participante

A Reunião do Conselho Consultivo do PNSB ocorrida no dia 18 de novembro de 2016, das 09h30min às 19h30min, na sede do ICMBio em Paraty-RJ (Figura 34), contou com a participação de membros do conselho gestor, funcionários do parque, membros da sociedade civil e alguns pesquisadores.

Figura 34 - Reunião Do Conselho Consultivo- PNSB

A participação dos membros do conselho gestor foi singela, número menor que 10, sendo que o mesmo é composto por 45 membros (29 titulares e 16 suplentes). Em relação aos funcionários do parque estavam presentes três de cinco membros, os quais se mostraram dispostos a sanar as dúvidas que surgissem. A participação da sociedade civil foi, em sua maioria, representada por pessoas de uma única comunidade, a Vila de Trindade, estando presentes 18 integrantes que assinaram a lista de presença[8]. Ao todo a reunião contou com a participação de mais de 50 pessoas.

[8] O número pode ser maior, considerando que nem todos assinaram a lista de presença.

Acredita-se que a presença majoritária da população trindadense na reunião, que historicamente vem lutando por território, se deu ante aos esforços de desocupação da área do parque se concentram em Trindade, pois segundo a apresentação feita pelo ICMBio, tal área é considerada a que desperta maior interesse turístico na região. Esta situação foi considerada um conflito.

Houve também a presença de organizações sociais. Esta presença foi considerada como uma potencialidade pelo fato de ser analisada como uma forma de interesse da comunidade em ser ouvida, mesmo que a maneira de expor as demandas seja repleta de tensões, acredita-se que estas pessoas se enxergam como parte da conservação e querem nela estar inserida.

A pauta da reunião foi a apresentação de uma proposta de concessão para atividades turísticas no parque, a qual incluiu: cobrança pela entrada no parque, construção de estruturas para recebimento dos visitantes, cobrança de pedágio na estrada Cunha-SP a Paraty-RJ, dentre outros. O objetivo de tal ação era "tornar a área consolidada", de forma que a mesma cumprisse seus objetivos de conservação, cuja prática vem sendo uma tendência nas UCs do país. No decorrer da reunião foi exposto que tal iniciativa vem do governo federal e não especificamente da gestão do parque. De forma a fundamentar a discussão, bem como melhorar o entendimento dos participantes, o Chefe do PNSB - Francisco Livino expôs que o Parque precisa de "visibilidade política, econômica e social" para que possam ser atendidos os objetivos da área, principalmente no que tange à conservação e preservação dos recursos naturais e, conforme o mesmo, "estabelecer normas não basta, se não houver fiscalização".

Esta proposta de consolidar as UCs via concessão vem de uma necessidade econômica e política e foi considerada um conflito, ante os cortes de orçamento sofridos pelo ICMBio e demais órgãos ambientais, fato que prejudica a gestão participativa. Este conflito levantado fomenta outros problemas que levam as questões ambientais a ficarem em segundo plano e, consequentemente sem recursos financeiros. Isto se agrava ainda mais quando aliado a interesses individuais dos governantes e abrandamento das leis ambientais do país. Este fato mostra que, apesar dos esforços, a questão ambiental tem tomado uma vertente política sem apoio político. Em outras palavras, significa dizer que como consequência desta pauta ser posta em segundo plano pelo Estado, a sociedade também a coloca, e o sentido da preservação ambiental se torna cada vez mais opcional, sendo comum ver-se o tema sendo tratado como uma "bandeira" e não

como uma necessidade para continuidade da vida. No entanto, não cabe somente ao Estado a obrigação em se evitar este problema, é também da sociedade civil.

Foi possível perceber a tensa relação que a comunidade de Trindade tem com o PNSB assim que a apresentação da proposta terminou. A primeira reação versou sobre um dos pontos apresentados: a desocupação pelas autoridades do Parque de uma área utilizada para atendimento de turistas (alimentação, venda de bebidas e banheiro). Um dos participantes disse que o cenário anterior (antes das ações de desocupação) beneficiou muitas famílias, segundo ele "muita gente estudou com esse dinheiro" e finalizou dizendo que "é preciso ver com outros olhos" aquela situação que, para os gestores do parque, era uma irregularidade e para a comunidade era uma forma de subsistência. Além desta fala, pessoas que não residem na Vila e artesãos autônomos disseram que as ações de desocupação resultaram em uma ocupação desordenada da praia por pessoas alheias à comunidade, aliado também à falta de banheiros no local.

Este cenário mostra o quão frágil é a situação do PNSB, carecendo de instalações básicas, onde existe um fluxo intenso de turistas, demonstrando também os impactos da ausência do Estado.

No decorrer da reunião, inúmeros foram os argumentos de ambas as partes e inúmeros foram também os conflitos. Cabe destacar que a pauta da reunião acabou ficando em segundo plano ante as pendências de situações anteriores não resolvidas. Os principais conflitos mencionados (além dos levantados pela observação) foram:

- Conflitos fundiários: algumas regiões do parque não possuem sua demarcação regulamentada e muito menos a regularização de domínio, logo, com a consolidação do parque as pessoas que se encontram no interior do mesmo deveriam ser realocadas, fato que envolve não só a realocação, mas também o apego à própria terra, ao local onde as pessoas nasceram e desenvolveram suas raízes;
- Conflitos de subsistência: muitas pessoas perderiam seu sustento, tanto em alimentação, quanto em trabalho, com a demarcação;
- Conflitos culturais: há o medo que haja uma fragmentação da cultura local; bem como um desrespeito à forma de vida tradicional;
- Conflitos fundiários: os conflitos fundiários percebidos na região são um grande entrave para a maioria das UCs, principalmente, as que foram criadas antes da instituição do SNUC, quando a participação social no processo de criação não

era considerada. Estruturavam-se UCs que não poderia haver pessoas em locais que já estavam ocupados, causando assim, conflitos desta natureza.

Além dos conflitos supracitados foram feitas algumas criticas em relação ao repasse de informações aos membros do conselho e também à comunidade local, aspectos como dificuldade na linguagem e prazo curto estavam entre as principais queixas. Os funcionários do Parque que estavam presentes se mostraram dispostos a resolver tal situação de forma rápida.

Houve também reclamações sobre as devolutivas das pesquisas que são realizadas com a comunidade, que na maioria dos casos não são realizadas. Tal informação levou esta pesquisadora a uma reflexão: para quem estamos fazendo as pesquisas? Partindo do principio de que quem paga as pesquisas é a própria comunidade, eles não deveriam ser os principais beneficiados destas? Não seria um crime social a linguagem estritamente científica? Qual o valor de um artigo publicado em uma revista internacional onde a comunidade encontra dois entraves: língua e dificuldade de acesso? Vê-se neste contexto um conflito socioambiental. Enxerga-se como solução, que estratégias de comunicação científica sejam postas em discussões nas Universidades e em agências de fomento, buscando fortalecer as relações humanas e diminuindo o egocentrismo no campo científico, ressaltando que a falta de comunicação e difusão dos conhecimentos não devem ser consideradas um problema apenas dos gestores dos parques.

Tendo como pressuposto o artigo 225 da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que atribui à coletividade e ao poder público o dever de preservar o meio ambiente, a gestão participativa deveria surgir como um instrumento eficaz no processo, entretanto há algumas falhas. Quando se fala de conflitos socioambientais, é comum fazer referência a grupos, que de alguma forma são mantidos distantes das decisões, isso advindo de uma cultura enraizada que perdura até os dias atuais, em que a participação popular é deixada de lado e não incentivada ou talvez uma questão associada à fragilidade de nossa prática democrática no contexto social. Neste momento, é de grande importância trazer a fala de um dos moradores da Vila de Trindade, onde o mesmo disse “Porque não começamos com Trindade, como um plano modelo de gestão participativa em Parques Nacionais?”. Em resposta à colocação do morador, o chefe disse que todos poderiam concorrer aos processos de licitação que abrissem, mas que os mesmos deveriam seguir os requisitos pré-estabelecidos. Além desta manifestação de interesse da comunidade em ser inserida nos processos referentes ao parque, houve

também questionamentos sobre a possibilidade formação dos moradores locais como monitores do PNSB. Esta seria uma estratégia tanto de integração, como de opção aos meios de subsistência, que é um dos principais conflitos das UCs no Brasil.

A principal dificuldade encontrada em se instaurar a gestão participativa na UC estudada se deu pela ausência do Estado, como já apontado anteriormente, aonde as comunidades se veem prejudicadas com a preservação e, querem de certa forma, serem recompensadas por esta, ou serem vistas como parceiras nesta conservação. Corroborando com o exposto, Oliveira (2004) aponta que: "O abandono do poder público enseja o afastamento da população com relação ao mesmo. É preocupante a constatação de que, para muitos moradores, esse abandono é intencional". A ausência total e/ou parcial do Estado, faz com que se crie uma expectativa sobre o ICMBio, haja vista que o órgão é uma autarquia federal, e a comunidade o vê como a única representação pública no local.

Identificou-se que há uma confusão nas atribuições do parque, visto que houve menções de que as pessoas queriam melhores condições de saneamento na comunidade, atribuição que, na realidade, pertence ao governo local/municipal, além de citarem o embargo da obra da Estação de Tratamento de Esgoto - ETE pelo ICMBio, supracitada na caracterização da área neste trabalho. Lembrando que em políticas de saneamento recentes, o governo federal deu autonomia aos municípios e estados, porém o país passa por uma crise econômica que perdura há alguns anos, o que pode, em tese, justificar tal ausência, haja vista serem empreendimentos de alto valor econômico. Como solução a legislação e pesquisas propõem a realização de consórcios entre municípios próximos e a responsabilidade compartilhada.

Manifestações sobre o repasse dos recursos obtidos com a concessão do PNSB para a comunidade local também foi colocada em discussão, assim como críticas sobre os esforços centrados em fiscalização e não em resolução de conflitos. Ressaltam também, que a comunidade tradicional existe antes mesmo da instituição do PNSB, e pedem que antes da inserção de uma terceira pessoa (empresa concessionária) a relação entre o PNSB e comunidade seja resolvida.

E por fim, é importante destacar o medo que a comunidade de Trindade tem de ser excluída dos processos apresentados (de concessão). Em diversos momentos da reunião tal preocupação foi trazida, assim como a indagação, por membros distintos da comunidade local, se esta teria algum retorno financeiro.

6.2 Análises dos questionários destinados aos membros do conselho gestor do PNSB

Os questionários (Apêndice B, p.123) foram enviados via correio eletrônico a todos os membros do conselho gestor. A lista contendo todos os endereços foi fornecida pela analista ambiental do parque (Sra. Maristela Rezende).

No processo de elaboração dos questionários, optou-se pela inserção da opção "não se aplica" em parte das questões. Tal opção veio a ser utilizada como forma de os entrevistados terem uma forma de manifestar desconhecimento do assunto, e também para que respostas em branco fossem evitadas.

Foram feitas oito tentativas de envio, com taxas de retorno variadas, as quais são apresentadas a seguir (Tabela 1).

Tabela 1 - Tentativas de envio dos questionários aos membros do conselho gestor do PNSB.

Tentativa	Data	Enviados	Retorno	Recusaram	Inválidos
1	22/11/2016	45	5	1	1
2	06/12/2016	38	3	0	0
3	20/12/2016	35	3	0	0
4	09/01/2016	32	2	2	3
5	16/01/2016	25	3	2	0
6	23/01/2017	20	2	1	0
7	30/01/2017	17	3	0	0
8	06/02/2017	14	1	3	0
---	Total	----	23	09	04

Logo, foram obtidos os seguintes valores de retorno, apresentados na Figura 35.

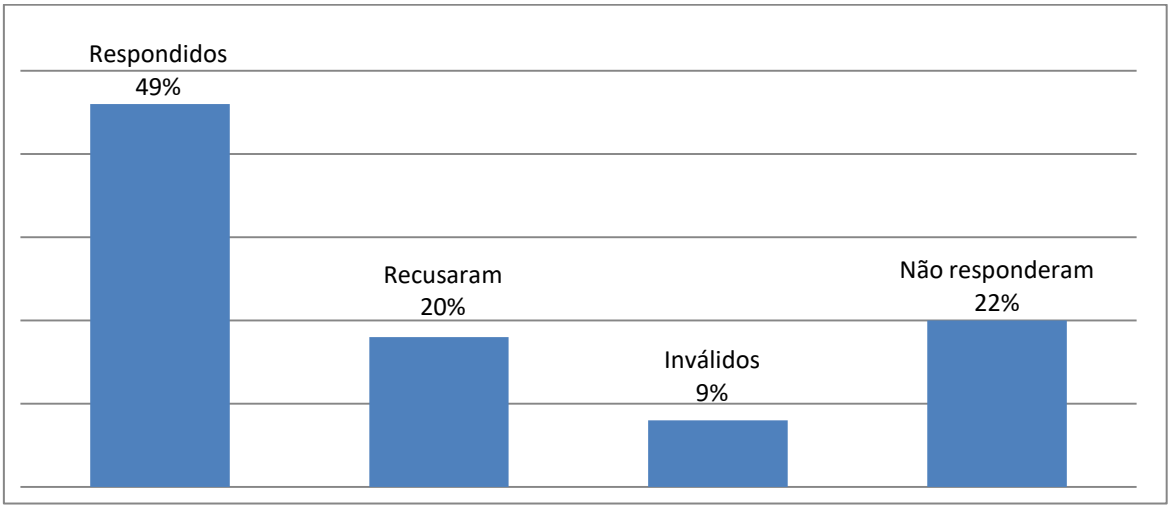


Figura 35 - Taxa de retorno dos questionários enviados aos membros do Conselho Gestor do PNSB.

Nesse momento é de suma importância ressaltar que os membros que se recusaram a responder ao questionário, relataram estarem desinformados em relação ao assunto. Houve também, relatos de desmotivação ante as atribuições do conselho. Entendeu-se esta situação como um problema para o fortalecimento da gestão participativa, visto que o conselho é o único canal de participação efetiva. Os endereços eletrônicos inválidos aumentaram na quarta tentativa, o que poderia explicar tal fato é a troca de governo municipal no início de 2017 e, consequentemente a troca destes representantes, tendo em vista que algumas das cadeiras do Conselho são ocupadas por cargos e não por pessoas, por exemplo, um técnico ambiental de uma prefeitura.

A metodologia exposta por Lakatos e Marconi (1991) traz como desvantagens dos questionários: a) o retorno, que é menor que 50% e b) algumas perguntas que voltam sem serem respondidas. Tais situações aconteceram na aplicação deste questionário, porém como os mesmos atenderam aos objetivos almejados, os dados foram integralmente considerados, não havendo, portanto, a necessidade de reaplicação.

Quando se perguntou se havia conselho gestor no PNSB, todos os entrevistados (23) responderam que sim, porém, quando lhes foi questionado se o mesmo era consultivo ou deliberativo, 65% (15) responderam que era consultivo e o 35% (8) responderam que o mesmo era deliberativo, logo, percebe-se que mesmo fazendo parte do referido órgão alguns confundem sua categoria. Este resultado demonstra a necessidade de formação dos conselheiros sobre os objetivos, os tipos e as atribuições de conselho gestor de UCs. Quando foi perguntado se o conselho atendia seus objetivos apenas 18% dos entrevistados acreditam que o conselho está cumprindo seus objetivos, o que retrata de certa forma a insatisfação ante as atribuições do órgão, os resultados foram os seguintes (Figura 36):

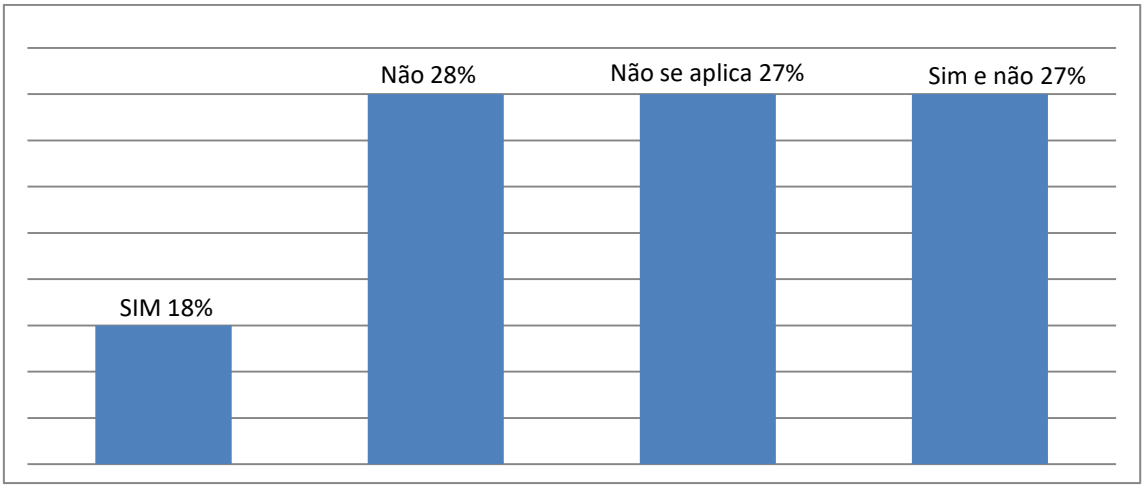


Figura 36- Cumprimento dos objetivos do Conselho Gestor do PNSB.

Nesta pesquisa partiu-se do princípio de que a educação ambiental e o turismo ecológico são vistos como potencialidades, contribuindo para que a UC cumpra seus objetivos. Quando foi questionado como o conselho enxergava a educação ambiental, obteve-se como resposta: 18% (5) responderam que o conselho vê tal mecanismo como muito importante, 27% (6) responderam importante, 18% (4) relataram que não é vista como prioridade e 37% (8) disseram que não se aplica. Neste sentido, cabe ressaltar que, talvez, alguns membros não conheçam a importância da ferramenta ou até mesmo não a conhecem em seu sentido mais amplo, no aspecto teórico.

Ainda no que tange ao mecanismo Educação Ambiental, quando foi questionado se havia algum projeto de educação ambiental em fase de execução na UC, as respostas levantaram a hipótese de que, realmente, um dos objetivos do conselho – que é a comunicação – não está sendo cumprida (Figura 37), e isto se apresenta como um problema gerador de conflitos.

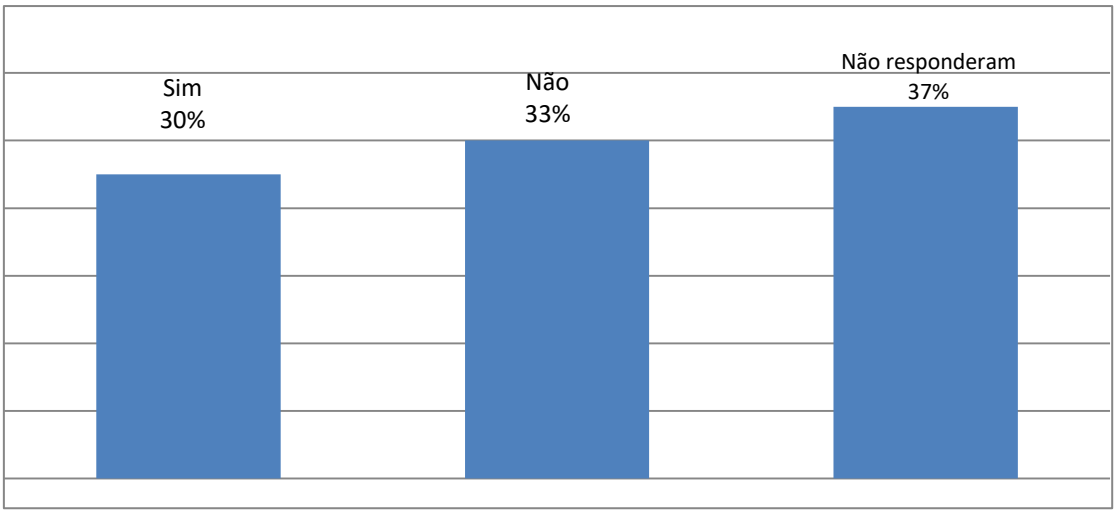


Figura 37 – Respostas à pergunta sobre projetos de EA em fase de execução no PNSB.

Na listagem dos projetos de educação ambiental, apenas 21% (5) dos membros relataram conhecer projetos de EA executados nas áreas do parque, sendo eles[9]:

1. *Não sei se há projeto especialmente dedicado à educação ambiental. Mas as atuações do parque junto aos residentes e frequentadores sempre tem essa preocupação;*
2. *Há uma constante prática de diálogo com as comunidades afetadas. Atualmente, em especial, o Grupo de Trabalho de "Gestão de Uso Conflitante",*

[9] Respostas idênticas às enviadas nos questionários, sem nenhuma correção.

do Conselho Consultivo, lançou uma cartilha de esclarecimentos sobre a relação do Parque com posseiros e proprietários e trabalha na divulgação da mesma, através de reuniões presenciais.

3. *Projeto de Saneamento Ecológico desenvolvido pela FIOCRUZ numas das comunidades no interior da UC;*
4. *Projeto de Formação de Condutores de Visitantes desenvolvido pelo INEA para moradores das comunidades no interior e entorno da UC;*
5. *Seminário sobre Legislação: O Seminário sobre Legislação Ambiental: Conhecimentos Jurídicos para Mediação de Conflitos foi realizado no auditório do ICMBio em Paraty/RJ no dia 04 de agosto de 2016.*

Neste contexto, observa-se que as ações de EA desenvolvidas partem, em maioria, de fundações parceiras, e não da administração do PNSB, o que corrobora a hipótese inicial deste trabalho. Outro aspecto importante observado é que nenhum dos projetos listados nos questionários foi citado nas entrevistas, o que remete a uma necessidade de ampliação e fortalecimento (continuidade) da comunicação das ações futuras.

Visto que houve menção a um grupo de trabalho cujo tema é o uso conflitante, considera-se uma potencialidade, no entanto, é importante um estudo mais detalhado sobre a atuação deste grupo e sua eficácia na resolução dos conflitos. Ressalta-se que mencionar este grupo no momento que foi questionado sobre a EA demonstra o conhecimento do mecanismo, e suas inúmeras abordagens.

Quando questionado se havia algum projeto com enfoque em EA já finalizado no PNSB, apenas um dos entrevistados respondeu que sim, e este marcou as opções fácil e difícil quando questionado como teria sido a execução deste. Seis dos entrevistados disseram no corpo do *email*, não ter conhecimento de tal informação.

Sobre existirem projetos além dos limites da área do parque, 87% responderam que não há, apesar de terem levantado o “Projeto de Formação de Condutores de Visitantes desenvolvido pelo INEA para moradores das comunidades no interior e entorno da UC”; e os demais (13%) responderam que sim.

Já a questão sobre a educação ambiental que vem sendo desenvolvida, se esta proporciona ou não a participação social, obteve-se os seguintes resultados (Figura 38):

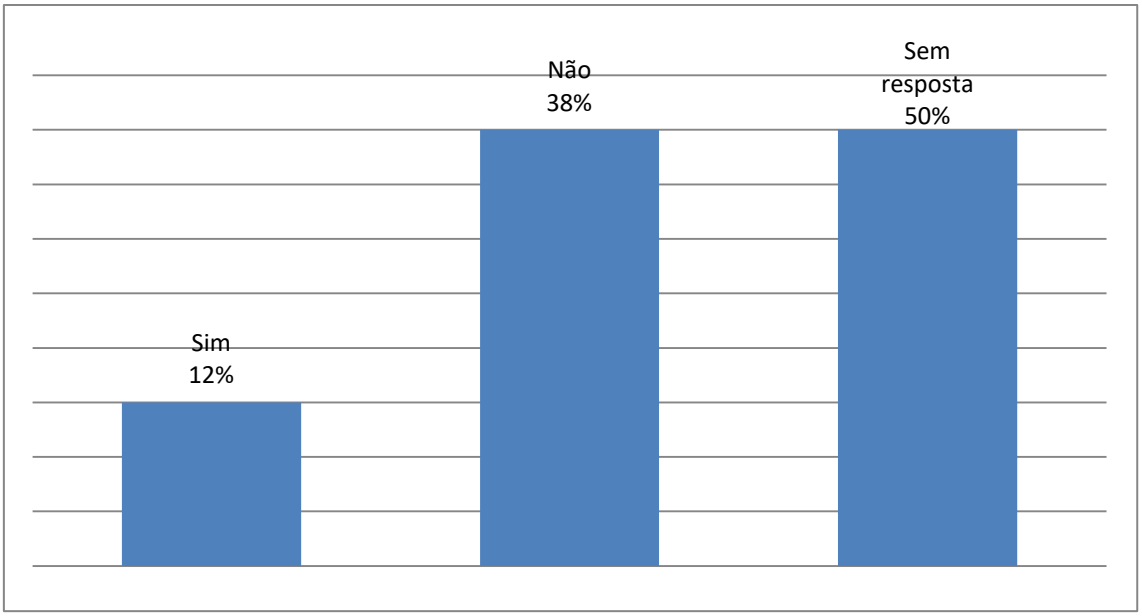


Figura 38 – Respostas sobre participação social nos projetos de EA desenvolvidos no PNSB.

O objetivo de tal questionamento era analisar como o mecanismo está sendo desenvolvido nas atividades do parque, lembrando que inserir a comunidade nestas atividades é de suma importância, valorizando a troca mútua de conhecimento. Como pode ser observado nas respostas, o PNSB precisa desenvolver ações que incluam a comunidade e que valorize o conhecimento que a mesma tem a oferecer.

Sobre os profissionais do ICMBio estarem a par dos projetos de EA, 44% (10) disseram que os profissionais estão a par, 30% (7) respondeu que não e 26% (5) não responderam. Quando questionado o interesse por este assunto pela equipe de fiscalização, 39% (9) responderam que a equipe se interessa, 39% (9) acreditam que não é de interesse destes e 22 % (5) preferiram não responder.

Quando foi questionado sobre como é visto o turismo ecológico pelos membros do conselho, relatou-se que 48% (11) veem tal ferramenta como uma potencialidade, 17% (4) veem como fator que gera conflito e 35% (8) marcaram as duas opções. Tais dados corroboram o que a literatura diz sobre turismo em UCs: para que tais atividades não gerem conflitos é necessário planejamento, o qual deve visar à minimização dos impactos socioambientais na área em que é desenvolvida a atividade (FELIZARDO; CRISPIM, 2011).

No que tange à estrutura e sinalização de turismo para os visitantes em ambas as situações 100% dos entrevistados responderam que não há. Surge então uma necessidade de melhora nestes quesitos, visto que são de suma importância para que os

visitantes conheçam o Parque e seus objetivos, bem como respeitem regras pré-estabelecidas, lembrando que os turistas também são "atores" que devem contribuir para a gestão participativa, pois, de nada adianta a comunidade estar estruturada se os mesmos não contribuírem para com a preservação do local.

Os entrevistados foram também questionados sobre a existência de atividades de turismo ecológico nas proximidades da UC: 61% (14) afirmaram existir este tipo de atividade, 17% (4) disseram que não e 22% prefiram não responder.

Sobre os projetos de Turismo Ecológico no interior e nas proximidades do Parque, foram listadas as seguintes atividades[10]:

1. *Na parte alta do parque há turismo de aventura, caminhadas e trilhas, cachoeiras, ciclistas, jipeiros, picos, mirantes, pousadas, restaurantes nas pousadas. A estrada para subir está boa e carros normais;*
2. *O assim denominado "turismo ecológico" é de longa data exercido no PNSB por agências especializadas, bem como por pessoas contratadas pelas pousadas e hotéis da região;*
3. *O parque tem atrativos e existem trilhas, cachoeiras, Rafting, camping, mas não há estrutura;*
4. *Visita ao PNSB , trilha do Ouro e Pico do Tira Chapéu;*
5. *Visitação de Trilhas, Cachoeiras e Praias.*
6. *Diversos: guias transporte de barco, rafting, hospedagem, camping, observação de aves, dentre outros...*

Percebe-se nesta lista uma divergência sobre se as atividades são vistas como conflitos ou potencialidades, haja vista que é perceptível o não entendimento do que o turismo ecológico propõe principalmente no que se refere ao controle do número de visitantes, fato não identificado nas respostas. Sendo assim, apesar de ser uma potencialidade por gerar renda a comunidade, gera também impactos que podem ser definidos como conflitos.

Verifica-se também em uma das falas que há atividades não permitidas exercidas no interior do parque e é apontado que tal fato gera dificuldades na execução das atividades de turismo ecológico. Identificando-se mais um conflito no referido contexto.

Quando foi perguntada qual a importância da aceitação da comunidade de entorno em relação às atividades de turismo, obtiveram-se as seguintes colocações[11]:

[10] Respostas idênticas às enviadas nos questionários, sem nenhuma correção.
[11] Respostas idênticas às enviadas nos questionários, sem nenhuma correção.

1. *O grande problema na Bocaina são as varias atividades ilícitas (caça, extração ilegal, desmatamento) realizadas pela população de entorno do parque. O turismo é visto como um empecilho para a continuidade destas atividades ilícitas;*
2. *A aceitação é importante, e existe, pois gera renda!;*
3. *Fundamental, para o turista não se sentir um intruso;*
4. *É extremamente importante. O turismo ecológico e de aventura pode ser uma fonte de recursos significativa para a região e estimular a preservação do ambiente natural, tendo em vista que, de modo geral, é o ambiente preservado e bonito que atrai os turistas;*
5. *Não entendo porque há o questionamento quanto à possibilidade da "não aceitação" por parte da comunidade do entorno a uma atividade desejada, legalmente prevista e importante para o parque já que é socialmente inclusiva;*
6. *As comunidades do entorno ou de dentro das UC precisam se apropriar dos processos para se empoderar;*
7. *A participação é de grande importância para que a UC possa se consolidar*
8. *A aceitação da comunidade é fundamental, e deve ser trabalhada constantemente.*

Em relação às dificuldades de execução dos projetos de EA e Turismo Ecológico, os resultados obtidos representam as dificuldades encontradas para o desenvolvimento das ferramentas supracitadas. Os menores valores representam as maiores dificuldades e os maiores valores as menores dificuldades (Figura 39 e Figura 40).

Na Figura 39 a numeração representa:

1) Aceitação da comunidade do entorno.
2) Participação da comunidade do entorno.
3) Aceitação da comunidade do interior da UC.
4) Participação da comunidade do interior da UC.
5) Aceitação da equipe da UC.
6) Participação da equipe da UC.
7) Falta de pessoal especializado para a elaboração do projeto.
8) Falta de pessoal especializado para a execução do projeto.
9) Falta de recursos financeiros.

10) Estrutura educacional da área protegida.

11) Falta de continuidade dos projetos.

12) Parcerias externas paras o desenvolvimento dos projetos.

13) Profissional com dedicação exclusiva para atuar na educação ambiental.

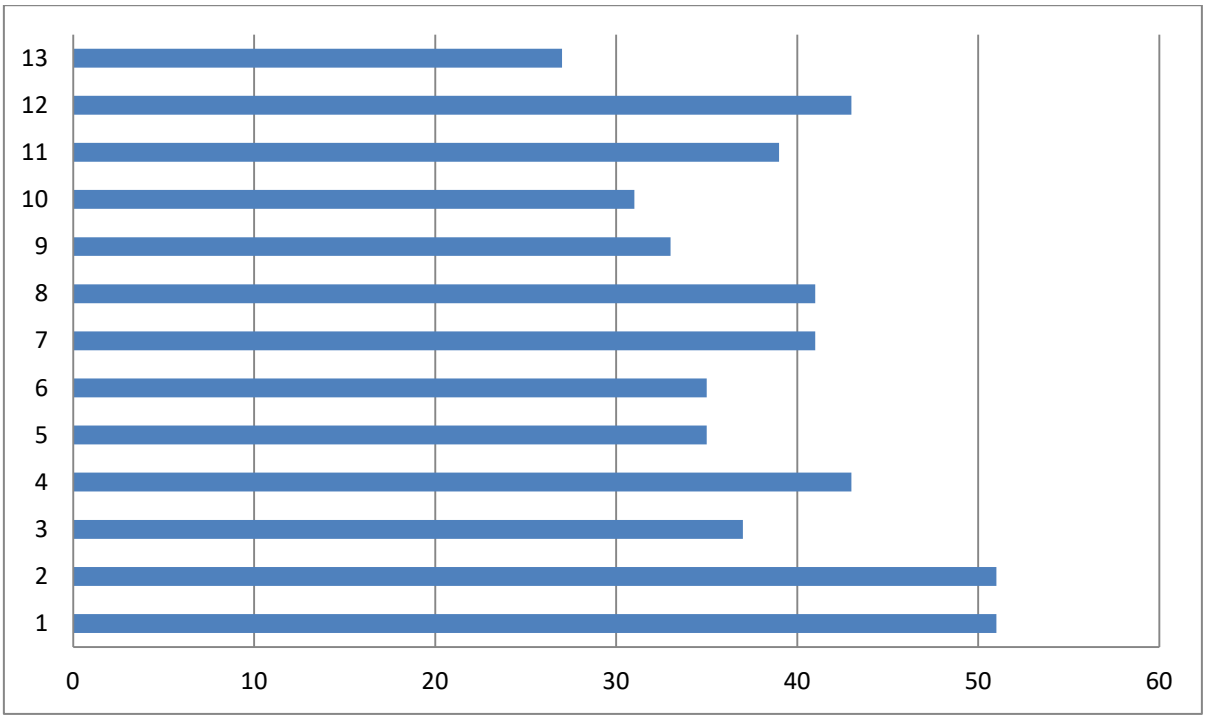


Figura 39 - Dificuldades na execução de projetos de EA no PNSB.

Desta forma, as principais dificuldades citadas (o que falta) para execução de projetos de EA, foram:

1º Profissional com dedicação exclusiva para atuar em EA;

2º Estrutura educacional na área protegida;

3º Falta de recursos financeiros;

4º Aceitação da equipe da UC;

5º Participação da equipe da UC;

6º Aceitação da comunidade do interior da UC.

Na realização das entrevistas e demais idas ao local de estudo foi possível perceber que tais dificuldades são de fato presentes no PNSB. No caso de Trindade, realmente falta um profissional que atue em educação ambiental para com a comunidade, apesar de haver diversos educadores ambientais informais na comunidade. A estrutura educacional na área protegida realmente não existe no PNSB e se faz necessária.

Na Figura 39 a numeração representa:

1) Conciliar os objetivos das UCs com as práticas do turismo ecológico.
2) Integração da comunidade de entorno com a UC.
3) Envolvimento da comunidade do entorno na execução do projeto.
4) Especulação imobiliária.
5) Preservar a cultura local.
6) Participação da comunidade do interior da UC.
7) Aceitação da equipe da UC.
8) Participação da equipe da UC.
9) Falta de pessoal especializado para a elaboração do projeto.
10) Falta de pessoal especializado para a execução do projeto.
11) Falta de recursos financeiros.
12) Parceria externa para o desenvolvimento dos projetos.
13) Profissional com dedicação exclusiva para atuar no turismo.
14) Falta de planejamento das atividades turísticas.
15) Controle no número de visitantes.

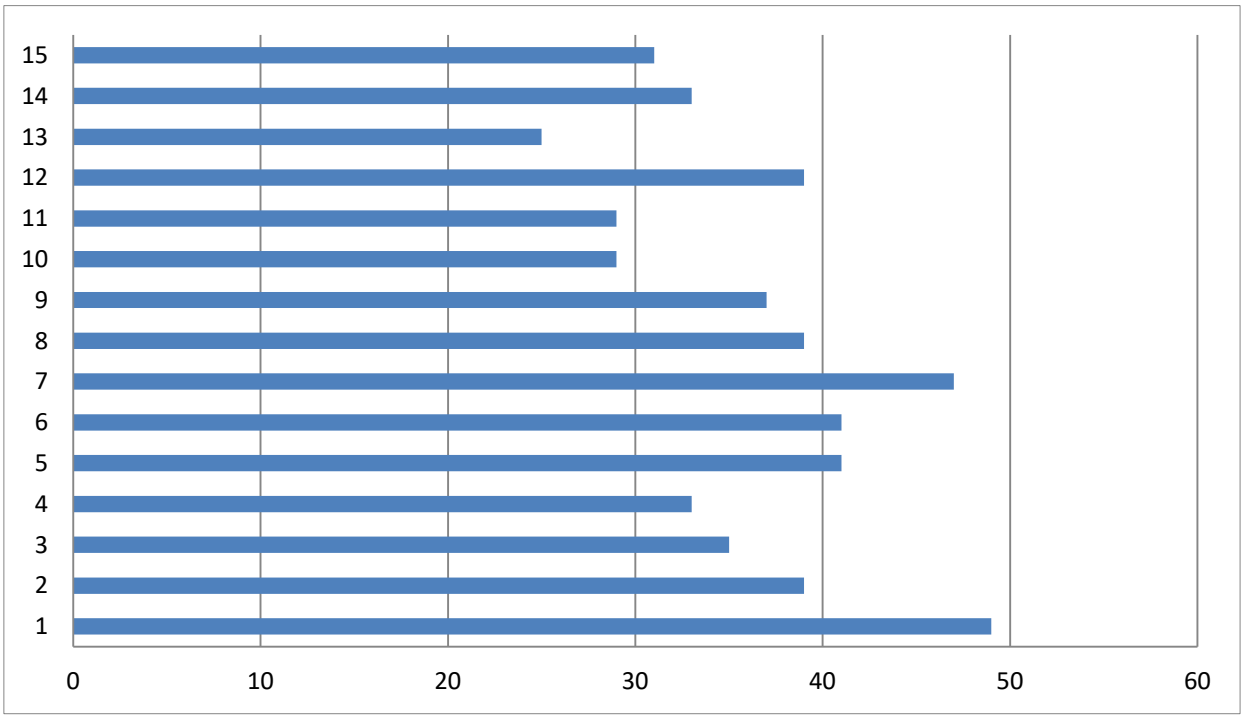


Figura 40 - Dificuldades na execução de projetos de turismo ecológico no PNSB.

As principais dificuldades citadas (o que falta) para execução de projetos de Turismo Ecológico foram:

1º Profissional com dedicação exclusiva para atuar no turismo;

2º Falta de pessoal especializado para execução do projeto;

3º Falta de recursos financeiros;

4º Especulação imobiliária;

5º Envolvimento da comunidade do entorno na execução do projeto;

6º Integração da comunidade do entorno na execução do projeto;

Assim como as dificuldades encontradas nos projetos de educação ambiental, as encontradas no turismo também foram observadas durante as visitas ao local de estudo.

Estes resultados corroboram o que trabalhos em UCs afirmam há algum tempo. Faltam recursos financeiros para que as gestões das mesmas consigam executar os projetos de EA e turismo ecológico. Pissato, Merck e Gracioli (2012) corroboram tal afirmação, de acordo com as autoras, existe uma intensa dificuldade para execução das ações voltadas a estas temáticas, as quais são atribuídas principalmente à falta de recursos financeiros e humanos, desta forma, concluem que, apesar de estarem entre os objetivos das UCs, tais ações são secundarizadas. Há a ocorrência de agravamento em virtude de cortes financeiros e recorrentes ao órgão ICMBio.

Foi possível perceber que as maiores dificuldades encontradas pelo conselho gestor da UC estudada, poderiam ser resolvidas caso houvesse recursos para isso. Aspectos que envolvem a aceitação e participação da equipe e comunidade também foram apontados como grandes desafios, isso indica que há o conhecimento de que a gestão participativa pode vir a solucionar as questões pendentes entre o parque e a comunidade, assim como promover o desenvolvimento local.

Contudo, pode-se considerar que apesar de falhas existentes nas potencialidades supracitadas (EA e turismo ecológico), as mesmas não são tratadas como elementos desconhecidos.

No que se refere a identificar as ferramentas utilizadas nos projetos que tenham ou não relação com a gestão participativa, foi perceptível que os projetos de educação ambiental executados visam à gestão participativa de forma singela e não contínua, além de que, estes são desenvolvidos em sua maioria por fundações parceiras. Neste ponto, cabe ressaltar que seria de suma importância que houvesse iniciativas do próprio parque e com maior abrangência, vindas não somente da administração do mesmo, pois a sociedade tem muito a contribuir, tornando-se uma relação de troca de conhecimentos onde todos aprendem.

Nos projetos de turismo ecológico executados na área de estudo, apesar de se ter iniciativas como o Turismo de Base Comunitária, trazendo como exemplo o efetuado no Quilombo do Campinho, a maioria dos projetos é executada de forma a garantir interesses individuais, pois as atividades citadas mostram que as mesmas partem de interesses individuais, como por exemplo, agências de turismo. Logo, há também, a necessidade do fortalecimento da gestão participativa e também a regulamentação e planejamento dessas atividades individuais, visando amenizar os impactos ambientais e sociais e fortalecer o pensamento coletivo.

6.3 Resultados obtidos nas entrevistas semiestruturadas

Foram entrevistados membros da comunidade da Vila de Trindade, da AMOT e da comunidade do Quilombo do Campinho. Além das entrevistas, houve conversas que saíram do roteiro previsto e que serão aqui utilizadas, pois complementam as questões pré-estabelecidas nas entrevistas. É de suma importância dizer que, nem todas as perguntas foram respondidas por todos os/as entrevistados/entrevistadas.

Conforme apresentado na metodologia, ao todo foram entrevistadas 10 pessoas, as quais foram nomeadas por letras (A, B, C, D, E, F, G, H, I e J).

Como forma de organizar o trabalho utilizou-se a seguinte subdivisão neste capítulo, segundo a metodologia de análise:

6.3.1. Análise dos questionamentos relacionados às Oportunidades;

6.3.2. Análise dos questionamentos relacionados às Ameaças externas;

6.3.3. Análise dos questionamentos relacionados às Potencialidades e aos Problemas;

6.3.4. Análise dos questionamentos relacionados ao Futuro Desejado; e

6.3.5. Matriz de análise estratégica.

Nestas subdivisões foram apresentadas as questões uma a uma, com reflexões das autoras deste trabalho, além de algumas falas selecionadas dos entrevistados e das entrevistadas.

6.3.1 Análise dos questionamentos relacionados às oportunidades

As questões elaboradas para identificação das oportunidades versaram sobre aspectos existentes que podem ser aproveitados no fortalecimento da gestão participativa, ações que por ventura, não são valorizadas como deveriam ser e não fortalecem a gestão participativa na área.

A primeira questão versou sobre o entendimento do por que da criação de um parque. De maneira geral, todos os entrevistados e as entrevistadas conhecem, mesmo que de forma singela, o motivo da criação e reconhecem a importância da preservação ambiental. A entrevistada A mencionou que o motivo da criação vem de uma necessidade de se reter o desmatamento, já a entrevistada B trouxe uma interessante contribuição, onde:

> Eu entendo, primeiro a criação do parque foi feita como uma área de amortecimento, depois do começo da operação da usina nuclear. Ao longo dos anos a gente percebeu que [nós] precisamos de uma UC, principalmente aqui, aos longos dos anos eu pude observar que se não fosse as UCs não teria absolutamente mais nada. Mas existe, existe a UC no papel, e existe nós. E não existiria UCs se não existissem nós aqui, segurando toda a barra, seguramos uma barra ambiental de invasão, de tudo aqui, [...] existem projetos para tornar [algumas praias] em um condomínio fechado. Então um precisa do outro, sendo um trabalho conjunto.

É possível perceber com a fala da entrevistada B um contexto de luta e conflitos de diversas naturezas, há também a menção do trabalho em conjunto e da necessidade dele, o que vem fortalecer a instauração da gestão participativa, visto que há o reconhecimento do mecanismo.

A entrevistada D também mencionou neste momento a importância da inserção das comunidades na tomada de decisões, e ressalta “não existe natureza sem homem, essa é a realidade!”. No entanto, não se ignora o fato da necessidade de espaços integralmente protegidos, mas deixar a comunidade que vive neste espaço sem expectativas de subsistência é algo impalpável. Percebe-se neste contexto que a ausência total ou parcial do Estado é fator determinante para que as UCs não funcionem no país, lembrando-se dos problemas fundiários e legais do mesmo, há então uma necessidade imediata de revisão nos instrumentos legais existentes sobre o assunto, visando não só a proteção dos espaços, mas das pessoas que nele vivem há muito tempo e no caso da UC estudada estas pessoas resistiram e contribuíram para que a área não fosse totalmente degradada.

Os entrevistados E, F e G ressaltaram a importância da preservação dos ecossistemas e da biodiversidade. O entrevistado F também menciona a não existência da natureza intocada. As entrevistadas H, I e J mencionam apenas que a criação de parques é com o intuito de se preservar, e não se alongaram muito sobre o tema.

O posicionamento dos entrevistados em relação à criação de parques deve ser notado, haja vista que não há oposições em relação à criação de UCs. Ou seja, a comunidade enxerga a importância da instituição destas áreas, logo, é identificada uma oportunidade de se fortalecer a gestão participativa.

A segunda questão versou sobre os entrevistados e as entrevistadas terem visitado outras áreas do Parque. A maioria deles respondeu que não conhecia (seis entrevistados), sendo que apenas o entrevistado E disse que já havia visitado diversas áreas do mesmo. A entrevistada D informou que conhecia apenas outra região do PNSB e que o motivo desta visita foi uma reunião do conselho no qual ela faz parte e o G mencionou conhecer outros parques, mas que na Bocaina só conhece a região em que reside. Percebe-se nesta situação uma tendência a se tornar um problema, ante ao desconhecimento sobre o assunto, mesmo ele fazendo parte do cotidiano dos entrevistados. Porém, esta situação pode indicar falhas na forma como a comunicação é feita entre os envolvidos (parque e sociedade), assim como, pode demonstrar desinteresse sobre o assunto; sendo de qualquer forma, algo que pode ser fortalecido.

O terceiro questionamento foi sobre o entendimento da importância da criação de um parque. A entrevistada A mencionou que acha importante a preservação do meio para as gerações futuras; a C mencionou que ao longo do tempo ela aprendeu a importância do parque. Já a B, mais uma vez, levantou uma discussão interessante:

> Claro que eu entendo, não tenha dúvida, e quero participar de todo o processo; o problema é que eles fazem o caminho contrário, eles querem primeiro destruir as comunidades para depois criar UCs, não sei nem pra quem. Porque eu conheço várias unidades, vários parques por aí, e é uma coisa para ninguém, uma coisa para inglês ver, uma coisa meio morta, não tem vida.

A fala da entrevistada C demonstra uma crítica ao modelo de áreas protegidas no Brasil, seu discurso correlaciona-se com as falas da entrevistada D e do entrevistado F na primeira questão, onde ambos levantam que não existe natureza intocada.

A entrevistada D também complementa a fala da B, onde:

> Se de fato fosse porque ele foi criado, seria lindo! Mas entendendo e respeitando aquilo que já estava ali antes dele chegar, eu não acho que não seja importante, tem vários lugares que o parque salva, mas eu acho que ele [o parque] tem que respeitar as comunidades e o modo de vida que já estava ali, e que para ter um parque, foram eles que preservaram [os moradores da comunidade].

Os entrevistados E, F, G disseram que entendem a importância da criação do parque; a H reconhece a importância no que se refere à preservação da biodiversidade; já a J disse que não conseguia ter este entendimento e a I disse que reconhece a importância e acredita que a comunidade deve vir a ser inserida.

Neste questionamento não houve menções sobre a função ambiental da UC nos locais onde a mesma está inserida, haja vista que tais áreas prestam serviços ambientais. Ressalta-se que essa oportunidade deve vir a ser fortalecida, pois com o entendimento da importância local da UC, as pessoas tendem a contribuir e participar da preservação.

O quarto e quinto questionamentos foram sobre como funciona, quem cria e quem cuida dos parques. As entrevistadas B, C, H, I e J desconhecem estes aspectos, já a entrevistada D conhece os aspectos e ressalta que sabe mais sobre as restrições, os demais (A, E, F e G) tem conhecimento sobre estas questões. Uma das falas chamou a atenção:

> Como sou envolvido em questões socioambientais, eu entendo. Agora as pessoas de uma maneira geral desconhecem, não é algo dado a elas (Entrevistado G).

Estas respostas demonstram, mais uma vez, a necessidade de fortalecimento na comunicação das responsabilidades do parque, bem como a necessidade de capacitação para que possam compreender como funciona um parque. Esta falta de conhecimento pode explicar a confusão das atribuições do órgão gestor, mencionada no capitulo 6.2 deste trabalho, onde 35% dos entrevistados responderam que o conselho era deliberativo, quando na verdade é consultivo, além dos relatos de desmotivação ante a atuação do órgão.

A sexta pergunta dialoga com as demais e questiona os entrevistados e as entrevistadas se eles veem ou não o parque como um parceiro (ambiental, social e econômico). As entrevistadas A, C e H foram as únicas que disseram que o parque é um parceiro da comunidade, mesmo que de forma indireta elas mencionaram os serviços

ambientais prestados pela UC. Deste modo esta oportunidade aparece como uma ameaça, e há necessidade de mudança neste aspecto.

Já a entrevistada B acredita que ainda não é um parceiro, mas ressalta que houve evoluções na gestão sobre parcerias com a comunidade. Cabe destacar que os entrevistados veem mais o lado administrativo da UC do que o lado ambiental (principalmente no que se refere a prestação de serviços ambientais/ ecossistêmicos), desta forma, isso deixa de ser uma oportunidade e se torna uma ameaça.

A entrevistada D e os entrevistados F e G acreditam que o parque não é um parceiro. As entrevistadas J e I não responderam à pergunta. Uma das respostas chamou a atenção, pois critica, mais uma vez, o modelo de UCs no país:

> Eu enxergo a possibilidade de se fazer uma parceria, talvez a forma com que foi criado o parque, o modelo de gestão que fazem das unidades de conservação até hoje e até a parte de estrutura [que dificulta a parceria]. Você pega o parque da Bocaina, demorou mais de 30 anos para o parque sair do papel e começar atuar. Este tempo todo o estado não estava presente, para ele tentar arrumar a casa hoje, para poder começar a questão do parque que é muito complicado, o gestor do Parque tem que ter em mente que essa ausência do Parque criou vários problemas, e essa comunidade, principalmente a comunidade tradicional, ela não pode ser culpada por uma ausência do Estado durante todo esse tempo (Entrevistado E).

Identifica-se nesta fala que a tentativa de se organizar a situação fundiária do parque não pode acontecer de forma abrupta, principalmente se até o momento a ausência do Estado gerou danos sobre a compreensão da comunidade em relação ao parque.

As respostas obtidas apresentam diversas oportunidades, conforme se esperava. No entanto, deve ser ressaltada que estas precisam ser fortalecidas para que de fato contribuam para gestão participativa e para o cumprimento dos objetivos da área.

6.3.2 Análise dos questionamentos relacionados às ameaças externas

As questões referentes às ameaças externas foram elaboradas com o intuito de identificá-las aos dois polos das UCs, os quais: a) a ameaça ao desenvolvimento e cultura local e b) a preservação do meio ambiente.

A primeira questão versou sobre o parque ser ou não uma ameaça ao desenvolvimento local. As entrevistadas A, B, C e H acreditam que não seja, já as entrevistadas J e I acreditam que sim, que ele vem ameaçar o desenvolvimento local. Destacam-se aqui alguns posicionamentos:

> De certa forma sim, tanto no que tange ao econômico (como a agricultura) quanto ao social. Deveria ter uma flexibilidade no diálogo, a comunidade não quer destruir, não quer desmatar locais que sempre foram preservados. Antes de existir o parque quem protegia era a gente. Ninguém aqui planta monocultura [no entorno do PNSB], inclusive, a gente trabalha com agroecologia (Entrevistada D).

> Eu acho que sim, mas depende também da gestão, depende de como a comunidade vai estar capacitada para poder intervir no sentido de desenvolver uma parceria com o parque, porque isso tudo é dela também, o parque não é do Estado. Então, a comunidade precisa de certa autonomia porque elas estavam aqui e o parque também é dela. O parque deveria cuidar da comunidade e a comunidade cuidar do parque, se fosse assim a ameaça iria pra longe. No entanto, a gente sabe que tem muita especulação imobiliária, sem falar que agora tem a questão das parcerias pública-privada, que é outro ponto que também coloca muito medo na gente, porque se a gente já tem uma dificuldade de conversa entre comunidade e parque, imagina colocar um terceiro ator, onde a visão dele é lucro (Entrevistado E).

> Não, pelo contrário, eu acho que pode ajudar em muito, o parque que dá uma visibilidade maior e eleva a qualidade ambiental. Há também o medo de que os turistas não venham mais quando começarem a cobrar [concessão]. Tem outra coisa, questão do saneamento para mim é incoerente com a proposta do parque[12](Entrevistado F).

> Sim e depende, aqui não tem uma resposta objetiva, isso é um conjunto de subjetividades que tem que ser entendida, interpretada, relativizada. Porém, no momento em que o parque chega e ameaça o modo de vida, ele coloca em risco o conceito de desenvolvimento (Entrevistado G).

Estes posicionamentos demonstram que os entrevistados sabem sobre o que estão falando. Estas visões precisam ser discutidas com os demais envolvidos, como forma de solucionar esta ameaça iminente (a presença do parque). A fala da entrevistada D que diz "aqui nós não plantamos monocultura" traz uma crítica ao atual sistema de produção de alimentos e também se faz lembrar as injustiças presentes na aplicação de leis ambientais (afinal porque esta comunidade precisa deixar de utilizar áreas usadas como meio de subsistência, enquanto há abrandamentos nas leis e acordos para que um

[12] De acordo com os relatos a comunidade teve a iniciativa de construir uma ETE, porém, a obra acabou sendo embargada pelo parque.

pequeno grupo usufrua de forma ilimitada e inconsequente dos recursos naturais?), a qual traz benefícios e abrandamentos apenas a uma pequena minoria e o contexto político no qual o Brasil está atualmente demonstra perfeitamente a situação supracitada, onde leis de interesses sociais sofrem alterações inconstitucionais e há abrandamentos em leis que são de interesse de uma pequena parcela da sociedade, ou seja, desconsidera o coletivo.

A título de exemplificação, tem-se o novo Código Florestal, no qual o tamanho das APPs de beira d'água são os mesmos, no entanto, a obrigatoriedade de recomposição das áreas já degradadas caiu abruptamente (BRASIL, 2012).

Em relação à lei especifica de UCs percebe-se um espaço temporal extenso entre a instituição da primeira UC no Brasil e a promulgação de uma lei específica que gerisse estas áreas, fato o qual indica a intensificação dos conflitos socioambientais nestas áreas e que não mudou muito depois da promulgação, para grande parte dos autores e das autoras consultadas o SNUC não superou as expectativas, porém, outros instrumentos legais que vieram após este melhorou de forma singela o contexto da gestão das UCs no país.

A segunda questão referente às ameaças externas tratou a possibilidade da abertura de concessão trazer problemas para a comunidade. Todas as entrevistadas e todos os entrevistados disseram que sim, que isso traria muitos problemas à comunidade. As justificativas versaram sobre a inserção de uma terceira pessoa no diálogo, com o agravante de esta ter como principal interesse o lucro. Em muitas das falas é possível perceber um apelo para que a comunidade seja inserida no processo, e que também se beneficie dele, principalmente em três aspectos: educação, saneamento (tratamento de esgoto e água) e geração de trabalho (três dos entrevistados disseram que muitos jovens estão desempregados e que isso pode levá-los ao álcool e outras drogas).

Sendo assim, sugere-se que a comunidade seja inserida no processo, tanto na fase de elaboração (como já tem acontecido, porém, com melhoras na comunicação[13]), quanto na execução dos processos decisórios sobre a concessão, quanto em outros relevantes a ela, uma forma seria abordar ou contextualizar em reuniões do conselho,

[13] A entrevistada B ressalta: "[...] porque eu vi a apresentação na reunião do conselho [mesma reunião da observação participante], então, naquele dia deu pra ver bem que foi uma coisa feita de cima para baixo, ninguém participou daquele processo, nós ficamos sabendo três dias antes dele apresentar no conselho".

que é um dos principais mecanismos que aproximam a comunidade do parque. Outra forma seria manter um canal de comunicação para informar as ações, como rádio, internet ou jornais, partindo mais uma vez dos princípios da educomunicação (pag. 104). Desta forma, o parque cumprirá também o principio de justiça ambiental e todas as partes serão beneficiadas.

A terceira questão foi sobre qual seria a interferência das grandes empresas de turismo na cultura local. A maioria (oito entrevistados) acredita que estas são uma ameaça, pois possuem interesses financeiros e nenhum interesse de melhora do contexto social. No entanto, houve também relatos de que existem empresas que são parceiras da comunidade e que desempenham um papel importante no desenvolvimento local, mas vale ressaltar que são apenas dois entrevistados. Além disso, sete dos entrevistados ressaltam que o turismo de base comunitária tem uma proposta oposta ao lucro em massa e o interesse coletivo nesta pratica, é sempre priorizado.

Quando questionados se o parque considera a opinião da comunidade na tomada de decisões (questão 4) foi unânime a opinião de que não considera. Motivos como dificuldades no diálogo e o modelo pelo qual a UC foi criada (sem consulta pública e sem abranger as peculiaridades locais) foram os mais relatados. Além disso, todos os entrevistados ressaltaram que tem interesse em continuar cuidando da área e que querem participar de forma amigável dos objetivos para os quais o parque foi criado. Percebe-se então, que além de este aspecto ser uma ameaça, o mesmo possui potencialidades. Umas das respostas chamou a atenção pelo nível de criticidade em relação ao tema:

> É difícil responder, quando interessa [ao parque] eu acho que eles escutam a comunidade. O problema é que são vários setores, o plano de manejo foi um exemplo claro disso. Então aquilo que a gente trata aqui com o gestor depois de muitas reuniões, vai pra Brasília e muda. Então meio que foge até do controle do gestor (Entrevistado G).

Esta frase “então meio que foge até do controle do gestor” é uma perspectiva interessante sobre como funciona os processos de gestão brasileiros, há uma cadeia governamental, que em algum momento se corrompe, e as decisões dependem na maior parte das vezes dos interesses de uma pequena minoria. Percebe-se ainda um claro entendimento do sistema político no Brasil por parte dos entrevistados (3). Houve respostas que apontaram culpa dos problemas do parque somente à gestão do mesmo,

no entanto é difícil entender que os gestores da UC também estão sujeitos a ordens, até para continuarem ocupando sua função.

A última pergunta sobre as ameaças externas tratou das lutas por território em Trindade e se foram amenizadas ou atenuadas. Neste ponto aspectos muito interessantes foram mencionados nas falas, dentre as quais, destacam-se:

> Até um ano atrás houve um assassinato de um menino da Comunidade. Estabilizada não está [as lutas por território], porque não sabe o que vai acontecer amanhã, a gente não sabe o que está por trás e a gente vive assim aqui em Trindade, a gente nunca sabe quem está por trás, e isso atinge até as crianças, é uma inconstância, uma insegurança, uma insegurança total, a gente vive assim (Entrevistada B).

> Eu acho que teve uma época que foi mais intensa, que foi nos anos 80, naquele momento eles [a comunidade] estavam mais fortalecidos também, agora está mais difícil porque tem bastante gente de fora. Isso enfraquece a luta, muita gente vendeu e foi embora, e também muita luta e pouco avanço e aí desmobiliza. Então, eu acho que já foram mais fortes, as pessoas ficaram mais dispersas também. Estão mais individualistas. Quando houve as desocupações a gente se mobilizou, paramos a BR, porque as pessoas precisam se manter e elas são caiçaras e vivem disso, mas no final cada um que queria pegar um advogado para cuidar do seu caso, então enfraqueceu a luta. E todos foram para o chão, e agora ainda tem a concessão (Entrevistada D).

> Eu acho que foi atenuado, acho que a nossa luta por território ainda tá no começo, a gente está no momento de algumas definições, a nossa luta vem desde lá de trás, teve muita especulação imobiliária, às vezes até vindo do governo isso na década de 70, como a BR 121, todos os aglomerados de multinacionais aqui, tem até filmes e livros que contam a história de Trindade nesta época, foi uma coisa muito violenta, com armamento e tudo, tudo para "limpar" as áreas, nesta época você não tinha o órgão ambiental. Então, a comunidade que está aqui hoje, foi quem manteve o território como está, o território está desta forma por resistência da comunidade, porque se não estaria tudo no chão. Nessa época, eles não derrubavam só a casa dos Caiçaras, mas também tiravam as matas porque queriam fazer daqui um mega Resort. Então a comunidade que esteve de frente a todas essas companhias, tentando resistir a isso, teve lutas na parte Marinha, tudo que é lado teve luta. Tudo isso atrelado à ausência do poder público, a prefeitura também ausente, nós não temos saneamento básico, todas as iniciativas começam com a própria comunidade, até a própria estação de tratamento de esgoto quem começou a fazer foi a comunidade e isso há 30 anos atrás (Entrevistado E).

> Não foi nem amenizada, nem atenuada, ela foi redimensionada, ela ganhou outras características. eu acho que a comunidade hoje é mais

> fragilizada, mas a cara do opressor mudou um pouco também, isso confunde e dificulta a luta (Entrevistado G).

Em cada uma destas falas é possível perceber as dificuldades encontradas pela comunidade de Trindade em todo o seu contexto de luta por território, além disso, foi retrata a dificuldade de integração da comunidade (que antes era unida por uma causa, e hoje se encontrada fragmentada) com o passar dos anos, demonstrando uma mudança no perfil dos interesses, que passaram de coletivos para individuais, um problema muito comum no contexto atual (de crises e desigualdades) e está diretamente relacionado com consequências do sistema econômico dominante.

Por fim, verificou-se que a principal ameaça na área estudada é a especulação imobiliária, fato o qual esta associada à beleza do local e seu alto valor econômico.

6.3.3 Análise dos questionamentos relacionados às potencialidades e aos Problemas

As potencialidades e os problemas levantados nesta etapa dos questionamentos foram elaborados com o intuito de identificar problemas já existentes (problemas) e possíveis soluções (potencialidades).

A primeira questão foi sobre a opinião dos entrevistados ante as ações de desocupação realizadas pelo parque na Praia do Meio, em Trindade. A entrevistada A menciona que mudou de forma positiva e negativa, mas que o cumprimento de regras não é de todo ruim, já a entrevistada B ressalta um aspecto importante:

> Não adiantou nada, até agora eu não vi nada, piorou até. Era preferível deixar quem tava lá, porque pelo menos tinha banheiro, e agora ninguém tem nada, cada quiosque tinha seu banheiro.

De fato, a desocupação seguida do abandono é algo de efeito extremamente negativo, haja vista que as condições de saneamento pioraram e há também o sentimento de revolta que aconteceu na comunidade. O sentimento de revolta vem da desocupação seguida do abandono, relatos de que pessoas externas estavam utilizando a área com fins lucrativos (barracas), foram recorrentes nas entrevistas, isso fez com que a comunidade se sentisse excluída e também substituída. Do ponto de vista legal é ilógico, porém, com o atual contexto econômico, órgãos públicos não conseguem exercer suas funções, principalmente no que tange à fiscalização.

A entrevistada C acredita que a desocupação foi uma coisa boa, pois a praia estava muito desorganizada, entretanto, ressalta que sob o ponto de vista dela a abordagem foi muito negativa (ela relatou que foi uma ação pouco amigável e com parceria da polícia) e gerou problemas na comunidade. A entrevistada D acredita que foi algo extremamente negativo e argumentou:

> Muita gente sofreu com tudo isso, vivia daquilo, era a renda da família. Foi difícil, algumas pessoas tinham outras rendas, outras não, para elas era o pão. E eles são caiçaras, eles são donos da terra, e isso não foi respeitado. Deveria ter tido um diálogo, ouve diálogo mínimo, não foi respeitado, não há vontade que as coisas sejam feitas em um diálogo bacana.

De forma similar o entrevistado E traz uma ampla visão sobre o assunto, onde ressalta:

> Tem coisas que são cabíveis, porque tinha turismo desenfreado, não tendo somente comunidade tradicional, havia o pessoal de fora que estava vindo para cá, montando barraca e ganhando dinheiro em cima disso. Em 2008, chegou o parque com as ações de desocupação, tirando quiosque da praia e tentando organizar, só que são ações muito pontuais, resolveram o problema, mas criaram o impacto social gigantesco na comunidade. [...], esse impacto ele não foi medido e nem pensado em momento algum, não houve apoio da prefeitura, nem de lugar nenhum, não houve diálogo, nem negociação, teve só o não pode. Não houve preocupação com a parte social, do que ia acontecer com essas famílias, é óbvio que a gente quer preservar nossa Trindade maravilhosa para as próximas gerações, não tem um morador que seja contrário ao parque na Trindade, todo mundo quer que o parque aconteça, mas a gente quer uma gestão compartilhada, a gente quer opinar.

A fala do entrevistado E contribuiu muito para a discussão deste trabalho, ele mencionou aspectos importantes das políticas, como o fato de não considerar o impacto social, nem tampouco ouvir a opinião dos envolvidos, com medidas tomadas de cima para baixo. Há um pleno entendimento do assunto demonstrado pelo entrevistado, em que ele vê a importância da UC, mas menciona que a comunidade precisa estar envolvida no processo.

O entrevistado F, e as entrevistadas H, I e J mencionaram que as ações geraram um impacto econômico extremamente negativo e que a desordem em que atualmente a praia se encontra é uma problemática maior ainda. Por fim, cabe trazer a fala do entrevistado G:

> Piorou, a Praia do Meio era uma desordem, hoje ela é uma desordem vezes 10. Aquela ocupação desordenada tinha uma espécie de ordenação, e hoje não tem nenhum tipo de regra.

Todas as falas demonstram, mais uma vez, a fragilidade da aplicação legal de instrumentos de conservação, onde há somente medidas pontuais e não contínuas, bem como a ausência, praticamente total, do poder público. Neste contexto, sugere-se a continuidade das ações feitas pelo parque e a busca de parceria com a comunidade para elas, mas cabe também dizer que é uma solução complicada, em face dos recursos financeiros disponíveis. As ações de turismo podem ser vistas como potencialidade ou como problema. Potencialidade porque gera renda e problema porque pode interferir diretamente na qualidade ambiental da região, principalmente quando é massivo e o único objetivo é o lucro.

As ações de turismo, sejam elas de base comunitária ou convencional, possuem diferenças na organização e planejamento conforme exposto nas entrevistas. Todos os entrevistados e todas as entrevistadas admitiram ter uma notória diferença entre as práticas, a começar pelo objetivo, que no turismo convencional vem a ser o lucro em massa.

O entrevistado E traz uma boa contribuição sobre o assunto:

> O turismo de base Comunitária é a alternativa que temos para minimizar esse turismo de massa que muito tempo danifica Trindade, talvez tenha até sido este turismo que estimulou o parque nas ações de desocupação. Talvez porque estava se perdendo o controle do modelo de turismo que estava acontecendo em Trindade. Agora, o turismo de base comunitária é outra história que ainda está em construção, seja pela dificuldade que o país enfrenta e também pela nossa dificuldade na organização, mas eu acho que esse modelo é a solução, e é um modelo que a gente busca.

Quando questionado sobre o conhecimento do que é EA, todos relacionaram com o cuidado ao meio ambiente. Uma das entrevistadas (B) mencionou que se considera uma educadora ambiental e um dos entrevistados (E) disse que não conhece todas as facetas da educação ambiental e sabe que é um campo que não é neutro. Todos os entrevistados e todas as entrevistadas acreditam que a EA pode ajudar no diálogo com o parque. Ante as respostas ressalta-se a importância do fortalecimento deste mecanismo na área estudada, sugere-se a inserção da vertente crítica, porém, para que qualquer mecanismo venha fortalecer a relação entre o parque e a comunidade é preciso

fortalecer também a comunicação, desta forma, a educomunicação viria a ter papel fundamental no processo.

A entrevistada D trouxe uma contribuição sobre sua perspectiva em EA e suas diversas abordagens:

> Sim a gente trabalha com agrofloresta e com agroecologia, com manejo correto, a gente tem uma bagagem para contribuir com a preservação da natureza, mas o parque precisa querer. Eu desconheço qualquer ação de educação ambiental vinda do parque. Falta informação, é sempre repressor.

É perceptível com tal fala a visualização da amplitude do conceito de educação ambiental, onde a prática da agroecologia é citada. Isso mostra as diversas facetas e correlações que a educação ambiental tem com outros campos, o objetivo partilhado é o mesmo, que é a conscientização do sujeito, tornando-o ambientalmente educado e, por consequência, lutando para preservação da natureza.

Todos os entrevistados e as entrevistadas acreditam que capacitações de EA e turismo ecológico contribuíram para o desenvolvimento local e todos se interessariam em fazer ou conduzir estas formações. Logo foi verificado um grande interesse na participação e isso deve ser valorizado e considerado uma potencialidade. Porém, dois dos entrevistados tem ressalvas:

> Vai depender de quem for dar capacitação e o modo como será o curso, porque se for estilo o SEBRAE não adianta nada, se fosse um projeto compartilhado construído junto, com a ideologia que a gente acredita, acho que poderia ser produtivo (Entrevistada D).

> Eu acho que parece que fica posto que a gente tem que aprender a dialogar com parque, eu acho que é o oposto, o parque deve aprender a dialogar com a comunidade, porque o problema não está do lado de cá, a gestão tem que repensar no diálogo, porque se for unilateral eu não estou disposto a fazer nenhum curso,lembrando que nós fazemos inúmeras capacitações (Entrevistado G).

Por fim, quando indagado se os visitantes fazem questionamento sobre o parque, aos entrevistados e às entrevistadas, foi mencionado por todos que não é algo comum e que geralmente estes questionamentos vêm de pessoas que trabalham ou estudam com a temática ambiental. Sendo assim, percebe-se que ações de comunicação e EA com os visitantes tem extrema importância na área de estudo, lembrando que os visitantes também devem ter cuidado com o parque, para tanto, precisam conhecê-lo.

6.3.4 Análise dos questionamentos relacionados ao futuro desejado

A visão do futuro desejado foi inserida com o intuito de se verificar o que a sociedade estudada almejava em relação ao parque. E esta foi a parte mais simples de toda a entrevista, haja vista que os entrevistados e as entrevistadas sabem o que esperam em relação ao parque, conhecem a necessidade de proteção ambiental e se sentem parte de todo o processo.

Quando questionados se havia possibilidade de o parque e a comunidade terem uma relação harmônica, todos responderam que acreditam ser possível e, quando questionados como seria esta relação e o que falta para que ela aconteça, as respostas dizem sempre a mesma coisa, o diálogo. Com base nestes posicionamentos acredita-se que o parque precisa ouvir a comunidade e a comunidade ouvir o parque, eles precisam traçar juntos os objetivos e decidirem juntos. Houve, novamente, queixas do modelo opressor e o impositivo das UCs no Brasil. Uma contribuição sobre o tema foi dada pelo entrevistado G, sendo ela:

> Primeiro é importante lembrar que o parque parte do princípio de que não pode haver ocupação humana na área, mas existem modelos recentes que admitem (a dupla afetação) a gente precisa aprofundar essas teorias, então o parque estará fazendo concessões e a comunidade naturalmente também precisará fazer concessões, e eu acho que seria tranquilo, desde que seja dialogado. Eu acredito na humanidade, eu acredito que as coisas podem melhorar.

Esta colocação demonstra perfeitamente as mudanças que devem ser feitas na gestão das UCs no Brasil. O SNUC acabou por não facilitar que se cumprisse a necessidade de mitigação dos conflitos, pois o modelo pelo qual estas áreas eram criadas e a forma como são geridas, mesmo com o advento do SNUC, não atendem às peculiaridades do país, tais como a questão fundiária, a intensa exploração dos recursos naturais e a diversidade cultural.

Conforme exposto por Toledo e Pelicioni (2005), muitas das UCs de proteção integral foram criadas em áreas ocupadas por inúmeras famílias, o que gera inúmeros problemas e constantes conflitos. Para os autores, as famílias que possuem títulos de propriedade registrada, o problema está no custo das desapropriações, mas o maior

problema está nas populações tradicionais. Esperava-se que o SNUC trouxesse meios alternativos de subsistência ou justa indenização, porém, tal instrumento legal não trouxe nem sequer uma definição a tal grupo social. Pode-se então inferir que se faz necessário regramento complementar para tal questão.

Por fim, todos acreditam ter um papel na relação harmoniosa entre o parque e a comunidade e trazem que a gestão participativa contribuiria na resolução dos conflitos existentes, sendo que a construção coletiva de metas e de objetivos foi verificada em diversos momentos. As falas abaixo descrevem de forma perfeita como a GP pode contribuir:

> A participação resolve problemas, todos os conflitos das relações humanas, é porque alguma voz não foi ouvida, então se a gente começa a superar a questão da fala, a gente supera várias outras questões, se não houver iniciativas desta natureza problemas serão somente empurrados para frente (Entrevistado G).
>
> Eu acredito que sim, eu acho que o conflito vem do impor! (Entrevistado J).
>
> Sem dúvidas, a primeira coisa seria o parque escutar a comunidade, porque hoje não se tem nem um diálogo, e eles não escutam a gente (Entrevistado E).
>
> Se a comunidade está em harmonia com parque, com o Parque sendo cuidador e fiscalizador, eu acho que ela cumpriria muito mais as regras, ela ajudaria cuidar melhor desse espaço e vice-versa. Com certeza o caminho seria muito melhor (Entrevistada D).

6.3.5 Matriz de Análise Estratégica

Conforme proposto na metodologia, o resumo das informações obtidas na entrevista semiestruturada foi inserido na matriz de análise estratégica. Em primeiro momento, é importante dizer como a matriz organiza estes dados.

A matriz de análise estratégica é dividida em quatro ambientes, os quais: oportunidades, ameaças externas, potencialidades e problemas e futuro desejado. A escolha da utilização da mesma se deve a presença do futuro desejado.

As oportunidades e as ameaças externas são denominadas como fatores externos, que significa que a comunidade tem menor controle, podendo agir sobre eles, porém, de

forma limitada. Já as potencialidades e os problemas são fatores internos, nos quais a comunidade tem maior controle e maior poder de ação. E a visão do futuro desejado é o cruzamento de informações dos fatores internos e externos, e é posto o que se deseja para a realidade local. Ressalta-se que a comunidade foi posta como elemento principal, haja vista que esta era o objeto de estudo de trabalho.

		Ambiente externo		
		Oportunidades	**Ameaças**	**Futuro desejado**
Ambiente interno	**Potencialidades**	Todos conhecem o porquê da criação do parque. Todos acreditam que o parque deva existir. Todos entendem a importância da existência. Há conhecimento sobre a EA e suas contribuições. Uma parte vê a possibilidade de parceria entre o parque e a comunidade.	O parque não considera a opinião da população na tomada de decisões; Criticas ao modelo de criação de UCs no Brasil. Abertura de concessão será um problema para a comunidade. As lutas por território em Trindade não foram amenizadas e a especulação imobiliária é a maior causa das mesmas.	UC atenda aos seus objetivos legais; Relação harmônica entre o parque e a comunidade. Comunidade como parceira da conservação; Melhoria na qualidade de vida da população, principalmente no que se refere ao saneamento ambiental. Alternativas de subsistência para a comunidade. Não expulsar a comunidade do lugar onde vive; Gestão participativa beneficiando todos os envolvidos.
	Problemas	Grande parte desconhece os processos envolvidos na criação e gestão do parque. A comunidade não vê o parque como parceiro. Dois entrevistados acreditam que o parque é uma ameaça ao desenvolvimento.	Problemas fundiários do Brasil; Turismo em massa ameaça a cultura e desenvolvimento local. Os turistas não questionam sobre o parque e não se interessam pelo assunto. As ações de turismo em totalidade bem planejadas	

As oportunidades e potencialidades mais recorrentes foram: o conhecimento do porquê da criação do PNSB; ninguém acredita ou espera que o parque não deva existir; o conhecimento de que a EA pode contribuir para a instauração da gestão participativa e; a possibilidade de parcerias entre o parque e a comunidade. Tudo isso indica os pontos fortes da situação local e todos tendem a contribuir para a gestão participativa. Desta forma os esforços devem ser concentrados para fortalecer estes aspectos. Os aspectos que devem ser fortalecidos são trazidos pelas respostas obtidas nos problemas, que foram: o desconhecimento dos processos envolvidos na criação e na gestão do parque; a comunidade não vê o parque como parceiro e dois dos entrevistados acreditam que o parque é uma ameaça ao desenvolvimento local. Como sugestão para os problemas levantados propõe-se a inserção da educomunicação na relação.

A educomunicação é um segmento educacional que acredita que educação e a comunicação devem caminhar juntas, pois a educação deve ter um caráter informativo emancipador (apropriando-se da comunicação), onde a informação deve ser repassada de forma clara e crítica, contrariando o caráter enraizado da mídia convencional. Essa prática de interligação entre os temas foi preconizada no Brasil pelo ilustre educador Paulo Freire e na Argentina por Mário Kaplún. A educomunicação é uma ferramenta que propõe o acesso às informações técnicas e legais à sociedade civil, nesta está contida também a troca mutua de conhecimento, onde há a valorização da cultura da comunidade de entorno e interior (MELO et al., 2005; FREIRE, 1983).

As principais ameaças foram: o parque não considerar a opinião da população, a abertura de concessão; as lutas por território; problemas fundiários; especulação imobiliária; as ações de turismo que não são em totalidade bem planejadas e executadas e; os turistas não se interessam em informações do PNSB. Todos estes aspectos devem ser considerados e soluções conjuntas devem ser pensadas, algumas sugestões são dadas nos itens anteriores deste trabalho.

Por fim, a visão do futuro desejado também trazido na matriz, sendo perceptível o interesse da comunidade em torná-la real, assim como a mesma está disposta a contribuir para tanto.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou a análise dos conflitos e das potencialidades existentes na Sub Sede Sul do Parque Nacional da Serra da Bocaina, Vila de Trindade, no município de Paraty/RJ, visando ao fortalecimento da gestão participativa, conforme esperado pelo objetivo geral proposto. Os objetivos específicos também foram atendidos e todas as etapas do trabalho foram cumpridas dentro do prazo esperado. Obtendo-se as seguintes conclusões para eles:

a) Listar os projetos de educação ambiental e turismo executados na UC estudada:

Projetos de EA:

-Há atuações do parque junto aos residentes e frequentadores

-Há uma constante prática de diálogo com as comunidades afetadas. Atualmente, em especial, o Grupo de Trabalho de "Gestão de Uso Conflitante", do Conselho Consultivo, lançou uma cartilha de esclarecimentos sobre a relação do Parque com posseiros e proprietários e trabalha na divulgação da mesma, através de reuniões presenciais.

-Projeto de Saneamento Ecológico desenvolvido pela FIOCRUZ numas das comunidades no interior da UC;

-Projeto de Formação de Condutores de Visitantes desenvolvido pelo INEA para moradores das comunidades no interior e entorno da UC;

-Seminário sobre Legislação: O Seminário sobre Legislação Ambiental: Conhecimentos Jurídicos para Mediação de Conflitos foi realizado no auditório do ICMBio em Paraty/RJ no dia 04 de agosto de 2016.

Projetos de Turismo Ecológico:

-Turismo de aventura, caminhadas, trilhas, cachoeiras, ciclismo, trilhas de jipes, visitas, pousadas e restaurantes;

-Atividades exercidas por agências, pessoas contratadas por pousadas e hotéis;

- Rafting, camping (mesmo não havendo estrutura);

- Visita ao PNSB , trilha do Ouro e Pico do Tira Chapéu;

- Visitação de Trilhas, Cachoeiras e Praias;

-Observação de aves.

b) Identificar as ferramentas utilizadas nos projetos que tenham ou não relação com a gestão participativa:

No que se refere a identificar as ferramentas utilizadas nos projetos que tenham ou não relação com a gestão participativa, foi perceptível que os projetos de educação ambiental executados visam à gestão participativa de forma singela e não contínua, além de que, estes são desenvolvidos em maioria por fundações parceiras. Entretanto, a existência do diálogo com as comunidades afetadas é uma ferramenta extremamente positiva, o Grupo de Trabalho de "Gestão de Uso Conflitante", do Conselho Consultivo, lançou uma cartilha de esclarecimentos sobre a relação do Parque com posseiros e proprietários e trabalha na divulgação da mesma, através de reuniões presenciais, sendo esta com certeza a melhor ferramenta identificada que possui relação direta com a gestão participativa. Devem-se buscar melhoras nas atividades de turismo, pois, pelas respostas obtidas, grande parte é voltada a atender interesses individuais.

b) Identificar os conflitos e potencialidades socioambientais na Vila de Trindade, Paraty/RJ:

Conflitos:

-Conflitos fundiários: algumas regiões do parque não possuem sua demarcação regulamentada e muito menos a regularização de domínio, logo, com a consolidação do parque as pessoas que se encontram no interior do mesmo deveriam ser realocadas, fato que envolve não só a realocação, mas também o vínculo à própria terra, ao local onde as pessoas nasceram e desenvolveram suas raízes;

-Conflitos de subsistência: muitas pessoas perderiam seu sustento, tanto em alimentação, quanto em trabalho;

-Conflitos culturais: há o medo que haja uma fragmentação da cultura local; bem como um desrespeito à forma de vida tradicional;

-Outros conflitos: especulação imobiliária e abertura de concessão.

Potencialidades:

-Todos conhecem o porquê da criação do parque;

-Não há quem acredita que o parque não deva existir;

-Todos entendem a importância da existência;

-Há conhecimento sobre a EA e suas contribuições;

-Uma parte vê a possibilidade de parceria entre o parque e a comunidade;

-Existem iniciativas de turismo de base comunitária no interior e entorno da área;
-Há organização social na área, contendo algumas associações que representam os interesses da comunidade.

Em relação à pergunta problematizadora: os projetos de educação ambiental e turismo desenvolvido na Sub-Sede Sul da UC em Paraty-RJ visariam o fortalecimento da gestão participativa e, consequentemente, auxiliariam na diminuição dos conflitos socioambientais na Vila de Trindade? Percebeu-se que os projetos desenvolvidos são poucos e partem na maioria de instituições parceiras e não visando à gestão participativa, o que confirma a hipótese inicial deste trabalho, onde se acreditava que os projetos não visariam à gestão participativa e acabariam por não auxiliar na resolução dos conflitos, nem divulgariam e desenvolvem as potencialidades.

A observação participante e não participante possibilitou a aproximação com a área de estudo e com os objetivos deste trabalho e identificaram os conflitos existentes, os questionários enviados aos membros do conselho gestor possibilitaram a listagem dos projetos de EA e turismo ecológico executados na área, assim como identificou as principais dificuldades encontradas para execução dos mesmos, e as entrevistas semiestruturadas possibilitaram a identificação dos conflitos e das potencialidades existentes na Vila de Trindade, logo, todas estas metodologias utilizadas contribuíram para a finalização deste trabalho e as mesmas foram cumpridas com êxito ao final do mesmo.

Conclui-se que, apesar dos inúmeros conflitos existentes na área estudada, existem também inúmeras potencialidades, havendo a necessidade de fortalecimento de diversos aspectos e implantação de outros. No entanto, é possível perceber a disponibilidade da comunidade em ser parceira do PNSB e o quanto a mesma conhece e luta pela justiça ambiental, além de que possuir um ponto de vista crítico sobre o assunto, fato observado em diversas falas.

O contexto atual do país em termos políticos e econômicos interfere diretamente na situação da comunidade e do parque estudado. Fica evidente que com a ausência total ou parcial do Estado, os problemas existentes dificilmente serão resolvidos. Constatou-se que o modelo de gestão e criação de UCs no Brasil precisa ser revisto, haja vista que

mesmo após a promulgação do SNUC, os conflitos não foram amenizados e as comunidades no interior não foram consideradas.

Dada a importância do tema, sugere-se a concentração de esforços para a solução dos problemas e conflitos levantados, e que estas soluções sejam partilhadas com a comunidade, em um processo mútuo de troca de conhecimento. Assim como estudos que visem contribuir para reversão dos conflitos em UCs, em especial, sugere-se um estudo que propõe alternativas para o problema fundiário do país. A situação da concessão em UCs no Brasil precisa ser avaliada e os impactos desta ação precisam ser estudados, neste trabalho identificou-se um medo da comunidade em relação à proposta.

Por fim, acredita-se que os conflitos e os problemas estudados podem ser solucionados caso a gestão participativa seja verdadeiramente instaurada no local. Para tanto, a aplicação de instrumentos como a educação ambiental e a educomunicação são sugeridas. Em suma, a gestão participativa deve valorizar a troca mútua de conhecimento, no caso estudado, ambas as partes têm muito a oferecer e compartilhar. As ações de turismo devem ser planejadas, assim como as iniciativas de base comunitária devem ser valorizadas e estimuladas.

Como forma de respeito e agradecimento, os resultados obtidos neste trabalho serão apresentados para a comunidade de Trindade, assim como serão disponibilizados aos interessados um boletim informativo com as principais informações levantadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. Mediação e negociação de conflitos socioambientas. **In.:** Palestra proferida na Abertura do IX Encontro Temático da 4º Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Publico Federal, Brasília, 22/9/2010. Disponível em: <http://4ccr.pgr.mpf.mp.br/atuacao/encontros-e-eventos/encontros/nacionais-da-4a-ccr/ix-encontro-tematico/documentos/mediacao_e_negociacao_de_conflitos_socioambientais.pdf>.Acesso em 06 jan. 2016.

ALENCAR, E. F. Identidade, territorialidade e conflitos socioambientais: alguns cenários do Alto Solimões (AM). **Boletim Rede Amazônica.** Pará, ano 3, n. 1, p. 67-75. out. 2004. Disponível em: <http://www2.unifap.br/gpcem/files/2011/09/Identidade-Territorialidade-Conflitos-Socioambientais_Edna-Ferreira-Alencar.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

ALONSO, A.; COSTA, V. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In: ALIMONDA, H. **Ecología política. Naturaleza, sociedad y utopía.** Buenos Aires: Clacso, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2002. p. 115-137. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/gt/20100930023420/7alonso.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2016.

ALVES, Z. M. M. B.; SILVA, M. H. G. F. D. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia (Ribeirão Preto),** [S.I.], n. 2, p.61-69, jul. 1992. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0103-863x1992000200007

ARAUJO, M. A. R. A biodiversidade e sua importância. In: ARAUJO, M. A. R. **Unidades de Conservação no Brasil: da República à Gestão de Classe Mundial.** Belo Horizonte: SEGRAC, 2007. Cap. 1. p. 9-17. Disponível em: <http://www.ract.com.br/UCs_Brasil.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2016.

BARBOSA, H. C. Aspectos que estruturam o sistema nacional de unidades de conservação da natureza. **Revista Jurídica da Unifil,** Londrina- PR, v. 5, n. 5, p.38-54,

jun. 2008. Disponível em: <http://web.unifil.br/docs/juridica/05/ARTIGO_3.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BENATTI, J. H. Unidades de conservação e as populações tradicionais: Uma análise jurídica da realidade brasileira. **Revista Cientifica Novos Cadernos- NAEA**, Santa Maria- RS, v. 2, n. 2, p. 108-126, dez. 1999. Disponível em: <http://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/3134/1/Artigo_UnidadesConservacaoPopulacao.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

BRASIL, Decreto Federal nº 68.172 de 04 de fevereiro de 1971. Cria o Parque Nacional da Serra da Bocaina e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D68172.htm>. Acesso em 15 ago. 2015.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasil. 1988.

_____. Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm>. Acesso em: 15 ago. 2015.

_____. Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal e Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 18 de jul.de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____, Lei Federal º 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasilia, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/lei9795.pdf> Acesso em: 02 fev. 2016.

BRASIL, Lei Federal nº 11.516 de 28 de Agosto de 2007. Dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - Instituto Chico Mendes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasilia, DF, 28 ago. 2007 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11516.htm>. Acesso em 15 dez. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe Sobre A Proteção da Vegetação Nativa; Altera As Leis nos 6.938, de 31 de Agosto de 1981, 9.393, de 19 de Dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de Dezembro de 2006; Revoga As Leis nos 4.771, de 15 de Setembro de 1965, e 7.754, de 14 de Abril de 1989, e A Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de Agosto de 2001; e dá Outras Providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasilia, DF, 28 ago. 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm>. Acesso em 09 fev. 2018.

BRITO, D. M. C. et al. Conflitos socioambientais no século XXI. **PRACS: Revista de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá- AP, n. 4, p. 51-58, dez. 2011. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/viewFile/371/n4Daguinete.pdf>. Acesso em: 29 dez. 2015.

BUARQUE, S.C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008, 180 p.

BUENO, N.P.E.; RIBEIRO, K.C.C**.** Unidades de conservação- caracterização e relevância social, econômica e ambiental: Um estudo acerca do parque estadual sumaúma. **Revista Eletrônica Aboré**- Publicação da Escola Superior de Artes e Turismo, Manaus-AM, mar.2007. Disponível em: <http://www.revistas.uea.edu.br/old/abore/artigos/artigos_3/Norma%20Pignataro%20Emerenciano%20Bueno.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2016.

CAMENIETZKI, C. P. A. Expropriações territoriais e conflitos socioambientais: desafios ao serviço social. In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 3.,2013, Belo

Horizonte. **Anais eletrônicos**... Belo Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.cressmg.org.br/arquivos/simposio/EXPROPRIA%C3%87%C3%83O%20TERRITORIAL%20E%20CONFLITOS%20SOCIOAMBIENTAIS.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2016.

CAMPOS, A. M. N. O ecoturismo como alternativa de desenvolvimento sustentável. **Caderno Virtual de Turismo,** Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p.1-6, maio 2005.

CONTI, B. R.; ANTUNES, D. C. Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de Trindade (Paraty, RJ). **Interações (Campo Grande),** [s.l.], v. 13, n. 2, p.213-223, dez. 2012. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s1518-70122012000200008.

CONTI, B.R.; IRVING, M.A. Desafios para o ecoturismo no Parque Nacional da Serra da Bocaina: o caso da Vila de Trindade (Paraty, RJ). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.7, n.3, ago/out 2014, pp.517-538.

CPT. **Conflito territorial em Trindade, RJ, resulta em morte de jovem de 23 anos.** 2017. Elaborado por COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/index.php/publicacoes/noticias/conflitos-no-campo/3255-conflito-territorial-em-trindade-rj-resulta-em-morte-de-jovem-de-23-anos>. Acesso em: 10 fev. 2017.

CUBA, M. A. Educação Ambiental nas escolas. **Revista de Educação, Cultura e Comunicação dos Cursos de Comunicação Social das Faculdades Integradas Teresa D'Ávila: ECCOM,** Lorena- SP, v. 2, n. 1, p.23-31, jul. 2010. Disponível em: <http://www.fatea.br/seer/index.php/eccom/article/viewFile/403/259>. Acesso em: 29 jan. 2016.

CUNHA, Portal do Município. **Parque Nacional da Serra da Bocaina.** 2006. Elaborado pela Prefeitura Municipal de Cunha-SP. Disponível em: <http://www.portaldecunha.com.br/cunha/serrabocainacunha.html>. Acesso em: 21 jun. 2016.

CUNHA, A. S.; LEITE, E.B. Percepção Ambiental: Implicações para a Educação Ambiental. **Revista Sinapse Ambiental- Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais**, Betim-MG, v.6, n.1, p.66-80, set. 2009. Disponível em: <http://www4.pucminas.br/graduacao/cursos/arquivos/ARE_ARQ_REVIS_ELETR20090930145741.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel (Coord.). *Políticas de ciudadania y sociedade civil en tiempos de globalización*. Caracas: Faces; Universidad Central de la Venezuela, 2004. p. 95-110. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/venezuela/faces/mato/Dagnino.pdf>. Acesso em: 18 out. 2017.

DIEGUES, Geraldo César. A Construção da Participação Social na Gestão das Políticas Públicas: O Protagonismo do Governo Local no Brasil. **Administração Pública e Gestão Social,** Viçosa, v. 4, n. 4, p.365-380, dez. 2012.

EUA: History of The Yellowstone National Park. [20--?]. Disponível em: <http://yellowstone.net/history>. Acesso em: 26 jan. 2016.

FADINI, A.A. B. et al. Parcerias ambientais: Diagnóstico turístico e propostas de educação ambiental em Vargem-SP. In: HOEFFEL, J. L. M.; FADINI, A. A. B.; SEIXAS, S. R. C. **Sustentabilidade, qualidade de vida e identidade local:** Olhares sobre as APAs Cantareira (SP) e Fernão Dias (MG). São Carlos: Rima Editora, FAPESP, 2010. Cap. 7. p. 93-115.

FELIZARDO, A.; CRISPIM, J. A educação ambiental na prática de ecoturismo. In: Seminário dos cursos de Ciências Sociais Aplicadas da FECILCAM, 2., 2011, Paraná. **Anais... .** Paraná: Enppex, 2011. p. 1 - 16.

FERRAZ, A. F.; LOBÃO, R. J. S. O caso dos caiçaras da praia de trindade: aproximações honnethianas para uma perspectiva intercultural de direitos humanos, justiça social e cidadania. **Revista do Direito Público,** [s.l.], v. 8, n. 3, p.103-130, 12 dez. 2013. Universidade Estadual de Londrina. http://dx.doi.org/10.5433/1980-511x.2013v8n3p103.

FERREIRA, L. C. Dimensões humanas da biodiversidade: Mudanças sociais e conflitos em torno de área protegidas no Vale do Ribeira- SP. **Ambiente e Sociedade**, Campinas-SP, v. 7, n.1, p. 47-66, jan/jun. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v7n1/23536.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Pavimentação é concluída e estrada Cunha-Paraty reabre ao tráfego.** 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/turismo/2016/07/1788981-pavimentacao-e-concluida-e-estrada-cunha-paraty-reabre-ao-trafego.shtml>. Acesso em: 03 mar. 2017.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Justiça federal suspende obra de pavimentação da estrada Paraty-Cunha.** 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/08/1507344-justica-federal-suspende-obra-de-pavimentacao-da-estrada-paraty-cunha.shtml>. Acesso em: 05 mar. 2017.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**. 9° ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?**. 7º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 51p.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 176p.

GOOGLE. **Google Earth**. Version Google Earth Pro. 2016.

HASSLER, M.L. A importância das unidades de conservação no Brasil. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, MG, v. 17, n.33, p. 79-89, 2005. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327187006>. Acesso em: 25 jan. 2016.

HAUFF, S.N. Percepção das comunidades rurais sobre a implantação de Unidades de Conservação: Subsídio para se estabelecer zonas de amortecimento. **Natureza e Conservação**, Curitiba, PR, v. 02, n. 2, p. 32-48, 2004.

HENRY-SILVA, G.G. A importância das unidades de consevação na preservação da diversidade biológica. **Revista LOGOS**, São José do Rio Pardo- SP, n.12, p.127-151, jun. 2005. Disponível em: <http://www.feucriopardo.edu.br/logos/artigos/artigo13_2005.pdf>. Acesso em: 01 fev.2016.

ICMBio, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: Parque Nacional da Serra da Bocaina. [20--?]. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/197-parque-nacional-serra-da-bocaina.html> Acesso em: 02 set.2016.

JOAQUIM, G. Da identidade a sustentabilidade ou a emergência do "turismo responsável". **Sociologia: Problemas e Práticas,** [S.I], v. 23, n. 2, p.71-100, ago. 1997. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/857>. Acesso em: 03 jun. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, A. **Fundamentos de Metodologia Científica.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. Cap. 4. p. 115-172; Cap. 8 p. 115-172; Cap. 9. p. 174-213.

LINDOSO, L. C; SILVA, V. G. Educomunicação Em Unidades De Conservação Federais: desafios e possibilidades. In: ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 6., 2007, Curitiba. **Anais...** . Curitiba: EPEA, 2007. v. 1, p. 1 - 17.

LOUREIRO, C.F.B. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos**. Revista Gestão em Ação**, Salvador-BA, v.7 n.1, p. 37-51, jan./abr. 2004. Disponível em: <http://www.gestaoemacao.ufba.br/revistas/gav7n104.PDF#page=37>. Acesso em: 7 out. 2015.

LOUREIRO, C.F.B.; CUNHA, C.C. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: Elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente e Sociedade,** Campinas, SP, v.11, n.2, p. 237-253, 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2008000200003>. Acesso em: 07 set. 2016.

LUCIO, S. L. B. **Gestão participativa e conflitos socioambientais em áreas protegidas no cerrado mineiro: a pecuária de solta nas grandes veredas do Acari/MG.** 2013. 123 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013. Cap. 1. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/13687/1/2013_SilviaLaineBorgesLucio.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2016.

MALAGODI, M. A. S. Conflitos Socioambientais: Proximidades e distâncias entre os conflitos socioambientais e a EA. In: FERRARO JUNIOR, L. A. **Encontros e Caminhos:** Formação de Educadoras (es) Ambientais e Coletivos Educadores. 3. ed. Brasília: Movimento, 2014. p. 51-63.

MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: Análise de objetivos e de roteiros. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., 2004, Bauru. **Anais... .** Bauru: SIPEQ, 2004. p. 1-10. Disponível em: <http://www.sepq.org.br/IIsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2016.

MAIA, R M. Paradoxos da legislação ambiental: Uma análise de conflitos socioambientais em torno das monoculturas de eucalipto na Comunidade Cana Brava Norte de Minas Gerais. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4., 2008, Brasilia. **Anais... .** Brasília: ANPPAS, 2008. p. 1 - 20. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT6-41-511-20080510183731.pdf>. Acesso em: 15 maio 2016.

MARTINS- JÚNIOR, José Paulo; DANTAS, Humberto. O índice de participação e a importância da educação. **Opinião Pública,** Campinas, v. 10, n. 2, p.268-287, out. 2004. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/s0104-62762004000200005.

MARTÍNEZ- ALIER, J. O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração. Tradução de Maurício Waldman. São Paulo: Contexto, 2007.

MEDEIROS, R. Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. **Ambiente e Sociedade,**Campinas-sp, v. 9, n. 1, p.41-64, jun. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/asoc/v9n1/a03v9n1.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2015.

MEDINA, N. M. **Breve Histórico da Educação Ambiental.** Alagoas: Pax, 2008. 11 p. Disponível em: <http://pm.al.gov.br/bpa/publicacoes/ed_ambiental.pdf>. Acesso em: 13 fev. 2016.

MELO, J. M. de et al. **Educomídia: alavanca da cidadania.** São Bernado do Campo: Editora Metodista, 2005. 239 p.

MENIS, P.; CUNHA, I.P. R. Unidades de conservação: Breve histórico. **Revista Uni,** Imperatriz-MA, v. 1, n. 1, p.53-62, jul. 2011. Disponível em: <http://www.fernandosantiago.com.br/Revista_UNI_artigo3_p53_62.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MMA. **Identidades da educação ambiental brasileira.** Brasília: Gutenberg, 2004. 156 p. Organizador: Philippe Pomier Layrargues. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2016.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa- Características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração,** São Paulo, v. 1, n. 3, p.1-5, jul. 1996. Disponível em: <http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/pesquisa_qualitativa_caracteristicas_usos_e_possibilidades.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2016.

OLIVEIRA, A. C. Turismo e população dos destinos turísticos: um estudo de caso do desenvolvimento e planeja- mento turístico na Vila de Trindade - Paraty/RJ. **Caderno Virtual de Turismo,** [s.i.], v. 4, n. 4, p.1-16, jun. 2004. Disponível em: <http://www.redalyc.org/html/1154/115417710004/>. Acesso em: 01 fev. 2017.

PADUA, S. M. Educação ambiental em unidades de conservação. In: CASES, M. O. **Gestão De Unidades De Conservação: Compartilhando Uma Experiência De Capacitação.** Brasília: Wwf, 2012. Cap. 8. p. 202-214. Realização: WWF-Brasil/IPÊ–Instituto de Pesquisas Ecológicas. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/reducao_de_impactos2/lep/lep_pub/?32545/Gesto-de-unidades-de-conservao-compartilhando-uma-experincia-de-capacitao>. Acesso em: 11 fev. 2016.

PEDRINI, A. G. A educação ambiental com a biodiversidade no Brasil: Um ensaio. **Ambiente e Educação**, Rio Grande, RS, v.11, n.01, p. 63-67, 2006. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/ambeduc/article/viewFile/768/265>. Acesso em: 12 fev. 2016.

PIRES, P. S. A dimensão conceitual do ecoturismo. **Turismo: Visão e Ação**, Balneário Camboriú, v. 1, n. 1, p.75-91, jun. 1998. Disponível em: <http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/rtva/article/view/1392>. Acesso em: 05 maio 2016.

PISSATTO, M.; MERCK, A. M. T.; GRACIOLI, C. R. Ações de educação ambiental realizadas no âmbito de três Unidades de Conservação do Rio Grande do Sul. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 5, n. 5, p.804-812, jun. 2012.

PORTO, M.F.; MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, RJ, v.14, n.06, p. 1983-1993, 2009. Disponível em: < http://dx.doi.org/10.1590/S1413-8123200900060000>. Acesso em: 22 jan. 2016.

RUDIO, F. V.; Introdução ao projeto de pesquisa científica 10º ed. Petrópolis, 1985.

RUSCHMANN, D. V. M. A experiência do turismo ecológico no Brasil: um novo nicho de mercado ou um esforço para atingir a sustentabilidade. **Turismo: Visão e Ação,** Balneário Camboriú, v. 2, n. 5, p.81-90, mar. 2000. Disponível em: <ttp://www.spell.org.br/documentos/ver/22394/a-experiencia-do-turismo-ecologico-no-brasil--um-novo-nicho-de-mercado-ou-um-esforco-para-atingir-a-sustentabilidade/i/pt-br>. Acesso em: 06 maio 2016.

SANTAELLA, L. A. et al. O Turismo Ecológico/Ecoturismo e a utilização das trilhas no Litoral Norte do Estado de São Paulo. In: ENCONTRO LATINO AMERICANO DE PÓS-GRADUAÇÃO – UNIVERSIDADE DO VALE DO PARAÍBA, 11., 2011, Vale do Paraiba. **Anais... .** Vale do Paraiba: Epg, 2011. p. 1 - 8.

SCHENINI, P. C. COSTA, A. M.; CASARIN, V.W. Unidades de conservação: aspectos históricos e sua evolução. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO, 2., 2004, Florianópolis. **Anais... .** Florianópolis: COBRAC, 2004. p. 1 - 7. Disponível em: <http://www.ambiente.sp.gov.br/wp-content/uploads/cea/PedroCarlosS.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2016.

SUARES, C.F. S. et al. Reflexões sobre o turismo sustentável e qualidade de vida em Unidades de Conservação. In: HOEFFEL, J. L. M.; FADINI, A. A. B.; SEIXAS, S. R. C. **Sustentabilidade, qualidade de vida e identidade local:** Olhares sobre as APAs Cantareira (SP) e Fernão Dias (MG). São Carlos: Rima Editora, FAPESP, 2010. Cap. 9. p. 135-149.

SORRENTINO, M.; Educação e pesquisa, São Paulo, 2005, v.31, n.2, p.285- 299.

SOUZA, L. R. C. d.; MILANEZ, B. Conflitos socioambientais, ecologia política e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE- A DIVERSIDADE DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: ESCALAS E DIMENSÕES DA ANÁLISE E DA AÇÃO, 11., 2015, Presidente Prudente-Sp. **Anais... .** Presidente Prudente- SP: Anpege, 2015. p. 1 - 12. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/24/663.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2016.

SOUZA, D. I. et al. **Manual de orientações para projetos de pesquisa.** Novo Hamburgo: FESLSVC, 2013. Disponível em: http://www.liberato.com.br/sites/default/files/manual_de_orientacoes_para_projetos_de_pesquisa.pdf. Acesso em: 12 ago. 2016.

TIES. The international ecotourism society: What is ecotourism. [20--?]. Disponível em: <http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism>. Acesso em: 06 maio 2016.

THEODORO, S. H.; CORDEIRO, P. M. F.; BEKE, Z. Gestão ambiental: uma prática para mediar conflitos socioambientais. In: Encontro da associação nacional de pós graduação e pesquisa em ambiente e sociedade, 2., 2004, Indaiatuba-SP. **Anais...** [Brasília]: ANPPAS, 2004. p. 1 - 17. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT05/suzi_theodoro.pdf.>. Acesso em: 07 jan. 2016.

THUELEN, V. **Percepção dos chefes de unidades de conservação federais na década de 90.** 2003. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Ciências

Florestais, Universidade Federal do Paraná-, Curitiba, 2003. Disponível em: <http://www.floresta.ufpr.br/defesas/pdf_ms/2004/d381_0543-M.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2016.

THUELEN, V. Manejo e gerenciamento das Unidades de Conservação federais segundo a percepção dos seus chefes. **Natureza e Conservação**, Curitiba, PR, v. 02, n. 2, p. 66-77, 2004.

TRENTIN, T. R. D.; PIRES, N. S. S. Mediação socioambiental:: Uma nova alternativa para a Gestão Ambiental. **Direito em Debate: Revista do Departamento de Ciências Jurídicas e Sociais da UNIJUÍ,** Íjui-RS, v. 37, n. 11, p.142-161, fev. 2012. Disponível em:<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/revistadireitoemdebate/article/viewFile/501/469>. Acesso em: 15 jan. 2016.

TORRES, C. V. **A mediação como mecanismo de resolução de conflitos socioambientais.** 2006. 91 f. Monografia (Especialização) - Curso de Monografia do Curso de Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Direito Ambiental, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006. Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/149/1/2006_ClaudiaVechiTorres.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2016.

VIVACQUA, M.; VIEIRA, P.F. Conflitos socioambientais em unidades de conservação. **Política & Sociedade**, Florianópolis, SC, v. 4, n.07, p. 139-162, 2005. Disponível em: < http://marcafe.eco.br/wp-content/uploads/2013/07/Artigo-Conflitos-socioambientais-em-Unidades-de-Conserva%C3%A7%C3%A3o.pdf> Aceso em: 05 jan. 2016.

ZHOURI, A. LASCHEFSKI, K. “Desenvolvimento e conflitos ambientais um novo campo de investigação” IN: ZHOURI, Andréa, LASCHEFSKI, Klemens (orgs) **Desenvolvimento e Conflitos Ambientais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Rio de Janeiro: Jorge Zaha, 2005. 390 p. Tradução de Maria Lucia de Oliveira.

Apêndices

Apêndice A- Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Maiores de 18 anos

TÍTULO DO PROJETO: "UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ANÁLISE DOS CONFLITOS E POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS"

Pesquisador responsável pelo projeto: Letícia de Alcântara Moreira

Orientação: Dra. Daniela Rocha Teixeira Riondet- Costa

Telefone para contato: (35) 99850-6950

(*Caso o responsável pelo sujeito da pesquisa não possa ler, um familiar ou uma pessoa de sua confiança deverá fazê-lo*).

Você está sendo convidado para participar de uma pesquisa. O documento abaixo contém todas as informações que você precisa saber sobre essa pesquisa que estamos fazendo. Sua participação nesse estudo é muito importante para nós, mas, se você não quiser ou não puder participar, ou se quiser desistir depois que assinar, isso não lhe trará nenhum problema.

Eu,_____

_____,

concordo e aceito, de livre e espontânea vontade, participar do estudo "UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: ANÁLISE DOS CONFLITOS E POTENCIALIDADES SOCIOAMBIENTAIS". Declaro que foram dadas todas as informações necessárias e que foram esclarecidas todas as dúvidas por mim apresentadas.

Estou ciente que:

a) O estudo é importante para conhecer os conflitos socioambientais existentes nas UCs estudadas, assim como evidenciar as potencialidades;

b) Os resultados desse estudo poderão gerar melhorias futuras nas áreas estudadas;

c) A minha participação não vai ter despesa alguma para mim;

d) Nenhuma informação pessoal será usada no estudo;

e) Sei que posso negar a responder qualquer pergunta, se eu me sentir envergonhado ou constrangido;

f) Sei que os autores deverão apresentar ou publicar os resultados desse estudo;

g)Tenho a liberdade de desistir ou de parar de colaborar nesse estudo, no momento em que desejar, sem ter que explicar o motivo;

h) Como participante da pesquisa, colaborando para a sua elaboração, poderei ter acesso aos resultados.

Itajubá, _____ de _____ de _____.

_____

Assinatura do sujeito

_____

Assinatura da entrevistadora

_____

Assinatura da pesquisadora

Dúvidas ou reclamações contatar:

Letícia de Alcântara Moreira, aluna do mestrado em Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Itajubá – Unifei. Telefone: (35) 99850-6950 / Email: lemorera@hotmail.com

Apêndice B- Questionário aplicados aos membros do Conselho Gestor do PNSB

Questionário para listagem de projetos de Educação Ambiental e Turismo Ecológico na UCParque Nacional da Serra da Bocaina.

O presente questionário tem como finalidade atender aos objetivos a e b do trabalho intitulado "Unidades de Conservação: Análise dos conflitos e potencialidades socioambientais", tal trabalho é parte dos requisitos para obtenção de título em Mestre em Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Itajubá- UNIFEI.

Nome dos Entrevistadores: Letícia de Alcântara Moreira (Mestranda)

Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa (Profa. Dra.)

Identificação do Entrevistado	
Nome:	
Função:	
Ano que assumiu tal função:	

1) A UC possui conselho gestor? ( ) Sim ( ) Não **1.1)** Em caso afirmativo: Consultivo ( ) Deliberativo ( )
2) O conselho gestor tem atendido seus objetivos? ( ) Sim ( ) Não ( ) Não se aplica
3) Em caso de resposta afirmativa na questão 1, como você acha que a educação ambiental é vista pelo conselho gestor? ( ) De forma muito importante ( ) De forma Importante ( ) Não é prioridade ( ) Não se aplica
4) Existe algum projeto de educação ambiental em fase de execução na UC? ( ) Sim ( ) Não **4.1)** Em caso afirmativo, quais são eles?
R:
5) Existe algum projeto com enfoque em educação ambiental já finalizado na UC? ( ) Sim ( ) Não **5.1)** Em caso afirmativo, como foi a execução do projeto? ( ) Fácil ( ) Difícil ( ) Não se aplica
6) Classifique as dificuldades encontradas para a execução dos projetos de Educação Ambiental

(Obs: sendo “1” o de maior dificuldade, “2” o de média dificuldade e “3” o de menor dificuldade). ( ) Aceitação da comunidade do entorno. ( ) Participação da comunidade do entorno. ( ) Aceitação da comunidade do interior da UC. ( ) Participação da comunidade do interior da UC. ( ) Aceitação da equipe da UC. ( ) Participação da equipe da UC. ( ) Falta de pessoal especializado para a elaboração do projeto. ( ) Falta de pessoal especializado para a execução do projeto. ( ) Falta de recursos financeiros. ( ) Estrutura educacional da área protegida. ( ) Falta de continuidade dos projetos. ( ) Parceria externa para o desenvolvimento dos projetos. ( ) Profissional com dedicação exclusiva para atuar na educação ambiental.
7) Há projetos desenvolvidos além dos limites da área protegida? ( ) Sim ( ) Não
8) A educação ambiental que vem sendo desenvolvida proporciona a participação social? ( ) Sim ( ) Não
9) O pessoal que trabalha na fiscalização está a par dos projetos de educação ambiental? ( ) Sim ( ) Não **9.1)** Se interessam por eles ? ( ) Sim ( ) Não
10) Existe atividade de turismo ecológico nas proximidades da UC? ( ) Sim ( ) Não Em caso de afirmativa, liste-os:
R:
11) Tendo em vista que os conflitos são relações de disputa/tensão e as potencialidades são ações que, de certa forma, podem contribuir para resolução dos conflitos, você vê o turismo como um fator que gera:

( ) Conflitos ( ) Potencialidades
12) A UC possui boa estrutura para o turismo? ( ) Sim ( ) Não
13) Há boa estrutura de sinalização para visitantes? ( ) Sim ( ) Não
14) Para você qual a importância da aceitação da comunidade do entorno em uma atividade de turismo ambiental na UC?
R:
15) Classifique as dificuldades encontradas na execução de atividades de turismo ambiental. (Obs: sendo "1" o de maior dificuldade, "2" o de média dificuldade e "3" o de menor dificuldade). ( ) Conciliar os objetivos das UCs com as práticas do turismo ecológico. ( ) Integração da comunidade de entorno com a UC. ( ) Envolvimento da comunidade do entorno na execução do projeto. ( ) Especulação imobiliária. ( ) Preservar a cultura local. ( ) Participação da comunidade do interior da UC. ( ) Aceitação da equipe da UC. ( ) Participação da equipe da UC. ( ) Falta de pessoal especializado para a elaboração do projeto. ( ) Falta de pessoal especializado para a execução do projeto. ( ) Falta de recursos financeiros. ( ) Parceria externas paras o desenvolvimento dos projetos. ( ) Profissional com dedicação exclusiva para atuar no turismo. ( ) Falta de planejamento das atividades turísticas. ( ) Controle no número de visitantes.

Apêndice C- Entrevista semiestruturada aplicadas à comunidade de entorno e interior

Entrevista semiestruturada para identificação dos conflitos e potencialidades existentes no entorno do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

A presente entrevista tem como finalidade atender ao objetivo específico "c" do trabalho intitulado "Unidades de Conservação: Análise dos conflitos e potencialidades socioambientais", tal trabalho é parte dos requisitos para obtenção do título em Mestre em Meio Ambiente e Recursos Hídricos pela Universidade Federal de Itajubá- UNIFEI. Destaca-se que a forma escolhida para a entrevista semiestruturada obedece a estrutura da Matriz de Análises Estratégicas (BUARQUE, 2008) escolhida para as análises dos dados coletados.

Elaboração: Letícia de Alcântara Moreira (Mestranda); Daniela R. T. Riondet-Costa (Profa. Dra.).

	Oportunidades
01	Você entende o porquê da criação do Parque?
02	Você já visitou outras áreas do PNSB?
03	Você entende a importância?
04	Você sabe como funciona?
05	Sabe quem cria e quem cuida dos Parques?
06	Você enxerga o parque como um parceiro? (ambiental/econômico/cultural/social) Em que?

	Ameaças Externas
01	Você acredita que o parque é uma ameaça ao desenvolvimento local?
02	Você acha que a concessão para abertura de serviços no Parque vai trazer problemas à comunidade local?
03	Você acha que as grandes empresas de turismo são uma ameaça para a cultura local?
04	Você acha que as ações do parque consideram a opinião da comunidade na tomada de decisões?
05	Num contexto geral, a luta por território em Trindade foi amenizada ou atenuada?

	Potencialidades e Problemas
01	O que você acha que mudou com as ações de desocupação feitas pelo Parque?
02	Você acha que as ações de Turismo são bem planejadas e executadas (turismo de base comunitária e turismo convencional)?
03	Você sabe o que é Educação Ambiental?
04	Você acha que a Educação Ambiental pode ajudar no diálogo com o Parque?
05	Você acha que capacitações sobre Educação Ambiental e Turismo Ecológico contribuiriam para o desenvolvimento local? Você se interessaria em fazê-las?
06	Os visitantes/turistas fazem questionamentos sobre o Parque a vocês? Que tipo?

	Futuro Desejado
01	Você acredita que é possível ter uma relação harmônica entre o Parque e a comunidade?
02	Como você acredita que seria essa relação harmônica?
03	O que falta para que esta relação aconteça?
04	Você acredita ter um papel nesta relação harmoniosa e na conservação da natureza? Qual?
05	Você acha que a Gestão Participativa beneficiaria o Parque e a Comunidade? De que forma?